



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA**

CARLOS ALBERTO MATIAS DE OLIVEIRA

**O EU NO ENUNCIADO DO OUTRO: A VOZ DO INTÉRPRETE DURANTE O
ATO INTERPRETATIVO DO PAR LINGUÍSTICO LIBRAS/LÍNGUA
PORTUGUESA**

**MACEIÓ
2020**

CARLOS ALBERTO MATIAS DE OLIVEIRA

**O EU NO ENUNCIADO DO OUTRO: A VOZ DO INTÉRPRETE DURANTE O
ATO INTERPRETATIVO DO PAR LINGUÍSTICO LIBRAS/LÍNGUA
PORTUGUESA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística na linha de pesquisa em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Rogério Stella

MACEIÓ
2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

- O48e Oliveira, Carlos Alberto Matias de.
O eu no enunciado do outro: a voz do intérprete durante o ato interpretativo do par
linguístico Libras/Língua Portuguesa / Carlos Alberto Matias de Oliveira. – 2020.
133 f. : il., grafs. color.
- Orientador: Paulo Rogério Stella.
Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Alagoas.
Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura. Maceió,
2020.
- Bibliografia. f. 125-133.
1. Linguística aplicada. 2. Língua brasileira de sinais. 3. Tradutor e intérprete. I.
Título.

CDU: 81'33



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

CARLOS ALBERTO MATIAS DE OLIVEIRA

Título do trabalho: "O EU NO ENUNCIADO DO OUTRO: A voz do intérprete durante o ato interpretativo do par linguístico Libras/Língua Portuguesa "

Dissertação aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientador:

Prof. Dr. Paulo Rogério Stella (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Prof. Dr. Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz (Ufal)
Prof. Dr. Sérgio Ifa (PPGLL/Ufal)

Maceió, 17 de fevereiro de 2020.

Dedico aos meus pais, às minhas irmãs, aos
meus amigos e a todos os Tilsp.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal de Alagoas e ao PPGLL, por acolher meu projeto de mestrado.

A meu orientador, Prof. Dr. Paulo Rogério Stella, por ter aceitado o desafio de orientar minha pesquisa dissertativa, por suas orientações compreensivas e pacientes, sua atenção, confiança e respeito.

À banca de qualificação e de defesa, composta pelos professores Dr. Daniel Adelino Costa Oliveira da Cruz e Dr. Sérgio Ifa, pelas contribuições valiosas para a escrita desta dissertação e a leitura atenciosa de cada seção.

Aos Tilsp Flávia Araújo e Maykew Gusmão, por possibilitarem que a defesa desta dissertação fosse interpretada para a Libras;

Aos meus pais, José Matias e Maria Leônea, que me deram a vida, carinho, compreensão e sempre me incentivaram aos estudos e galgar novas conquistas.

Às minhas irmãs, Elizabete, Wellingta e Tuanir, pelo apoio dado desde a minha infância e pela parceria nesse meu caminhar acadêmico;

Ao Arthur, pelo apoio emocional e afetivo durante o processo de pesquisa e também na vida, por seu companheirismo nos momentos de tensões e também nos momentos festivos;

Ao meu amigo e professor Me. Fábio Rodrigues, por seu apoio, parceria e contribuição na escrita desta dissertação;

À profa. Dra. Edineide, por seu estímulo, confiança e incentivo;

Ao prof. Dr. Jair Barbosa, por suas palavras de encorajamento a mim e aos Tilsp da Ufal a alçar voos mais altos.

Ao professor Radjalma Teixeira, coordenador do curso Letras-Libras: licenciatura, por seu apoio e incentivo;

À Olindina e Suzana, por me incentivarem a nunca desistir e estarem sempre disponíveis com um ombro amigo e acalentador;

Às minhas amigas Luana, Priscila, Flávia e Jaqueline Pereira, que, desde o início, estiveram ao meu lado me impulsionando;

Aos meus colegas de trabalho, pelo incentivo na busca pelo título de Mestre;

Aos participantes desta pesquisa, que foram imprescindíveis na construção deste trabalho;

Ao povo brasileiro, por me proporcionar ter acesso e formação durante toda minha vida acadêmica num espaço público, gratuito, laico e de qualidade;

A todos meus amigos e amigas que, conscientemente ou não, contribuíram de alguma forma nesse meu percurso de mestrado, sintam-se aqui agradecidos.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral identificar que efeitos de sentidos são produzidos nos e pelos discursos da neutralidade que atravessam e constituem o campo da Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa e, conseqüentemente, do sujeito que a realiza: o Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa - Tilsp. Para alcançar meu objetivo geral, estabeleci dois objetivos específicos: o primeiro incide em identificar que representações são construídas nos e através de documentos institucionais acerca do Tilsp, analisando, portanto, como os documentos institucionais tecem liames com o tecido social, numa engrenagem de (re)produção de discursos. O segundo consiste em estabelecer um diálogo entre os temas levantados no processo de construção das leis em relação à interpretação e à realidade do trabalho do Tilsp. À vista desse intento, filio-me à Linguística Aplicada do séc. XXI (MOITA LOPES, 2006; PENNYCOOK 1998; FABRÍCIO, 2006) por entender que fazer pesquisas na área da linguagem se configura numa relação indissociável com a vida, e não de forma desvincilhada do seio de funcionamento da língua, isto é, do sujeito. Quanto à metodologia, fiz uma análise documental, proveniente de leis e associações de Tilsp, com vistas a identificar como esses documentos constroem a figura do Tilsp, apresentando marcas sociais e orientando as relações entre esses profissionais e os outros do processo tradutório. Com vistas a atingir meu segundo objetivo específico, realizei entrevistas narrativas com Tilsp e alunos surdos, estabelecendo um diálogo entre os discursos advindos da análise dos documentos com a realidade do trabalho dos Tilsp. Como resultados, constatei que os excertos analisados prefiguram o Tilsp como um objeto de mero transporte de significados entre as línguas. Tais discursos têm construído esse profissional como uma não-pessoa. Além disso, percebi que os discursos da neutralidade são ideologicamente orientados e têm operado também no corpo dos Tilsp por meio de discursos que proíbem o uso de acessórios e roupas consideradas não-neutras durante o ato tradutório, invisibilizando e apagando os Tilsp. Identifiquei também que os discursos da neutralidade têm levado a práticas discursivas de silenciamento e subalternização dos Tilsp nos espaços de atuação desses profissionais, deslocando-os para as margens dos locais em que estão inseridos e impedindo-os de participar das aulas, por meio de comentários e opiniões, durante o exercício da profissão. Ancorando-me em Albres (2015), considerei que o Tilsp nos contextos educacionais assume o papel de educador e, portanto, participante do processo de ensino-aprendizagem. Ademais, aponto que a famigerada neutralidade tem se configurado, no campo da tradução, como forma de (re)produção das relações de dominação ao fazer uso de sinais da Libras que são formados por discursos colonialistas. Por fim, espero que este trabalho possa contribuir para a área da Tradução e para linha de Linguística Aplicada, tendo em vista que as reflexões apresentadas podem favorecer para a transformação das relações sociais existentes entre os profissionais Tilsp e o(s) outro(s) do processo interlocutivo.

Palavras-chave: Linguística Aplicada. Libras. Tilsp. Neutralidade. Sentidos.

ABSTRACT

This master thesis has as general objective to identify what effects of senses are produced in and by the neutrality discourses that cross the field of translation and interpretation of Libras to portuguese language and, consequently, their protagonist: the translator and interpreter of sign language (LIBRAS / Portuguese) (TILSP). I established two specific objectives: the first is to identify what representations are created in and by the institutional documents regulating TILSP professionals, analyzing how institutional documents weave links on society, working as a gear of (re)production of discourses. The second specific objective is to establish a dialogue between the questions raised in the process of building laws related to the translation and interpretation, and the reality of TILSP's work. On this aim, I join the Applied Linguistic of the 21st century (MOITA LOPES, 2006; PENNYCOOK 1998; FABRÍCIO, 2006), understanding that in this area the research has an inseparable relationship with life, close to the core of language functioning, that is, the subject. I performed a documentary analysis on documents from laws and unions of TILSPs, to identify how they built the TILSP representation and points to social marks, guiding the relation between these professionals and the others into the tradutory processes. I also conduct narrative interviews with TILSPs and deaf students, establishing a dialogue between discourses arising from the documentary analysis and the reality on TILSP's work. I found that the analyzed excerpts prefigure the TILSP as a lesser object transporting meanings between languages. Such discourses have presented this professional as a non-person. In addition, is clear that the discourses of neutrality, which are ideologically oriented, have also operated on TILSP's body (through prohibition of the use of accessories and clothes considered non-neutrals during the translation act) with the intention of erasing the TILSP professional from his workplace. The discourses of neutrality have been used in discursive practices to silence and subordinate the TILSPs, moving them to the margins of the places where they are located to prevent them from participate in the classes during their exercise of the profession, through comments or opinions. Agreeing with Albres (2015), I consider that TILSP, in educational contexts, assumes the role of educator, participating in the teaching/learning process. Furthermore, I point out that neutrality has been used, in the field of translation, as a way of (re)production of relations of power and domination with the use of language signs that are oringinated from discourses of colonialism. I hope that this work can contribute to the field of the Translation and Applied linguistics, considering that these results can contribute for the transformation of the social relations between TILSP professionals and the other(s) in the interlocutive process.

Keywords: Applied linguistics. LIBRAS. TILSP. Neutrality. Senses.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sinal em Libras para orar/rezar	76
Figura 2 - Tilsp na sala de aula	95
Figura 3 - Tilsp interpretando em evento	96
Figura 4 - Interpretação em eventos culturais	96
Figura 5 - Janela com Tilsp	97
Figura 6 - Sinal de heterossexual em Libras I	113
Figura 7 - Sinal de heterossexual em Libras II	114
Figura 8 - Sinal de Gay	114

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Marcos históricos na área da tradução de Libras e língua portuguesa no Brasil	27
Gráfico 2 - Marcos históricos na área da tradução de Libras e língua portuguesa no Estado de Alagoas	37

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAPPE - Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais

Apilsbesp - Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo

Cas - Centro de Atendimento ao Surdo

Feneis - Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos

Febrapils - Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia - Intérpretes de Língua de Sinais

LA - Linguística Aplicada

Libras - Língua Brasileira de Sinais

Tilsp - Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa

Tils - Tradutor e Intérprete de Libras

Ufal - Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O CAMINHAR DO TILSP: O INÍCIO DE UMA PROFISSÃO	23
2.1 O Tilsp no fim do século XX: uma missão ou uma profissão?	23
2.2 A tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no século XXI: marcos e perspectivas no contexto nacional	26
2.3 A tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no Estado de Alagoas.....	37
2.4 Sinal/Palavra.....	39
3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: UM RIZOMA SOCIAL	43
3.1 Linguística Aplicada: um olhar <i>para</i> e <i>a partir</i> do sujeito	44
3.2 O não silenciamento do pesquisado e do pesquisador.....	49
3.3 Pesquisa narrativa	51
3.4 Explorando a pesquisa	55
3.5 Conhecendo os instrumentos da pesquisa	57
3.6 Geração de dados.....	60
3.6.1 Fase exploratória.....	62
3.6.2 Fase de direcionamento	65
3.6.3 Fase de fechamento	65
4 O TILSP: O QUE OS DOCUMENTOS DIZEM?	67
4.1 O silenciamento da voz do Tilsp: a neutralidade legislante	67
4.2 Corpo neutro: o apagamento do corpo do Tilsp	80
5 O TILSP E O(S) OUTRO(S)	90
5.1 Senta lá, intérprete	91
5.2 Não é permitido falar	100
5.3 Tilsp Educacional	106
5.4 Neutralidade como isenção de responsabilidade	112
6 PARA NÃO CONCLUIR	119
REFERÊNCIAS	125

1 INTRODUÇÃO

“Meus adversários é que mentem, meus adversários é que são hábeis em falar, mas são tão hábeis em falar que quase conseguem me fazer esquecer o que sou. Por causa deles quase perdi a memória de mim mesmo”.

– Sócrates

As palavras proferidas por Sócrates, em seu julgamento, ilustram bem a situação análoga por que passam os Tradutores e Intérpretes de Libras¹ e Língua Portuguesa (doravante Tilsp²) e, sendo eu um Tilsp, comungo também dessa realidade. Os interditos pelos quais passamos em nossa área nos fazem, por vezes, esquecer quem somos, faz-me esquecer quem sou, assim como Sócrates, quase perdendo a memória de mim mesmo. É por essa analogia que inicio este trabalho.

Nesta introdução, penso ser extremamente significativo para as discussões e reflexões aqui construídas iniciar minha narrativa compartilhando o lugar de onde falo, do lugar de um Tilsp profissional. A partir desse lugar, busco apresentar, em minha narrativa, alguns aspectos da realidade sob essa ótica outra que não a do pesquisador, embora eu também o seja. Para tanto, narro meu caminhar com a Libras, desde o contato com essa língua até o momento em que ela passou a me constituir enquanto Tilsp profissional.

Meu primeiro contato com a Libras aconteceu num espaço religioso, em 2006, uma vez que minha família imediata e eu éramos membros de uma instituição religiosa que realiza um trabalho de evangelização de pessoas com surdez. Embora eu não faça mais parte dessa instituição religiosa, minha constituição enquanto sujeito ainda é fortemente marcada por ela. Nesse contexto, meu primeiro passo em direção ao caminho que hoje percorro enquanto Tilsp aconteceu aos meus 14 anos de idade.

Assim como meus primeiros contatos, minha aquisição da Libras ocorreu também nesse espaço e foi nele que iniciei minha atuação como intérprete³, contudo, somente cinco

¹ Farei uso dessa terminologia para me referir à língua brasileira de sinais, utilizando-me da primeira letra em maiúsculo e do restante da palavra em minúsculo. Isso faço, seguindo a regra concernente às siglas de quatro letras ou mais e que formam uma palavra pronunciável, pois que assim se configura.

² Assim como justificado na nota acima, faço uso da sigla Tilsp, com a primeira letra em maiúsculo e o restante da palavra em minúsculo, para me referir ao Tradutor e Intérprete de Libras e Língua Portuguesa.

³ Ancorando-me na perspectiva de Sobral (2008), usarei os termos intérprete, tradutor e Tilsp como sinônimos, do mesmo modo faço com os termos tradução e interpretação. Os meus posicionamentos se dão por

anos mais tarde, em 2019, é que eu viria a atuar profissionalmente como Tilsp. Isso que posso chamar de outra e nova realidade, isto é, atuar profissional como Tilsp, ganhou forma quando eu tinha dezenove anos de idade numa escola municipal de Teotônio Vilela - Al, minha cidade natal. Na época, eu atuava como contratado temporário pelo Município, interpretando para alunos do ensino fundamental II (cerca de três alunos surdos). Embora eu já tivesse alguma experiência com processos tradutórios no meio religioso, esse outro espaço por onde se deu minha caminhada foi um tanto “pedregoso”. Digo isso porque, nesse novo lugar, eu teria de interpretar conteúdos escolares, além de estar em contato com realidades sociais tão distintas das de meu primeiro espaço de atuação, ao qual já estava habituado e, de certa forma, confortável.

A partir desse momento, eu tinha de interpretar uma gama de disciplinas, desde língua portuguesa, com a qual tinha mais intimidade, a matemática e biologia, além de assuntos sobre sexualidade, religiões e outras que não a minha. Ou seja, encontrava-me numa posição de confrontar aquilo que fui condicionado a acreditar e/ou rejeitar. No que diz respeito à minha atuação em sala de aula, meu lugar geográfico era restrito a uma cadeira, no canto da sala, em frente aos alunos surdos. Para os alunos surdos, meu papel era um tanto quanto confuso. Digo isso em razão de diversas vezes ser chamado de professor por eles, outras vezes também pelos ouvintes. Nessas ocasiões, procurava esclarecer, para eles, que estava ali como intérprete e não como professor. Entretanto, essas situações eram um tanto quanto paradoxais, porque, embora eu tivesse esse tipo de fala, muitas vezes nem mesmo eu entendia se essa diferença era de fato real, já que durante a interpretação das aulas cabia ao Tilsp, no caso eu, explicar determinados conceitos e até mesmo ensinar Libras, já que dos três (3) alunos surdos para os quais interpretava, dois não tinham a Libras como língua constituída.

Além disso, não raro, ouvia dos professores e coordenadores pedagógicos falas como “*o seu aluno fez isso e seu aluno foi aprovado e/ou reprovado*”. Era delegada a mim a responsabilidade pelo desenvolvimento pedagógico dos alunos surdos, visto ora como intérprete, ora professor, esse lugar tão instável ocupado pelo Tilsp levava a práticas um tanto quanto preocupantes. Digo isso por rememorar relatos de colegas Tilsp de que certos docentes exigiam que os intérpretes pedissem permissão a eles para ir ao banheiro. Esse cenário antagônico e complexo fazia com que nem mesmo eu soubesse qual meu papel na

sala de aula, assim como Sócrates, eles me faziam não apenas esquecer, mas nem saber quem eu era.

Durante o período em que atuei como Tilsp também cursava *Letras-Português*, que possuía, em sua matriz curricular, a disciplina de Libras. Todavia, além de ter uma carga horária insuficiente para o aprendizado da Libras, a disciplina não contemplava o universo da interpretação. Além disso, nessa época, não havia, no Estado de Alagoas, a oferta do curso de graduação em Letras-Libras: licenciatura, situação existente a partir de 2014. Assim, não contávamos com formação acadêmica e/ou técnica em tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no Estado. Nesse sentido, vale a pena destacar que o primeiro curso em nível profissionalizante de Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa, ofertado no Estado, deu-se apenas em 1999 e o segundo em 2008.

Quanto à obrigatoriedade de Tilsp, em contextos educacionais em que haja alunos com surdez, acrescento que só a partir do Decreto Federal 5.626/05⁴ é que as escolas começaram se mobilizar para a inserção desse terceiro “ator social (Tilsp) em sala de aula” (SANTOS, 2017, p. 10). Sendo, a partir da promulgação do referido decreto, que ações quanto à formação e à inserção do Tilsp passam a ser mais evidentes no território nacional, ainda que modestamente.

Voltando agora ao fio condutor da minha narrativa, após um ano como Tilsp na rede municipal de Teotônio Vilela, em 2012, fui redirecionado pela Secretaria de Educação do próprio município Teotônio Vilela para atuar como professor do Centro de Apoio à Inclusão Escolar – Caie. Novamente, outra realidade se apresentava. Agora eu ocupava um outro lugar. Esse Centro recebe alunos com diversos tipos de deficiência e também com distúrbios de aprendizagem e nele lecionei por três anos como professor de Libras e de língua portuguesa para alunos com surdez. Logo, durante o período em que atuei como docente, minhas atividades enquanto Tilsp ficaram restritas apenas aos contextos religiosos.

Desde esse momento de construção de minha caminhada enquanto Tilsp narrado acima, posso dizer que eu era fortemente envolvido por discursos que configuravam um Tilsp totalmente fiel e neutro em relação ao discurso do outro. No entanto, isso me inquietava. Chegava ao ponto em que eu me recusava a interpretar em contextos que iam de encontro aos meus antigos princípios religiosos, como em festividades não cristãs e

⁴ BRASIL. Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>> Acesso em: 11 nov. 2019.

palestras de conteúdos considerados pela igreja como imorais. Ou seja, ao mesmo tempo em que eu me esforçava para acatar falas advindas de surdos, de livros sobre tradução, de oficinas sobre interpretação de que eu participava, considerava não ser possível me manter neutro, caso interpretasse nesses contextos, pois, se o fizesse, pensava eu, estaria pecando contra Deus.

O discurso da neutralidade e fidelidade do ato interpretativo regeu grande parte da minha vida, direcionando minhas práticas discursivas, embora não compreendesse como é que eu poderia ser de fato fiel e neutro. Recordo que, retomando a narrativa de minha trajetória enquanto Tilsp, quando passei a atuar como professor no Caie, foi-me dada a responsabilidade de desenvolver cursos de formação para os Tilsp da rede municipal de educação de Teotônio Vilela. Tenho vívido em minha mente que, durante esses cursos, minhas falas frequentemente abordavam a necessidade de os Tilsp serem neutros e fiéis ao discurso dos docentes e surdos para os quais realizavam o processo de interpretação. Todavia, aquele pensamento de que não era possível me esvaziar de todas minhas crenças, ideologia e cultura, durante a interpretação, continuavam a me inquietar. Mas ainda assim, as leituras e os discursos à minha volta me sufocavam ante a possibilidade de mudança desse paradigma.

Nesse contexto, as inquietações quanto à obrigação de ser neutro, de dever estar ali sem poder estar ao mesmo tempo, levavam-me a fortes desejos de abandonar a área da tradução. Ao migrar do campo da tradução para a docência não pensava, nem intencionava voltar a atuar profissionalmente como intérprete. Contudo, três anos depois essa situação mudou.

No ano de 2014, foi aberto o concurso, em caráter efetivo, para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem⁵ de Sinais na Universidade Federal de Alagoas (doravante Ufal). Fiz minha inscrição, fui classificado para uma das vagas disponíveis e, aprovado, comecei a trabalhar como Tilsp nesse mesmo ano. Mais uma vez, estava eu nesse lugar de tensas relações. Por conseguinte, não demorou muito para eu estar envolvido, novamente, por discursos que exigiam de mim neutralidade e fidelidade no interpretar. Não obstante, as inquietações que surgiram lá atrás ainda me acompanhavam.

⁵ Embora compreenda que a Libras é uma língua, e não linguagem, decidi replicar o termo utilizado no edital de seleção. Disponível em: <<http://www.copeve.ufal.br/sistema/anexos/Tecnico-Administrativo%20UFAL%20Efetivo%20-%20Edital%20n.025-2014%20-%20Maceio%20Arapiraca%20e%20Sertao/Edital%20-%20Retificado%20em%2017.03.2014.pdf>>. Acesso em: 28 de out. de 2019.

Já na universidade, comecei a interpretar nas aulas de graduação, pós-graduação, atividades de extensão, dentre outros. Durante as aulas, evitava expressar qualquer comentário, pois, de acordo com o que ouvia até mesmo dos meus colegas de profissão, não me era permitido esse tipo de participação. Afinal, segundo aquelas falas, eu era apenas um Tilsp, isto é, para a escola e docentes, eu era um sujeito vazio que não tem nada a acrescentar, sendo que deveria eu, apenas, transportar os discursos entre docentes e discentes. Outro aspecto pertinente a novo contexto eram/são os desconfortos de ser, não raramente, questionado quanto/se estou sendo fiel ao que estou interpretando. Não me era/é incomum, sob o olhar enviesado dos docentes, perguntas como *Foi isso mesmo que ele disse?* ou *Você conseguiu interpretar direito, mesmo?* Essa situação se intensifica quando de interpretações de professores doutores, já que o nível acadêmico mínimo exigido para os Tilsp é a formação em ensino médio; embora todos os Tilsp que atuam na Ufal tenham formação em nível superior.

Meu posicionamento mudou diante das situações apresentadas quando tive a oportunidade de interpretar na disciplina Tópicos de Linguística Aplicada⁶, ministrada pelos Prof. Dr. Paulo Rogério Stella e Profa. Dra Andréa da Silva Pereira. Foi ali que comecei, por meio das discussões, a ampliar meu horizonte e a entender como a língua/linguagem nos constitui e afeta nossas vidas. Participar dessas discussões foi essencial para mim, pois foi a partir daquelas aulas que voltei a questionar, agora com mais entendimento, os discursos que me atravessavam e tentavam a todo custo me neutralizar, emudecer-me.

Nos semestres seguintes, matriculei-me como aluno especial⁷ em duas disciplinas na linha de Linguística Aplicada, e minhas inquietações, que apresentei anteriormente, começaram a tomar corpo na forma desta pesquisa. Foram essas inquietudes que me moveram a pesquisar acerca desse processo de tradução e suas relações com essa discursividade de neutralidade e fidelidade do sujeito (no caso, o Tilsp). Minha intenção, a priori, era mostrar, apenas, que não é possível abstrair a presença discursiva do intérprete do ato⁸ tradutório. Todavia, durante o percurso desta pesquisa, meu horizonte foi ampliado,

⁶ Disciplina ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Faculdade de Letras, na Ufal (doravante PPGLL) no ano de 2016.

⁷ Termo usado para referir-se aos alunos não regulares do PPGLL.

⁸ A noção de Ato é entendida aqui como “ação, sentimento, fala, desejo, pensamento, que é intencional e que caracteriza a singularidade, a monograma de cada um, [...] a impossibilidade de ser substituído” (BAKHTIN, 2017, p.10).

fazendo-me tomar consciência de questões para as quais não havia atentado até então. A transformação que esta pesquisa me proporcionou, no que tange ao modo de enxergar e atuar enquanto Tilsp e enquanto cidadão, foi uma das coisas mais gratificantes deste trabalho. Mas como ocorreu essa transformação e o que de fato mudou? Mais à frente responderei a tais questões, pois reservei um espaço para tratar especificamente desse processo de mudança.

Após discorrer sobre o seio em que foi gerado o desejo de realizar esta pesquisa, apresento os objetivos que guiaram esta investigação. Assim sendo, primeiramente, configuro como objetivo geral identificar que efeitos de sentidos são produzidos nos e pelos discursos da neutralidade no campo da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Com vistas a atingi-lo, estabeleci dois objetivos específicos. São eles:

1. Identificar as representações que são construídas nos e através de documentos institucionais acerca do tradutor e intérprete de Libras e Língua Portuguesa;
2. Estabelecer um diálogo entre os temas levantados no processo de análise dos documentos institucionais com a realidade do trabalho do Tilsp.

A fim de atingir meu primeiro objetivo específico, fiz um levantamento e estudo de documentos legais e institucionais, que discorrem acerca do papel/lugar do Tilsp no processo de interpretação. A importância de analisar esses registros escritos se justifica em razão de que, nesses documentos, encontra-se a:

possibilidade da observação das relações entre homem e sociedade, porque, funcionando dentro do contexto em que foi produzido, o documento escrito fixa, preserva e transmite saberes constituídos em um determinado tempo e espaço, refletindo pontos de vistas sobre esse momento histórico (STELLA, TAVARES, 2012, p.2).

Desse modo, entendo que os documentos, além de refletir o posicionamento de determinados grupos, também refratam e produzem efeitos de sentidos que afetam diretamente a realidade (VOLOCHINÓV, 2017). Ademais, o âmbito desta pesquisa lida com uma situação complexa e exige, portanto, uma discussão que contemple a análise desses documentos, uma vez que eles se configuram como importantes parâmetros nas relações sociais.

Em seguida, para alcançar meu segundo objetivo específico, proponho encontros individuais com professores ouvintes e não sinalizantes⁹ da Libras, com alunos surdos e com Tilsp, visando a uma reflexão acerca da problemática que sustenta esta investigação. E, fundamentando-me nas propostas da pesquisa narrativa (BRUNER, 1986; CLANDININ, CONNELLY, 2015), realizei entrevistas narrativas com cada participante da pesquisa, individualmente. Essa metodologia permitiu compreender como os sujeitos da pesquisa entendem suas vidas e dos outros no que concerne aos seus papéis no processo de interlocução entre surdos e ouvintes mediados pelo ato interpretativo. Outrossim, ao enunciar por meio das narrativas, o sujeito fala “não somente um ponto de vista sobre eles mesmos, sobre seu espaço e seu tempo, mas também oferecem um ponto de vista valorado sobre o outro” (STELLA; TAVARES, 2012, p.05) com quem interagem.

Essa forma de operacionalização, análise de documentos e de pesquisa narrativa, fundamenta-se em razão de eu tencionar fazer uma cristalização dos dados analisados nos documentos com os dados gerados por meio das entrevistas. Procuo, dessa forma, verificar se há e quais são os efeitos de sentidos produzidos pelos documentos oficiais nos contextos educacionais de ensino em que há Tilsp. Penso que conduzir esta investigação, por meio de análise documental e entrevistas narrativas, permitir-me-á estabelecer um campo de relações de sentidos atravessados pelos discursos que constituem a vida dos Tilsp. Ressalto, ainda, que realizar essa investigação a partir da minha prática profissional me proporcionou compreender melhor o universo da tradução por trazer a realidade concreta para a reflexão e teorização dessa prática.

Apresento agora as questões que foram basilares na elaboração dos meus objetivos e que nortearam esta investigação, quais sejam:

1. Quais representações acerca dos Tilsp são construídas a partir dos documentos que versam sobre esse sujeito?
2. Quais relações são construídas entre os documentos legais que versam acerca da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa e o trabalho do Tilsp?

Apresentadas as questões, considero importante dizer que o motivo de utilizar *questões* e não *pergunta de pesquisa* se dá por considerar o lugar do outro como extremamente relevante nesse processo. Como um outro a ser escutado, entendido e

⁹ Em oposição ao termo *falantes*.

compreendido. Ancorado em Amorin (2016), parto por um caminho diferente daqueles que, ao fazerem pesquisa, recusam a alteridade. A autora ilustra a diferença entre esses dois termos, ou seja, pesquisa e questão, ao dizer que assim como, para um detetive, há questões que são cruciais para uma pesquisa. Segundo Amorin (2016), a “problemática coloca o trabalho do pesquisador em relação orgânica com o de outros pesquisadores, anteriores, contemporâneos e futuros e, assim, inscreve-o na arena do pensamento” (p. 37). As questões partem do interior de um campo teórico e este imprime necessariamente um rumo à pesquisa.

Nessa perspectiva, a metodologia formulada a priori não é imutável, pelo contrário, é posta com a prerrogativa de alteração. As próprias questões, ao término da pesquisa, não são mais as mesmas. Penso que as pesquisas em que se considera a fala do outro como um comportamento, tentam, na verdade, calar a(s) voz(es) do pesquisado e desconsideram a presença do próprio pesquisador na construção do sentido.

Sendo assim, entendo que, ao utilizar o termo pergunta, produz-se a ideia de algo já posto, isto é, pressupõe-se uma resposta delimitada e falsamente objetiva. O pesquisador utiliza perguntas apenas para confirmar o que ele já tinha hipotetizado, que “já tinha sido construído antes de encontrar o outro” (AMORIN, 2016, p. 37). Em contrapartida, o termo questão pressupõe um campo aberto, que busca não apenas uma confirmação, significação estável, afirmação e/ou negação, mas intenciona a interpretação e a compreensão. Tomo as questões como norte para a investigação, contudo, foram os discursos encontrados que direcionaram a metodologia e os rumos deste trabalho.

Penso ainda que o termo questão não se contenta ou se fecha em respostas afirmativas e/ou negativas, mas parte de uma problemática que precisa ser conhecida e compreendida. Esse entendimento é relevante para esta pesquisa, tendo em vista que sigo uma perspectiva de Linguística Aplicada que “não tenta encaminhar soluções ou resolver os problemas com que se defronta ou constrói” (MOITA LOPES, 2006, p. 20), mas “procura problematizá-los ou criar inteligibilidade sobre eles, de modo que alternativas para tais contextos de usos da linguagem possam ser vislumbrados” (ibidem, p. 20). Dessa maneira, não intenciono trazer ou propor uma solução salvacionista e detentora de todo saber, mas uma reflexão acerca da realidade investigada de modo que outras possibilidades de (des)construção de práticas discursivas possam ser pensadas.

Após essa justificativa, julgo necessário salientar que a construção do tema desta dissertação “O eu no enunciado do outro: a voz do intérprete durante o ato interpretativo do

par linguístico Libras/Língua Portuguesa” foi pensado no sentido de promover uma reflexão acerca da presença do Tilsp no enunciado considerado do outro. Ademais, direciono-me também para a possibilidade de que, por meio desta pesquisa, a voz do Tilsp possa ser escutada. Essa escuta, por sua vez, penso eu, possibilitará a compreensão dos efeitos de realidade desse sujeito, considerando que a realidade não é um dado, mas um efeito das práticas discursivas que ordenam e modelam o mundo social (FABRÍCIO, 2006). E que, por meio dessa articulação de vozes, possam ser geradas novas perspectivas calcadas numa consciência crítica acerca do modo como as relações sociais no campo da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa são (re)modeladas pelos interesses hegemônicos.

Com vistas a promover reflexão sobre as questões até aqui levantadas, organizo esta dissertação da seguinte forma: na segunda seção, resgato o contexto sócio histórico da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no Brasil, apontando os principais marcos e avanços e perspectivas dessa área a partir da segunda metade do século XIX e como esse cenário foi encaminhando-se no século seguinte até os dias atuais. Após esse panorama nacional, delinheio também os avanços no âmbito do Estado de Alagoas e concluo a seção mobilizando os conceitos de Palavra segundo Bakhtin, para poder compreender o processo tradutório.

Na terceira seção, percorro o caminho metodológico seguido nesta pesquisa, destacando que a Linguística Aplicada (doravante LA) que ancore esta investigação pautase num olhar para e a partir do sujeito, compreendendo-o como eixo central nas pesquisas nesta área. Em virtude desta compreensão, posiciono-me defendendo o não silenciamento do pesquisado e do pesquisador no processo de construção das pesquisas científicas e discorro ainda acerca do papel das pesquisas narrativas nas ciências sociais. Por fim, apresento os instrumentos utilizados na geração de dados e as fases em que se estruturaram esta pesquisa.

A quarta seção assenta-se no meu primeiro objetivo específico, portanto, nela procedo a análise dos discursos provenientes dos documentos institucionais que (re)produzem a imagem e as práticas dos Tilsp. Divido esta seção em duas subseções: na primeira, discuto acerca da neutralidade legislante advinda dos documentos legais acerca da área de tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, e na segunda subseção, analiso como os discursos da neutralidade têm afetado também os corpos dos Tilsp.

Na quinta e última seção, estabeleço um diálogo dos temas discutidos na terceira seção com as histórias de vidas narradas pelos participantes da pesquisa. À vista disso, estruturei essa seção em quatro subseções. Na primeira, discorro acerca do apagamento do corpo dos Tilsp por meio de práticas discursivas que, ancoradas numa perspectiva neutralizante, têm marginalizado esses profissionais para os lugares da não evidência. Na segunda subseção, analiso outro efeito dos discursos da neutralidade no trabalho dos Tilsp, o silenciamento desse sujeito por meio de proibições quanto à participação dos Tilsp, por meio de comentários e opiniões, durante as aulas. A terceira subseção configura-se como uma possibilidade de transformação do lugar/papel ocupado pelos Tilsp nos espaços de sala de aula. Por fim, na última subseção, procuro entender a neutralidade como uma isenção de responsabilidade ética por parte dos tradutores, apontando como a ilusória neutralidade tem contribuído para a (re)produção das formas de dominação. E, para finalizar esta seção, passo agora para a seção II, que mostra como a área da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa tem se desenhado a partir de 1980 até a atualidade, contribuindo, assim, para a compreensão do cenário investigado nesta dissertação.

2 O CAMINHAR DO TILSP: O INÍCIO DE UMA PROFISSÃO

O caminhar do Tilsp tem sido pouco delineado nas pesquisas acadêmicas. Segundo Rosa (2005, p. 109), a história desse sujeito “se embaralha com a própria história das línguas de sinais”, aparecendo de forma coadjuvante nessas histórias, sem um espaço de discussão que contemple a reflexão acerca dos aspectos sócio-histórico-ideológicos que atravessam o campo da interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Frente a esse cenário, considero ser relevante dedicar esta seção ao percurso do Tilsp, pois, além de compreender a relevância da disseminação acadêmica do trajeto desse sujeito, meu direcionamento é, também, que a voz do Tilsp possa ser escutada.

Diante da empreitada mencionada acima, julgo ser significativo percorrer o contexto histórico em que esse sujeito esteve e tem se inserido. À vista desse intento, abordo, nesta seção, a princípio, o contexto histórico da área de interpretação de Libras no Brasil no fim do século XX, os principais marcos alcançados no início do século XXI, percorro também os passos dados no Estado de Alagoas rumo ao cenário atual e, por fim, mobilizo o conceito de Palavra, segundo Bakhtin (VOLÓCHINOV, 2017), para compreender o processo tradutório em Libras e Língua Portuguesa.

2.1 O Tilsp no fim do século XX: uma missão ou uma profissão?

A figura do tradutor e intérprete de língua de sinais remonta à própria existência de pessoas surdas e ouvintes se comunicando, a falta de registros formais, contudo, impossibilita apontar uma data exata. Não obstante, é possível dimensionar, em certa medida, a extensão desse período, dado que documentos datados de cerca de três mil anos a.C. fazem referência a um supervisor de intérpretes. Alguns autores (OUSTINOFF, 1956; PAZ; GUTIERRÉZ, 2013) apontam que, no Egito antigo, os intérpretes eram até mesmo considerados príncipes, o que evidencia quão antiga é essa prática. Vale salientar que, por muito tempo, a interpretação não era considerada como uma área de estudo, na verdade, pouco se pensava sobre ela. Apesar de ser, como já mencionado, umas das atividades mais antigas no mundo, a interpretação só começou a ser vista como ato fundamental do intercâmbio humano no século XX, servindo a interesses políticos e econômicos.

Aqui no Brasil, não há documentos que apontem o início da atuação dos Tislp. De acordo com Leite (2004), o que se sabe é que, no final do século XIX, houve uma convocação oficial de intérprete ao antigo Instituto Nacional de Educação de Surdos Mudos, hoje Instituto Nacional de Educação de Surdos. Como assinala Rosa (2005), a história dos Tislp mal chegou a ser contada, isso em razão de não haver sequer um olhar para esse sujeito, uma vez que ele não era considerado um profissional e, conseqüentemente, não era remunerado por seu trabalho.

Embora seja complexo marcar o início das atividades de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no Brasil, os anos a partir de 1980 são considerados como o período com mais notoriedade, principalmente em espaços religiosos, da atuação de intérpretes na área de Libras. Naquele contexto, o objetivo era, e em alguns casos ainda é, evangelizar o surdo. Entretanto, na busca desse escopo, era necessário ao intérprete formar a si mesmo, uma vez que, à época, não se contava com cursos profissionalizantes, cursos superiores ou espaços onde a língua de sinais fosse ensinada (RODRIGUES, 2012). Muitos dos que começaram a interpretar o fizeram sem uma formação específica e sem refletir sobre essa prática. O conhecimento da interpretação era adquirido, em sua maioria, em espaços religiosos, por meio de atividades quase que diárias de interpretação.

Em vista do seio de aprendizado da Libras e da primeira experiência de interpretação de muitos Tislp ter ocorrido em espaços religiosos, foi/é produzida uma onda de discursos de que o ser Tislp era/é uma missão divina, ou um dom concedido por Deus para servir ao próximo. Esse modo de pensar contribuiu para a concepção de que o lugar do Tislp pode ser ocupado por qualquer pessoa, sem uma formação acadêmica, já que, segundo essa perspectiva, a formação ficava a cargo das igrejas. Outro efeito desse discurso foi o não reconhecimento do Tislp enquanto profissão, uma vez que interpretar é uma missão, então deve ser realizada voluntariamente, sem uma remuneração, pois o pagamento pelo trabalho prestado seria pago por Deus em forma de bênçãos espirituais.

Destaco que, embora o espaço religioso tenha sido o mais fecundo no surgimento de Tislp, aqui no Brasil, o lugar de Tislp foi também ocupado por aqueles que tinham algum tipo de envolvimento com surdos, como por relação de parentesco e por participação em associações de surdos. Rosa (2005) afirma que, em virtude do exercício da profissão de Tislp não ter sido reconhecida naquela época, ela “abarcou profissionais de diferentes áreas, como: pedagogos, fonoaudiólogos e pastores, entre outros” (ROSA, 2005, p. 110). O lugar do Tislp era habitado por diferentes sujeitos, uns com e outros sem formação em nível

superior. Todavia, mesmo com formação acadêmica, esta era em diferentes áreas que não a de tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Esse perfil ainda ecoa em nossos dias, embora hoje um número maior de Tilsp possua formação acadêmica, ela ocorre em outras áreas do conhecimento, como em cursos de Licenciatura, Fonoaudiologia e Psicologia e não em Letras-Libras: bacharelado¹⁰ ou outros cursos de Letras, cursos voltados para questões linguísticas.

Com o tempo, aqueles que atuavam informalmente como Tilsp começaram a ser convidados para interpretar em outros estratos sociais, como seminários e congressos, embora, de acordo com Rosa (2005), as atividades de interpretação ainda acontecessem com maior frequência em instituições religiosas. Penso ser válido ressaltar que, nos eventos mencionados, a atuação do Tilsp ainda era vista como um convite e não como uma profissão, ou seja, o Tilsp ainda é visto sob lentes assistencialistas, missionárias e de voluntariado.

Pouco a pouco o cenário acima mencionado foi se modificando e algumas instituições acadêmicas começaram a realizar contratação de Tilsp, em caráter remunerado, via Federação Nacional de Educação de Surdos - Feneis, já que, à época, essa Federação realizava trabalhos voltados para os Tilsp. A Faculdade e Colégio Radial, a Universidade Luterana do Brasil, a Pontifícia Universidade Católica do Brasil e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram as primeiras instituições de ensino superior a dar os primeiros passos rumo a uma atuação remunerada.

Rosa (2005) argumenta que a inexistência de leis e de instituições sindicais que acolhessem as questões relativas ao cargo de intérprete contribuíram para o não reconhecimento dessa área enquanto profissão. A autora ressalta que a busca por uma regulamentação de tradutores (línguas orais) remonta a 1974, com a fundação da Associação Brasileira de Tradutores - Abrates. Ela ainda nos informa que o projeto de Lei proposto pela associação não seguiu em frente e foi engavetado pelo Ministério do Trabalho da época. Uma das razões desse não andamento da proposta foi a falta de formação acadêmica em que fossem discutidos os processos tradutórios (ESQUEDA, 1999). Essa realidade, no que diz respeito aos Tilsp, só viria mudar trinta e seis (36) anos depois, isto é, em 2010, quando da promulgação da lei que passou a regulamentar a atuação dos Tilsp.

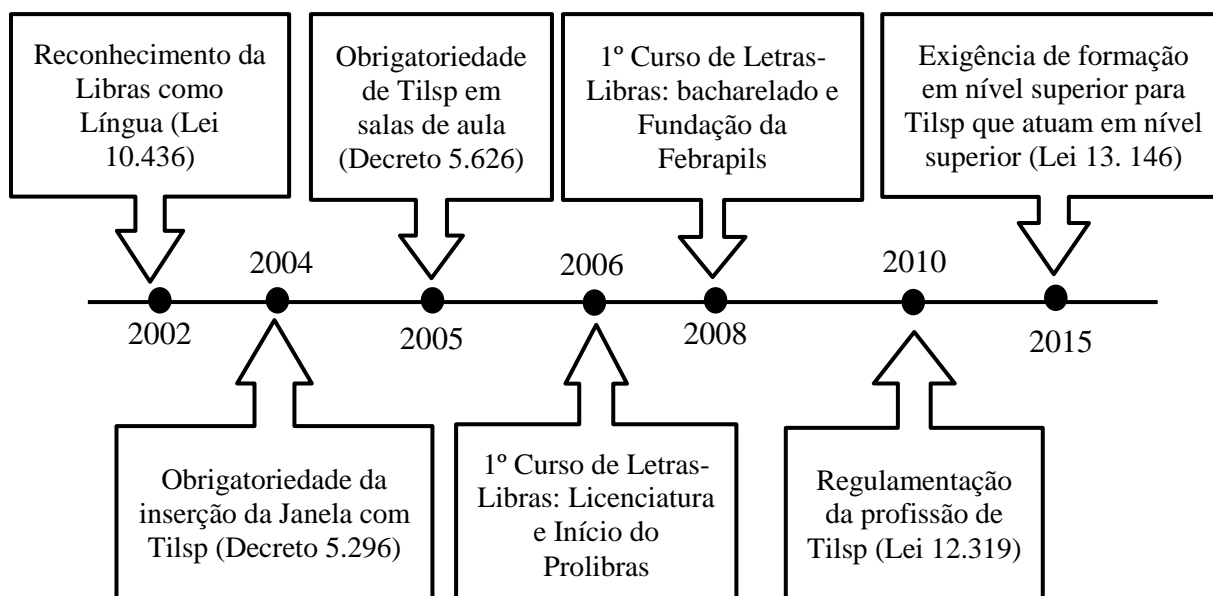
¹⁰ Curso em nível superior destinado à formação de tradutores e intérpretes de Libras e língua portuguesa.

Diante das considerações que venho construindo até o momento, aponto o discurso religioso como um dos principais pilares de sustentação dos modos como o Tilsp vem sendo enxergado. A meu ver, os discursos segundo os quais o Tilsp era um missionário dos interesses divinos foram uma das molas propulsoras centrais para o modo como esse sujeito passou e passaria a ser encarado anos à frente. Aquelas práticas discursivas produziram entraves na compreensão do Tilsp enquanto profissional e reverberaram no reconhecimento tardio dessa profissão. Como mencionado, esse quadro só viria a sofrer notável alteração no início do século XXI. Os esforços em conjunto das pessoas surdas e dos Tilsp resultaram em conquistas mais substanciais para essa área, afastando-se da ideia de missão e aproximando-se do reconhecimento enquanto profissão.

Após revisitar o contexto histórico do Tilsp a partir da década de 80, concluo esta subseção assinalando que o fim do século XX caminhou a passos mais acelerados em relação à primeira metade daquele mesmo século. Os movimentos ocorridos naquela época vislumbravam acontecimentos mais significativos. A mudança do século teve, em seu horizonte, passos mais largos em direção a conquistas da comunidade surda e do Tilsp, principalmente no âmbito legal. Visando a conhecer quais são esses avanços, reservo a próxima subseção aos principais marcos na área tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no Brasil no início do século XXI.

2.2 A tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no século XXI: marcos e perspectivas no contexto nacional

Como abordado na subseção anterior, são muito recentes os movimentos em busca da profissionalização dos Tilsp, cenário que ganhou importantes contornos após a virada do século. Discorro agora acerca dos principais eventos que balizaram a área da tradução de Libras e língua portuguesa a partir dos anos 2000, todavia, com vistas a tornar a leitura mais compreensiva, apresento um gráfico temporal com os marcos históricos nessa área aqui no Brasil no início do século XXI.

Gráfico 1 - Marcos históricos na área da tradução de Libras e língua portuguesa no Brasil

Fonte: o autor (2020)

O início do século XXI foi marcado por uma das maiores conquistas na história da Língua Brasileira de Sinais e do Tradutor Intérprete de Libras e Língua Portuguesa: a promulgação da Lei Federal nº 10.436 em 24 de abril de 2002¹¹. Essa lei passou a reconhecer, oficialmente, a Libras como língua oriunda das comunidades surdas do Brasil e garantiu o ensino e disseminação da Libras. Esse reconhecimento foi um avanço quanto aos direitos linguísticos das pessoas com surdez e deslocou a Libras para o seio das discussões acadêmicas, a saber: o espaço acadêmico de pesquisa e ensino. Ademais, a promulgação da referida lei se configurou como a marcha de partida para a sanção de outros documentos norteadores.

Considero relevante destacar que, com o tempo, a referida lei passou a ser alcunhada de *Lei de Libras* (FELIPE, 2006; BARBOSA, 2011; GUARINELLO et al, 2011), em decorrência de ser o primeiro documento legal a reconhecer a língua de sinais enquanto status linguístico. A doravante *Lei de Libras* passou a ser referenciada como objeto de conquista desse grupo, não apenas no que diz respeito ao reconhecimento da língua, mas abarcando também todos os outros degraus alcançados por meio dela, como a disseminação da Libras e sua inserção como disciplina obrigatória nos cursos de Licenciatura, Pedagogia

¹¹ BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm>. Acesso em: 01 de nov. de 2019.

e Fonoaudiologia, e o que nos interessa: a obrigatoriedade de tradutores e intérpretes em espaços de atendimento às pessoas com surdez.

Após o relevo dado acima, chamo a atenção para o fato de que, embora a comunidade surda¹² tenha conquistado a aprovação de um documento legal que determine a disseminação da Libras em espaços sociais e educacionais, a lei de Libras permaneceu por três anos sem uma regulamentação que direcionasse sua efetivação. Nesse ínterim, a atuação do Tilsp ainda continuava a ser exercida sem respaldo e sem reconhecimento legal. Como nos informa Rosa (2005, p.119), a presença desse sujeito não era/é “considerada como um direito à cidadania, e sim um ato de benevolência às pessoas ainda consideradas deficientes”. Não somente havia desinteresse na contratação, ou seja, em remunerar o intérprete, como também não havia políticas de formação desse sujeito. Isso pode ser visto no artigo I do Decreto 5.296/2004¹³ quando determinou que o serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva deveria ser prestado por “intérpretes ou pessoas capacitadas em Libras”. Embora o documento estabelecesse a atividade dos Tilsp, esse lugar ainda podia ser ocupado por qualquer pessoa que se pudesse comunicar-se em Libras, sem uma formação específica.

Nesse contexto, o já mencionado Decreto 5.296/04 passou também a determinar a “janela¹⁴ com intérprete de Libras” (NASCIMENTO, 2016, p. 43). Esse foi outro avanço no contexto histórico do Tilsp, pois se abria um novo campo de atuação desse sujeito, agora determinado e regulamentado por um decreto federal. Nesse sentido, outros instrumentos legais também passaram a arbitrar a atuação do Tilsp nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão, como a Portaria nº 310 do Ministério de comunicações, em junho de 2006¹⁵ e a NBR 15.290¹⁶, que estabeleceram diretrizes quanto

¹² Compreende-se como comunidade surda todos aqueles que partilham das lutas, pleitos e interesses das pessoas com surdez. Nesse sentido, a comunidade surda é composta tanto por pessoas surdas quanto por pessoas ouvintes. (ANDREIS-WITKOSKI, FILIETAZ, 2004).

¹³ BRASIL, Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm>. Acesso em: 02 de nov. de 2019.

¹⁴ Conforme ABNT NBR 15290/05 é um espaço delimitado no vídeo para a interpretação da língua portuguesa para a Libras. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR_15290.pdf>. Acesso em 10 de dez. de 2019.

¹⁵ BRASIL, Norma complementar nº 01 de 2006, que dispõe de recursos de acessibilidade, para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de

à acessibilidade comunicacional na televisão. De acordo com Dézinho e Santos (2017), três tipos de legendas para surdos foram inseridos na televisão brasileira: o *closed caption*, legenda aberta e a janela com intérprete de Libras. Faço o destaque que tanto os autores Dézinho e Santos (2017) quanto a NBR 15290/05¹⁷ utilizam a expressão janela de Libras. No entanto, escolho por usar a construção sintática janela *com intérprete* de Libras, pois entendo que a primeira expressão conduz ao apagamento do Tilsp ao suprimir a palavra intérprete ou interpretação da sua terminologia.

Penso ser válido sublinhar também que o uso apenas de legendas em português desconsidera que uma grande parcela da população de surdos no Brasil não têm acesso ao aprendizado do Português escrito, e mesmo quando há esse acesso em condições satisfatórias, o Português se configura como uma segunda língua para os surdos, o que implica dizer numa leitura diferenciada, já que esse tipo de leitura lida com a representação do som. Neves (2007) alerta que o uso de legendas requer um esforço muito maior por parte dos surdos quando comparado aos ouvintes, porque, em razão da sua condição, os surdos não têm acesso às informações sonoras, de modo que é necessário reformular as legendas para que o acesso seja confortável e independente.

Todavia, são poucos os programas que fazem uso da janela com intérprete de Libras, pois algumas emissoras justificam a impossibilidade do uso do recurso no restante da programação pelos seguintes motivos: o custo financeiro, falta de mão obra especializada e o espaço que a ferramenta ocupa para ser exibida em tela, já que a janela com interpretação em Libras é considerada um problema estético (DÉZINHO; SANTOS, 2017; CREPALDI; MENDONÇA, 2014). Essa situação é agravada em função da legislação obrigar o uso da janela apenas em programas eleitorais, partidários e pronunciamentos oficiais do governo, sendo facultativo aos demais programas o uso da janela com intérprete de Libras.

televisão. Disponível em: <<https://www.anatel.gov.br/legislacao/normas-do-mc/442-portaria-310>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

¹⁶ BRASIL, Norma nº 15.290, de 30 de nov. de 2005, que dispõe da Acessibilidade em comunicação na televisão. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR15290.pdf>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

¹⁷ BRASIL, ABNT NBR 290, de 30 de nov. de 2005, que dispõe sobre Acessibilidade em comunicação na televisão. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/NBR15290.pdf>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

Embora se possa perceber passos dados em consonância com a determinação legal da Lei 10.436/2002, ressalto que foi somente três anos mais tarde, em 2005, que esse instrumento legal passou a ser regulamentado, quando foi assinado o Decreto 5.626¹⁸ em 22 de dezembro deste ano. Foi por meio de tal decreto que se direcionaram as formas pelas quais a lei já aprovada, em 2002, fosse de fato efetivada. Esse novo instrumento legal passou a discorrer sobre a Libras e seu ensino, o papel do Tilsp e a formação exigida para investidura deste cargo. Dessa maneira, somente a partir do ano de 2006 é que passou a ser exigida a atuação de Tilsp em espaços educacionais em que houvesse surdos matriculados. Além disso, o decreto gerou diversas demandas para os órgãos governamentais, como a criação de cursos de graduação e certificação em Libras.

Ainda em 2005, realço que o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Especial e do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, lançou um livreto intitulado O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa. Esse material, além de discorrer acerca do fazer tradutório em Libras, traz também uma proposta de código de ética para aqueles que atuam como Tilsp. O livreto foi amplamente distribuído no país e foi/é seguido como uma Bíblia por muitos que atuam como Tilsp. Além de ser uma obra distribuída por um órgão governamental, que, por si só, já possui uma força de determinação, pois penso que a ausência de literatura e pesquisas acerca dessa área também contribuiu para a ampla aceitação e difusão desse material.

Já em 2006, em consonância com as exigências geradas por meio do decreto supramencionado, a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC passou a ofertar o primeiro curso de Letras-Libras: Licenciatura do país. Esse foi o início das formações acadêmicas em nível superior em Língua Brasileira de Sinais. Todavia, esse curso não contemplava os Tilsp, uma vez que tinha como escopo o ensino da Libras e não a tradução dela. Stumpf e Quadros (2015, p. 10) relatam que, em 2007, a UFSC “sofreu uma ação por parte dos candidatos ouvintes reivindicando a formação também para os profissionais tradutores e intérpretes”. Em vista disso, no ano seguinte, passou a ser ofertado o primeiro curso de Letras-Libras: Bacharelado, na modalidade a distância, com vistas a atender à demanda de formação dos Tilsp. Diferentes partes do Brasil foram contempladas com o

¹⁸ BRASIL, Decreto nº 5.626, de 22 de dez. de 2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5626-22-dezembro-2005-539842-publicacaooriginal-39399-pe.html>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

curso, sobretudo os Estados em que não havia formação em nível formal (STUMPF; QUADROS, 2015).

Outro importante bloco de construção da história dos Tilsp foi o Exame de Proficiência em Libras, doravante Prolibras. Ele foi criado pelo supracitado Decreto 5.626/05 e tinha como objetivo certificar aqueles que já atuavam como Tilsp, mas não possuíam cursos de formação. O certame se configurou como uma medida paliativa, em virtude da necessidade de atender à determinação do decreto quanto ao direito do surdo de ter acesso às aulas por meio do Tilsp. À vista disso, era necessário ter pessoas proficientes em tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa para suprir as demandas que já existiam, mas que, até a sanção decreto, não tinham sido geridas. De acordo com a determinação legal, o Prolibras deveria ser realizado anualmente, por um período de quinze anos, contudo ocorreram apenas sete edições do exame. As primeiras edições foram organizadas pela UFSC, sendo que, a partir de 2013, passaram a ficar sob a tutela do Instituto Nacional de Educação de Surdos - Ines.

Apesar de os amparos legais terem redimensionado o campo da tradução e interpretação envolvendo a língua de sinais aqui no Brasil, direcionando a formação do Tilsp e deslocando-o para um olhar profissional, ainda restam algumas lacunas no que tange às condições de trabalho dessa *nova* profissão, como a criação de mais cursos de formação, piso salarial, criação de sindicatos, a formalização do trabalho em duplas, entre outros. Em vista disso, no dia 22 de setembro de 2008, foi fundada a Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais - Febrapils. De acordo com informações provenientes do site¹⁹ da própria Federação, a Febrapils tem como função apoiar, orientar e consolidar as associações de intérpretes em todo território nacional. Ela ainda tem personalidade jurídica e privada. A criação dessa instituição foi um importante passo rumo a mais conquistas da categoria, uma vez que serve de base e de apoio aos pleitos de melhores condições de trabalho, além de orientar quanto à formação de seus profissionais. Hoje ela é uma referência em representação e porta-voz da categoria, sendo convocada em diversos momentos de embates políticos e profissionais.

Diferentemente de outras profissões, como a de docente, por exemplo, a de Tilsp passou, em 2010, a ter uma lei específica que regulamenta o exercício da profissão por

¹⁹ Disponível em: < <http://febrapils.org.br/>>. Acesso em: 05 de nov. de 2019.

meio da promulgação da Lei Federal 12.319/10²⁰. Essa foi uma valorosa conquista para esses profissionais, embora algumas lacunas sejam difíceis de dirimir, como a exigência apenas de formação em nível médio para Tislp atuarem no ensino básico e no ensino superior.

Todavia, a situação citada acima foi alterada quando entrou em vigor a Lei Federal 13.146 de 6 de julho de 2015²¹, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Nela, no artigo 28, o perfil de formação passa a ser alterado. Antes, a exigência mínima era apenas a formação em nível médio e certificado de proficiência ou curso de formação em tradução e interpretação de Libras. Contudo, a partir da referida lei, é feita uma divisão entre aqueles que atuam em níveis distintos, como observado em:

I - os tradutores e intérpretes da Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência na Libras;

II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras.

A nova lei alterou o que estava disposto na lei 12.319 de 1º de setembro de 2010 e determinou que os intérpretes que atuam no ensino superior devem possuir formação também em nível superior. No entanto, a legislação ainda permite que Tislp que possui apenas o nível médio atue no ensino básico. Esse cenário é motivo de discussão, visto que alguns autores (OLIVEIRA, STELLA, no prelo; ALBRES, 2015, 2016) discordam de que os Tislp que possuem apenas ensino médio completo atuem em espaços educacionais, uma vez que, segundo os autores, quando atuam em salas de aula, eles transcendem as fronteiras tradutórias e assumem também o lugar/papel de educador.

Outro personagem marcante nesse contexto foi o Plano Viver Sem Limites, advindo do Decreto Federal 7.612 de 17 de novembro de 2011²². Tal decreto instituiu o Plano

²⁰ BRASIL, Lei nº 12.319, de 01 de set. de 2010, que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 07 de novembro de 2019.

²¹ BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de jul. de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 07 de novembro de 2019.

²² BRASIL, Decreto nº 7.612, de 17 de nov. de 2011, que Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm>. Acesso em: 10 de nov. de 2019.

Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que tem como mote promover a articulação e integração de políticas e programas de ações do governo federal, com vistas a garantir a inclusão e a equidade das pessoas com deficiência, em consonância com os termos da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Esse plano estipulou como meta a implementação de vinte e sete (27) cursos de Letras-Libras: Licenciatura nos anos que se seguiram, sendo a Ufal uma das universidades contempladas com esse curso²³. Além disso, trouxe também códigos de vagas para o cargo de Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais nas universidades contempladas com o curso. Esse plano foi extremamente importante, pois universidades que nunca tiveram Tilsp em seu quadro de servidores passaram a contar com esse profissional.

Entretanto, não posso deixar de sublinhar a nomenclatura citada, especificamente no que concerne ao termo *Linguagem de Sinais*. Ainda se percebe, por meio da palavra linguagem, que a Libras é concebida como uma não língua. Essa compreensão reverbera, conseqüentemente, no modo como o Tilsp é encarado. Já que a Libras, nessa perspectiva, é apenas uma linguagem, então não é preciso ter uma formação em nível superior e, portanto, não se remunera de acordo com esse nível acadêmico. Essa relação é perceptível na criação dos cargos de Tilsp na esfera federal. O cargo Tilsp é alocado entre os cargos de nível D, ou seja, em nível médio, o que se configura uma situação crítica, uma vez que desconsidera que o Tilsp interpretará aulas de graduação, especialização, mestrado e doutorado, além das outras atividades das instituições, todas em nível superior. Essas questões parecem ter sido desconsideradas quando da criação do cargo em nível médio.

Devido a essa condição irregular, os Tilsp que se encontravam nessa situação, juntamente com a comunidade surda, passaram a pleitear a mudança das exigências para a atuação desses profissionais no ensino superior, o que resultou na inclusão dessa discussão na Lei de Inclusão. Esse movimento resultou na publicação da Portaria Interministerial nº 102 de 20 de abril de 2017²⁴, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que passou a realizar contratos, isto é, sem concurso público de caráter efetivo, de

²³ BRASIL, Projeto Político Pedagógico do curso Letras-Libras: licenciatura - Ufal.

²⁴ BRASIL, Portaria Interministerial nº 102 de 20, de abril de 2017, que autoriza a contratação de técnicos especializados em linguagem de sinais, de nível superior. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20180714/do1-2017-04-26-portaria-interministerial-n-102-de-20-de-abril-de-2017-20180680>. Acesso em: 12 de nov. de 2019.

profissionais técnicos especializados em linguagem de sinais, de nível E²⁵, ou seja, superior, no âmbito do Ministério da Educação - MEC. Como resultado dessa decisão, há, atualmente, os dois cargos nas instituições federais de ensino superior, tanto o Tilsp em nível D quanto o Tilsp Nível E. Hoje, a realidade da Universidade Federal de Alagoas é a existência de Tilsp ocupando dois cargos distintos, porém exercendo as mesmas atribuições. Essa conjuntura tem produzido diversos embates entre o governo e as representações dos Tilsp no Brasil. Infelizmente, esse cenário ainda permanece sem indicativos de mudança.

No bojo dos avanços legais ocorridos nas últimas décadas, julgo necessário colocar em relevo o uso de duas nomenclaturas atribuídas àqueles que trabalham com tradução entre a Libras e a língua portuguesa, a saber Tils e Tilsp²⁶. Não poucos estudos (BRASIL, 2008; LACERDA, 2015; LIMA, 2006; MACHADO, 2014; PAZ & GUTIÉRREZ, 2013; NASCIMENTO, 2016) que têm apagado o termo *português* da terminologia, ou seja, apenas categorizados esses profissionais como Tradutores e Intérpretes de Libras - Tils. Essa supressão ou apagamento do português desconsidera-o como integrante do processo de interpretação, restringindo-se apenas as línguas de sinais, nesse caso, a Libras.

Destaco que, nesta pesquisa, quando do uso da nomenclatura, opto pela terminologia Tilsp, colocando em evidência o português. Meu posicionamento se direciona para o fato de que considero imperioso atentar para o papel da Língua Portuguesa na nomenclatura e na atuação desse sujeito, uma vez que, diferentemente dos intérpretes de línguas orais²⁷, o Tilsp lida com modalidades linguísticas distintas, ou seja, uma língua oral, o português, e uma língua visuo-gestual, a Libras. Assim, compreendo que essa distinção traz a reboque uma série de especificidades de atuação que precisam ser evidenciadas desde a nomenclatura que constitui esse sujeito.

Não posso deixar de mencionar que, embora após anos de luta da classe dos Tilsp em busca de um redirecionamento na forma como vêm sendo de enxergados, distanciando-se do olhar assistencialista, missionário e, conseqüentemente, de voluntariado, defendendo

²⁵ No âmbito da esfera de serviço público federal, os cargos de técnicos-administrativos dividem-se em três níveis: nível C, em que a formação mínima exigida é o ensino fundamental completo; nível D, em que a formação mínima exigida é o ensino médio completo e; o nível E, em que a formação mínima exigida é o ensino superior completo. A remuneração de cada técnico-administrativo ocorre de acordo com o nível do cargo o qual ele ocupa.

²⁶ Embora outras nomenclaturas também tenham sido usadas, como intérprete de línguas de sinais e professor-intérprete.

²⁷ E também diferentemente daqueles que interpretam de uma língua de sinal para outra língua de sinal.

uma ótica profissional, outras ações retrógradas têm sido tomadas na contramão das conquistas que foram galgadas a muito esforço.

No ano de 2019, a Febrapils emitiu uma nota²⁸ contra as ações de proposição de trabalho de Tilsp em caráter voluntário que têm ocorrido em algumas esferas do poder público como o Tribunal Regional do Trabalho - TRT 11º Região (Amazonas e Roraima). De acordo com a nota, o Tribunal emitiu uma matéria²⁹ sobre o cadastramento de Tilsp voluntários para compor um banco de dados que permanecerá à disposição dos magistrados, atuando, por exemplo, em audiências nas quais participem pessoas surdas. A Federação menciona ainda que no Distrito Federal, entre meses de setembro e outubro de 2019, a Secretaria de Justiça e Cidadania realizou solicitações de Tilsp para atuarem de forma voluntária em eventos pautados na temática de Direitos Humanos, “inclusive com um quantitativo de 20 vagas, a ser realizado de 19 de setembro a 31 de dezembro”. Tais solicitações também ocorreram pelo Programa de Voluntariado da Secretaria de Justiça do Distrito Federal para o “I Fórum de Governança e *Compliance* do DF, a ser realizado entre os dias 21 e 22 de outubro de 2019”. A Federação ressalta que em ambos os eventos foram orçados e remunerados outros serviços como recepção, iluminação, mas não o serviço de interpretação de/para Libras.

A Febrapils também se posicionou, na mesma nota, frente à campanha do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Pátria Voluntária³⁰, vinculado ao Ministério da Cidadania. De acordo com a Federação, “uma das personagens da campanha seria uma Intérprete de Libras que, supostamente, estaria realizando uma atividade voluntária com o ensino de Libras”, promovendo, assim, visões e efetivas atuações de Tilsp em caráter de voluntariado.

Ainda nessa direção, destaco que, embora o decreto nº 9.906/05³¹ afirme que as funções de voluntariado não substituem os cargos públicos, em novembro de 2019, o

²⁸Disponível em: <<https://febrapils.org.br/nota-de-repudio-a-precarizacao-da-atuacao-e-remuneracao-de-profissionais-tradutores-interpretres-e-guia-interpretres-de-libras/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2019.

²⁹Matéria disponível em: <<https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/07/23/trt11-abre-cadastro-para-tradutores-interpretres-de-libras-em-manaus.ghtml>>. Acesso em 13 de dezembro de 2019.

³⁰Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-12/governo-lanca-campanha-de-incentivo-ao-voluntariado>>. Acesso em: 12 de dez. de 2019.

³¹ BRASIL, Decreto nº 9. 906, de 9 de jul. de 2019, que institui o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Conselho do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado e o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado. Disponível em:<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9906-9-julho-2019-788805-norma-pe.html>>. Acesso em: 8 de dez. de 2019.

diretor geral do campus Colatina do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo homologou um Termo de Adesão de Intérprete Voluntário³² com carga horária de 40 horas junto ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). Ademais, em 20 de dezembro de 2019, o governo federal emitiu o Decreto 10.185³³, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos especificados. Dentre os cargos vedados de abertura de novos concursos públicos, encontra-se o Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais, isto é, de nível D, no âmbito do Plano de Carreiras dos Cargos Técnico-Administrativos da Educação. Isso levou a Febrapils mais uma vez a emitir uma nota alertando quanto ao número insuficiente de Tilsp nas instituições federais de ensino e os possíveis danos, caso não sejam tomadas outras ações frente às crescentes demandas. A federação ressalta que:

desejamos que o governo federal com urgência apresente medidas realmente efetivas para solucionar os problemas e não criando medidas que agravam a situação atual. Há soluções que precisam ser tomadas e elas não podem estar somente baseadas na terceirização do serviço que podem prejudicar ainda mais o atendimento, o levando a precarização. **Que seja enviado ao congresso, com urgência a criação de cargo em nível superior, via concurso público**, evitando a precarização do serviço com a descontinuidade de atendimento, quando do vencimento de contrato ou de retirada de empresa terceirizada, o que gera uma grande perda para o usuário final do serviço, as pessoas surdas. Estaremos aqui sempre à disposição, vigilantes para assuntos relacionados aos tradutores, intérpretes e guias-intérpretes. (FEBRAPILS, 2019, online, grifo nosso)

As ações mencionadas mostram-se como um retorno às épocas nebulosas de desvalorização dos Tilsp, que promoviam olhares e efetivas práticas de marginalização desses profissionais. Destaco, ainda, que esse olhar subalterno não incide apenas sobre os Tilsp, mas sobre as pessoas surdas, uma vez que são os principais afetados por essas práticas.

³²Disponível em: <<https://gedoc.ifes.edu.br/documento/001F955842B6F5694683E2E5DDF49FA1?inline>>. Acesso em: 8 de dez. de 2019.

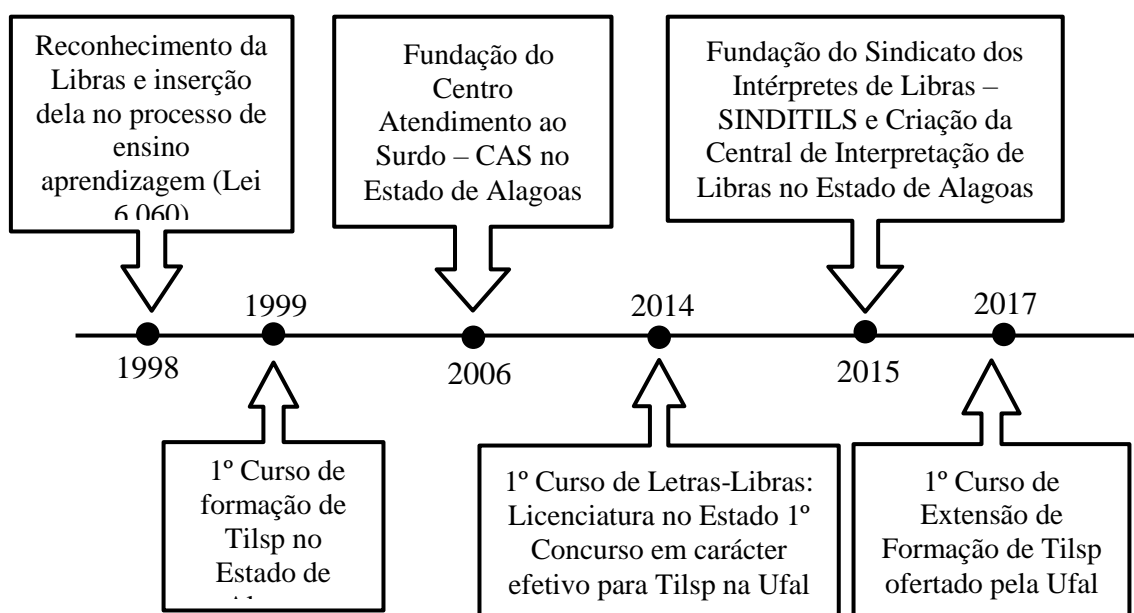
³³BRASIL, Decreto nº 10.185 de 20 de dez. de 2020, que extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e veda a abertura de concurso público e o provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.185-de-20-de-dezembro-de-2019-234755397>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

Após os apontamentos em relação ao caminhar do Brasil rumo à profissionalização do Tilsp, penso ser relevante, ainda, abordar os trilhos percorridos também no Estado de Alagoas, dado que, em minhas leituras, foram incipientes os registros que encontrei que discorressem acerca da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no Estado de Alagoas. Dessa forma, a próxima subseção traz esse enfoque, destacando os principais acontecimentos no contexto de atuação dos Tilsp no Estado alagoano.

2.3 A tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no Estado de Alagoas

Tendo delineado uma breve narrativa de alguns períodos que considero significativos no desenvolvimento da área de tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no âmbito nacional, discorro, nesta subseção, como essa área tem sido desenhada no Estado de Alagoas. Saliento que assim como, na subseção anterior, elaborei uma linha temporal marcando os principais acontecimentos que contribuíram para o cenário atual da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa nesse Estado. Compreendo que o uso do gráfico a seguir propiciará ao leitor um panorama geral dos avanços no Estado e uma leitura mais didática.

Gráfico 2 - Marcos históricos na área da tradução de Libras e língua portuguesa no Estado de Alagoas



Fonte: o autor (2020).

No que diz respeito ao Estado de Alagoas, um dos principais marcos no contexto da Libras foi a aprovação da Lei Estadual nº 6. 060/98, que antecipou, em relação à lei 10. 436/2002, o reconhecimento da Libras e determinou a inserção dela no processo de ensino-aprendizagem das escolas públicas do Estado. Além disso, demandou também a “certificação e/ou capacitação para o ensino da Libras e para a tradução e a interpretação da Libras e do Português” (BRASIL, 2014, p. 9). Nesse contexto, foi criado o Centro de Atendimento ao Surdo - CAS, em 2006, na cidade de Maceió - AL. Este centro oferta atendimento educacional especializado para pessoas com surdez, além de cursos de capacitação para profissionais da educação. Foi nele em que ocorreu o segundo curso de formação em tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, no ano 2007, sendo o primeiro realizado pela Associação de Pais e Amigos de Pessoas Especiais – AAPPE, no ano de 1999.

O ano de 2014 foi um divisor de águas na área de Libras no Estado de Alagoas, mudando o direcionamento desse campo no ensino superior da Universidade Federal de Alagoas. Isso em razão de, nesse ano, ter sido criado o primeiro curso de graduação em Letras-Libras: licenciatura. O curso foi uma das ações do já mencionado Plano Viver sem Limites, e trouxe a reboque o primeiro concurso público em caráter efetivo na Ufal para 8 vagas de Tilsp, nível D, sendo seis (6) vagas para o campus A. C. Simões, em Maceió, uma (1) vaga para o campus de Arapiraca e uma (1) vaga para o campus de Delmiro Gouveia. Outra ação ponderosa no Estado foi a criação do primeiro Sindicato de Tradutores e Intérpretes de Libras - Sindtils, no ano de 2015. Todavia, desde 2018 até a presente data, ele encontra-se inativo devido a questões burocráticas resultantes da mudança de gestão.

A realidade de acessibilidade comunicacional por meio do Tilsp ganhou outra forma com a criação das Centrais de Interpretação de Libras (CIL). Em consonância com os decretos nº 5.296/04 e 5.626/05, a partir de 2012, começaram a ser implantadas essas centrais em várias partes do Brasil. O Estado de Alagoas foi contemplado com a instalação dessa central no ano de 2015, na capital Maceió. O objetivo da CIL é propiciar acessibilidade comunicacional entre surdos e ouvintes em diversos espaços da sociedade. As CIL realizam atendimento gratuito à comunidade surda para situações de interpretação no âmbito da saúde, como consultas médicas e cirurgias, em contextos jurídicos, de inserção no mercado de trabalho, entre outros contextos. Atualmente, o Estado possui duas

centrais, uma na cidade de Maceió e outra na cidade Delmiro Gouveia, esta última implantada em novembro de 2017³⁴.

A Ufal também deixou sua marca no pioneirismo, realizando o primeiro Curso de Extensão de Formação de Tilsp. O curso foi realizado entre os anos de 2017 e 2018 e foi direcionado para a comunidade interna e externa da universidade. Ele teve como escopo contribuir para suprir a carência de Tilsp em contextos educacionais, haja vista a crescente demanda e o quantitativo incipiente de Tilsp no Estado. O curso formou um total de 12 intérpretes, dentre estes, havia alunos que já atuavam como Tilsp, mas que decidiram realizar o curso porque viram nele a possibilidade de atualização, já que a oferta de cursos na área de interpretação em Libras e língua portuguesa no Estado ainda é escassa.

Para esta pesquisa, entender o contexto apresentado é significativo na busca da compreensão dos discursos que permeiam a área da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, uma vez que eles estão fortemente imbricados no modo como essa área vem sendo desenhada nas últimas décadas. Embora haja instrumentos legais que regulamentam a atuação dos Tilsp, ainda há descompassos no que a lei determina e a realidade de atuação desses sujeitos. Ademais, incipientes são as pesquisas que se debruçam em investigar como ocorre as relações discursivas entre os Tilsp e seus interlocutores.

Considerando o que foi discutido acima e apresentado até o momento, julgo necessário refletir acerca de um conceito que compõe um conjunto de noções que nortearam esta investigação. Desta feita, destino a próxima subseção ao conceito de Palavra, segundo Bakhtin, para compreender o processo tradutório.

2.4 Sinal/Palavra

O Tilsp lida a todo o momento com a palavra alheia e, em vista disso, considero ser pertinente articular sua definição com o processo tradutório. Informo, a priori, que a definição de palavra não está calcada aqui em questões morfológicas, mas parto por uma perspectiva que a enxerga como o meio pelo qual nos posicionamos no mundo, envolvidos pelos discursos/palavras do(s) outro(s) e, principalmente, como respondemos a ele(s). Como vias de sustentação das reflexões aqui desenvolvidas, trago à discussão de palavra

³⁴Informações obtidas em: <http://agenciaalagoas.al.gov.br/noticia/item/29296-central-de-interpretacao-de-libras-promove-inclusao-para-deficientes-auditivos-em-al>. Acesso em: 7 de nov. de 2019.

sob a ótica bakhtiniana, uma vez que entendo que outras perspectivas têm lançado olhares reducionistas acerca dela. Ademais, considero que essa discussão se mostra ainda mais importante nos estudos da tradução, uma vez que o Tilsch lida a todo o momento com a palavra e a sua não compreensão³⁵ pode levar a incompreensões acerca do ato tradutório.

A palavra sempre protagonizou as discussões nos estudos tradutórios, compreendida, pelos estudos sistemáticos, como um signo linguístico formado por um significado e um significante. A palavra tem sido reduzida apenas a questões morfológicas, sintáticas e semânticas (STELLA, 2016). Quanto aos estudos da tradução, a palavra foi/é concebida como um objeto neutro que possui, sempre um equivalente entre as línguas. Isso, conseqüentemente, tem instrumentalizado a palavra como um objeto universalizante, produtora e receptora de sentidos únicos que são intocáveis e inalteráveis, não importam em quais línguas e/ou contextos ela se faça presente.

No que diz respeito às línguas de sinais e, nesse caso mais especificamente, a Libras, vários estudos têm utilizado o termo *sinal* para se referir às formas de produção de enunciados nessa língua gestual. Enquanto que o termo *palavra* é geralmente restrito às produções linguísticas feitas em línguas orais. Assim, é comum nos depararmos com situações como “qual o *sinal* desse objeto” (e daí se faz o sinal referente à determinado objeto, pessoa, etc.), ao invés de “qual o *nome* desse objeto”, ou “o meu *sinal* é esse”, ao invés de “meu *nome* é”. Destaco que não me proponho aqui a mergulhar no porquê dessas diferenças ou nas questões que atravessam esse fenômeno, porém, utilizo-me deles como elementos constituintes das discussões que aqui construo. Aqui, restrinjo-me a discutir a compreensão de palavra também correspondente aos sinais (ou palavras) em Libras. Dessa forma, nesta seção³⁶, faço uso da expressão *sinal/palavra*, juntos, e não como termos separados ou díspares. Isto faço por entender que, mesmo se tratando de modalidades linguísticas distintas, ambas as línguas e ambos os termos contemplam a discussão bakhtiniana acerca da produção de sentidos e de posicionamento ideológico e que tais acontecimentos ocorrem tanto numa língua oral (vocalizada) e escrita quanto numa sinalizada.

Diante disso, considero importante entender que, segundo Volóchinov (2017) o sentido não existe fora da encarnação sígnica. Isto é, ele não é anterior à língua nem é

³⁵ Compreensão no que diz respeito a seu papel na cadeia de comunicação humana, e não a respeito de sua significação na língua.

³⁶ Limito o uso dessa expressão a esta seção, e não em toda a dissertação, para evitar que o texto venha a se tornar, de alguma forma, confuso.

produzido no interior do sujeito, como postulam algumas teorias que concebem a língua como a expressão do mundo individual do falante ou a criação espiritual do indivíduo. Numa direção contrária, defendo a concepção bakhtiniana de que o sentido é produzido apenas no ato da enunciação. O ato enunciativo, por sua vez, é definido como a “expressão, transmissão de pensamentos, sentimentos etc. em palavras” (BAKHTIN, 2011, p. 260) ou sinais/palavras.

Para Volóchinov (2017), o sinal/palavra tem sempre um caráter duplo, de que “ela é determinada tanto por aquele de quem ela procede quanto por aquele para quem se dirige” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 204). De acordo com ele, o sinal/palavra é sempre orientado para o outro, já que todo enunciado é formado entre dois indivíduos socialmente organizados. Não existe interlocutor abstrato. Esse interlocutor pode ser um interlocutor real ou a “imagem do representante médio de um determinado grupo social a qual o falante pertence” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 204). Além disso, os sinais/palavras serão orientados a depender deste horizonte social a que são dirigidos.

Diante disso, compreendo o Tilsp como um enunciador e não como reproduzidor, pois ele orienta seus sinais/palavras a depender do horizonte social, dos interlocutores a quem se dirige. Esse profissional, ao entrar em contato com o discurso do outro, também possui um horizonte social ao qual direciona sua interpretação, seu enunciado, aos seus interlocutores que podem ser o ouvinte ou o surdo.

Segundo Volóchinov (2017) nossos sinais/palavras não surgem de forma aleatória em nossa mente. Quando quero dizer algo, por exemplo, não crio novos sinais/palavras, mas seleciono os já existentes em uma dada comunidade e a ela devolvo. Nesse esteio, o autor afirma que nossas palavras são selecionadas levando em consideração nosso auditório social e é nesse ambiente onde “se formam os seus argumentos interiores, motivos interiores, avaliações etc” (VOLÓCHINOV, 2017, p. 204). Assim, são os sujeitos a quem me direciono e os contextos nos quais estou inserido que irão determinar os sinais/palavras que utilizarei, já que, segundo o autor, não somos a origem do nosso dizer.

Volóchinov (2017) concebe a linguagem não como sistema fechado, mas sim como um fenômeno social, histórico e dinâmico, que se renova na interação e é carregado de valores e acentos dos seres sociais em situações reais. Stella (2016, p. 178) endossa essa perspectiva ao afirmar que Bakhtin concebe a “palavra e a linguagem em seu uso (...) a palavra reposiciona-se em relação às concepções tradicionais, passando a ser encarada como um elemento concreto de feitura ideológica”. Os sinais/palavras selecionados e

enunciados pelo eu, por sua vez, estarão envolvidos por camadas contextual-sócio-culturais. Vinculado a esse pensamento, Volóchinov (2017, p. 106) afirma também que é na palavra que “se realizam os inúmeros fios ideológicos que penetram todas as áreas da comunicação social”. À vista disso, no contato com o discurso do outro, cada intérprete relacionará esse discurso com suas experiências, com sua cultura, com seu repertório linguístico e daí o traduz para língua alvo. Ao fazer isso, ele enuncia também de seu lugar, de sua cultura e de sua ideologia.

Diante do que foi discutido, entendo que o sinal/palavra, material de trabalho do intérprete, não é estanque, fechado, preso a uma época ou grupo social, “ela [ele] é um produto ideológico, resultado de um processo de interação na realidade viva” (VOLÓCHINOV, 2017, pág. 178). Apoio-me na compreensão bakhtiniana de que o sinal/palavra é um palco de disputa ideológica onde variáveis sociais são construídas e contestadas, uma vez que nomear é um ato político. Os sentidos produzidos por meio dos sinais/palavras não resultam de leituras individuais, mas das leituras de indivíduos inseridos histórico-socialmente.

A compreensão do conceito de palavra discutido nesta subseção mostra-se relevante para esta pesquisa, pois a palavra é a matéria-prima de trabalho do Tlsp e precisa ser compreendida também nessa outra modalidade linguística. Entender que ela não é apenas um recipiente de sentido, mas que produz sentido é um passo valioso rumo a uma interpretação comprometida com a responsabilidade ética.

Após a discussão acerca do contexto sócio histórico do campo da tradução entre a Libras e a língua portuguesa nos âmbitos brasileiro e alagoano, e de como o conceito de palavra relaciona-se com o processo tradutório, volto-me, na próxima seção, para os caminhos teórico-metodológicos percorridos por mim durante esta pesquisa.

3 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO: UM RIZOMA SOCIAL

Entendo que fazer esta pesquisa na vertente da Linguística Aplicada que adoto possibilita-me caminhar numa direção contrária daquelas ciências que reproduzem, em razão dos engessamentos e do que penso ser o rolo compressor do positivismo que as atravessam, a mesma compreensão de língua e de tradução que, por anos, vem sendo difundida. Ou seja, reproduziria um olhar que concebe a língua como um objeto desvencilhado da realidade e que se preocupa apenas com elementos de ordem estruturais e de natureza imanentistas, ao mesmo tempo em que enxerga a tradução como um processo ilusório de transposição de sentidos.

Sou do entendimento de que esse modo de pensar tem contribuído, conseqüentemente, para a manutenção das práticas discursivas que têm (re)produzido e sustentado diversas formas de desigualdades sociais que ocorrem na e pela linguagem. Outrossim, uma tradução desenvolvida sob esse prisma também contribui para as formas de (re)produção das formas de dominação, uma vez que está numa relação indissociável com a linguagem.

Trago o termo *rizoma* para o título desta seção tomando como referência o modelo epistemológico da teoria filosófica de Deleuze e Guatarri (2004). Baseado nesse modelo, o rizoma tem sido, geralmente, utilizado como analogia para epistemologias que não são ancoradas ou balizadas em um ponto fixo, estanque e delimitado. E é nesse sentido que busco enxergar e fazer a LA, como uma área que acessa e se conecta a diversos territórios, que não parte de um ponto fixo e não entende os conceitos como hierarquizados, mas enxerga os conceitos e os lugares numa relação de complementaridade. Partilho do posicionamento de Scheifer (2013) de que o caminhar da LA não ocorre em apenas numa direção, mas se espraia por diferentes ramos do saber em um estado de interação dinâmica e produzindo conhecimentos que sejam responsivos às práticas-discursivas que permeiam a sociedade.

Para entender melhor a partir de qual LA realizo esta pesquisa e destino a próxima subseção a discutir os processos pelos quais essa área de investigação passou e vem passando nas últimas décadas e como ela tem se configurado na contemporaneidade, como ela tem se desenhado e sido desenhada no século XXI. Em seguida, busco entender a pesquisa como o encontro de vozes, em que tanto a voz do pesquisador quanto a do chamado pesquisado dialogam, movimentando-me numa direção oposta dos estudos que

procuram de alguma forma silenciá-los. Ademais, discorro acerca da pesquisa narrativa como importante meio de ter acesso a realidade investigada e, por fim, apresento instrumentos de pesquisa utilizados para geração de dados.

3.1 Linguística Aplicada: um olhar *para e a partir* do sujeito

Muitos linguistas aplicados atribuem o nascedouro da Linguística Aplicada, enquanto disciplina teórica refletindo, literalmente à terminologia que lhe constitui, como uma mera aplicação da linguística, embora isso não seja de todo consensual (MENEZES et al., 2015). No entanto, na perspectiva desse tipo de nascimento, considero que surgir à sombra da Linguística Teórica trouxe para a LA a concepção de língua que se fecha apenas para aspectos essencialmente sistêmicos, de ordem fonética/fonológica, sintática e semântica. Ao fazer isso, ela retira de seu rol de investigação e análise o papel da linguagem nas relações sociais.

Ante esse olhar, penso ser relevante salientar que o problema em si não é o sistema, quero dizer, na língua/linguagem, no sentido de inter-relação, mas no recorte e as delimitações que são erigidas sob a rubrica de uma disciplina. Dessa maneira, entendo que tentar desvencilhar a língua/linguagem do seu seio de funcionamento, no caso, do sujeito, é situar a linguagem e as práticas a serem investigadas em um “vácuo social” (MOITA LOPES, 2006, p. 24). Investir nessa empreitada é certamente um esforço para alcançar o vento. E, mais ainda, é rejeitar que é por meio da língua/linguagem que as relações sociais se constituem.

Essa visão de dissociação entre língua/linguagem e sujeito foi predominante no ocidente e trouxe implicações para a aprendizagem e a comunicação. Os interesses voltados para a noção de língua que se desenvolveram na Europa surgiram numa relação íntima com interesses de fortalecer o poder dos estados-nação sobre os diversos grupos de pessoas com a noção de homogeneidade étnica (PENNYCOOK, 1998), modelando-os para uma sociedade dominada e falsamente igualitária.

Nessa conjuntura, a Linguística Aplicada concebida no rol das aplicações de teorias pré-formadas levaram a uma visão de língua limitada ao “funcionamento e à comunicação”, recaindo, conseqüentemente, na ideia de língua enquanto um sistema a disposição do falante “para a transmissão de mensagens ou para fazer coisas com as palavras”

(PENNYCOOK, 1998, p. 29). A partir de uma perspectiva telemental, a língua passa a ser concebida como transparente, em que o conhecimento linguístico se resumiria a uma forma de relacionar as palavras e o pensamento, ou seja, as palavras seriam apenas símbolos “usados para transferir pensamentos de uma pessoa para outra”. (ibidem, p. 28). Infelizmente, esse modo de pensar ainda impera em muitas áreas da Linguística, produzindo pesquisas que retroalimentam os discursos que defendem a língua como um dispositivo que realiza comandos de reprodução do pensamento por meio de um circuito oral-auditivo e/ou visual-gestual.

Nesses termos e com base nas discussões que venho substanciando neste trabalho, considero que o modo como concebemos a língua e o ensino dela, bem como a organização dos outros campos da linguagem, como é caso da Tradução, estão intimamente ligados à manutenção dessas desigualdades e das condições que limitam a reflexão das possibilidades de mudança.

Assim, situo-me na vertente transdisciplinar, quero dizer, numa LA que se constitui e é constituída “como um processo fluido entre as áreas do conhecimento”, como nas palavras de Santos (2017, p. 41), para poder criar inteligibilidade sobre os problemas que nos defrontamos na pesquisa (MOITA LOPES, 2006). Nisso, ressalto que meu fazer pesquisa não se dá dentro de uma LA disciplinar, engessada, mas que se conecta a compreensão de uma Linguística Aplicada antidisciplinar e transgressiva (PENNYCOOK, 2006), que desobedece e questiona os padrões estabelecidos; mestiça (FABRÍCIO, 2006), que ousa pensar fora da caixa numa relação de diálogo com outras áreas do saber; e INdisciplinar (MOITA LOPES, 2006, grifo do autor), que não aceita habitar dentro dos muros da disciplina reguladora, mas se move para além das fronteiras, buscando enxergar o mundo por diferentes olhares. E é esse justamente o movimento que insisto em frisar, o movimento transitório, de uma Linguística Aplicada Tradicional que se resumia a uma perspectiva aplicacionista, para uma Linguística Aplicada Contemporânea, que mobiliza conhecimentos de lugares outros para poder entender os eventos da linguagem (CRUZ, 2016).

Para esta pesquisa, faz-se crucial a compreensão do movimento citado acima, no qual a LA se distancia de uma aplicação das teorias linguísticas. Isso digo, diante do entendimento de que tal movimento também desloca a tradução desse lugar estático e reprodutório, no qual essa área foi alicerçada, por muito tempo, para o lugar de encontro de

vozes de sujeitos sociais que nela constituem e são constituídos, embora alguns teóricos pareçam concebê-la estática ainda.

Isso posto, ratifico que me situo numa LA não subordinada à Linguística Teórica, mas que se consolida enquanto área de produção de conhecimento, tendo como natureza de seu objeto as práticas discursivas situadas que se estende para diversas esferas da atividade humana. Dentre as múltiplas temáticas que a LA se debruça, tais como Educação, Tecnologia e Identidade, a Tradução ganha destaque nesta pesquisa. Todavia, ela não será personagem uno deste trabalho, ou dissociada de temáticas outras, pois, dificilmente, se poder-se-iam abordar as questões tradutórias, isto é, de língua/linguagem, por um único viés ou uma única área, uma vez que ela está alicerçada nas relações entre linguagem e atividades humanas.

Nas últimas décadas, a agenda de pesquisas em LA vem tendo como foco o lugar da linguagem na construção de identidade de falantes de línguas minoritárias e temas como letramento, ensino-aprendizagem de línguas, bilinguismo e formação de professores (KLEIMAN, 2013). Em consonância com esse pensamento, percebo que os estudos acerca da tradução e interpretação em LA têm ocorrido de forma discreta e é nessa lacuna que identifico a urgência em reclamar também o lugar da tradução nos estudos dessa área.

As preocupações da LA voltam-se para as questões sociais, deslocando o sujeito para o centro das investigações, tornando-o inseparável da produção do conhecimento do qual ele faz parte. Desse modo, questões de ética e ideologia são colocadas em relevo nas pesquisas dessa ciência social, assumindo, por assim dizer, uma “postura crítica” (RAJAGOPALAN, 2003), uma postura que questiona os regimes de verdade mesmo que isso implique em ser considerada uma ameaça pelos poderes constituídos (ibidem). Em razão desse movimento é que a Linguística Aplicada tem se estendido para diferentes esferas de atividades humanas, sobretudo para lugares fronteiriços, isto é, considerando a pluriversidade³⁷ do conhecimento (MIGNOLO, 2015) que, infelizmente, tem sido apagada e taxada pelas ciências hegemônicas como não importante, desnecessária e inválida.

É ante esse posicionamento epistemológico que compartilho e advogo acerca da necessidade de pensar em formas de pesquisas com aqueles que foram movidos para a margem, “não legitimados em seus modos de vida” (MOITA LOPES, 2013, p. 20), considerados invisíveis e silenciados pelas mordidas das teorias positivistas, que têm

³⁷ O autor usa o termo pluriversidade defendendo a existência e validação de conhecimentos outros, plurais e não hierarquizados, opondo-se, conseqüentemente, a ideia de universalidade e homogeneidade.

levado ao apagamento tanto do pesquisado quanto do pesquisador. Nesse sentido, Moita Lopes (2013) chama a atenção necessidade de abrir espaço para as chamadas “vozes do Sul”, ou, como ele define, “para aqueles sujeitos que constituem e são constituídos nas práticas sócio históricas em que nos situamos no hemisfério Sul” (p. 21). Assim, seguindo o “Suleamento”³⁸ (STRECK; ADAMS, 2012 *apud* KLEIMAN, 2013, p.41) das atividades acadêmicas em LA, esta pesquisa se constitui como uma possibilidade de espaço para que as vozes dos Tilsp, sujeitos que foram e ainda são marginalizados dos centros de produção de conhecimento e invisibilizados, possam ser escutadas, ouvidas, de seus lugares periféricos.

Como pode ser visto, defendo, neste trabalho, uma Linguística Aplicada comprometida com a participação social, questionadora e desconstrucionista dos saberes já sedimentados, principalmente os da ciência “euro-eua-cêntrica”³⁹ (KLEIMAN, 2013). Uma LA que se preocupa com “movimentos feministas, movimentos étnico/raciais, movimentos gays, dos sem-terra, sem-teto” (KLEIMAN, 2013, p.43), dos surdos, dos Tilsp e daqueles sem movimentos sociais. E, sobretudo, uma LA que persegue respostas para as questões de natureza sociais e que não fala “*sobre a periferia, mas a partir da periferia*” (FLORES, 2000 *apud* KLEIMAN, 2013, p. 43).

Dito isso, afirmo que minha metodologia parte desse lugar marginalizado, já que atuo como Tilsp. Todavia, não apenas a minha voz mas daqueles que também habitam esse lugar, o lugar da interpretação de línguas de sinais. E, reivindicando a inclusão das “histórias locais” (KLEIMAN, 2013) e dos contextos situados, destaco que, neste caso, estamos lidando com sujeitos colocados à margem (os Tilsp) que trabalham com outros sujeitos de igual modo (os surdos).

Portanto, como me alicerço numa LA preocupada com a realidade dos sujeitos de pesquisa e, por isso, que habita fora da torre de marfim⁴⁰, busco entender a tradução como uma prática que afeta diretamente a realidade. Procuro ir numa direção contrária daqueles estudos que têm se voltado apenas para técnicas e modelos de tradução e interpretação e de discursos que buscam garantir uma não interferência do tradutor nos textos traduzidos.

³⁸ Em vez de “norteamento”,

³⁹ Por contemplar não apenas os centros de produção de conhecimento da Europa, mas levando em consideração também a participação e protagonismo dos EUA na centralização de produção do conhecimento.

⁴⁰ Expressão utilizada para designar o espaço onde os pesquisadores realizam e produzem conhecimentos de forma desvinculada de preocupações com a vida cotidiana.

Percebo que as pesquisas que têm procurado garantir a não participação do intérprete, visando a assegurar aos *clientes* a preservação do dito original estão, na verdade, descompromissadas, a meu ver, com o modo como suas traduções impactam a realidade/vida dos sujeitos envolvidos nelas. O empenho, numa concepção de tradução como blindada as questões sociais, tem ignorado as responsabilidades éticas dos tradutores (BAKER, 2019) e contribuído fortemente para a (re)produção e manutenção das relações de dominação.

Baseado em Calzada Pérez (2007), não procuro analisar os processos de tradução como uma atividade essencialmente técnica, mas como a possibilidade de "se tornar uma plataforma de resistência ideológica" (p. 246). Como linguista aplicado, meu posicionamento é de pensar a tradução como um objeto de engajamento social e político e de resistência às formas de dominação. Não, felizmente, contemplo ainda serem incipientes os estudos na área de tradução que têm esse comprometimento, sobretudo porque essa área ainda é fortemente atravessada por teorias ossificadas que não propiciam mudanças e que obscurantizaram movimentos sociais importantes.

Ao tratar sobre a tradução de textos literários, Montenegro e Castro (2019, p. 38) afirmam que a tradução “pode ampliar ou mitigar as relações e tensões raciais que acontece na estória”. Longe de ser um espelho do *enunciado anterior*, a tradução se constitui como um palco de intervenções políticas onde se manifestam as injustiças e lutas sociais, podendo contribuir ou resistir às tais injustiças, preconceitos e desigualdades que ocorrem por meio da linguagem. Destaco que faço uso da expressão *enunciado anterior* ao invés de *texto fonte* e *texto de partida*, pois penso que os últimos levam à ideia de autoria e/ou de origem, um posicionamento que procuro não ter, uma vez que, como defende Bakhtin, não há enunciados originários e/ou totalmente autorais. Segundo o autor, todo enunciado “é só mais um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 272). Portanto, prefiro chamá-los aqui de *enunciados anteriores*, afastando-me da ideia de originalidade e aproximando-me do entendimento de anterioridade.

A “virada linguística” deslocou a linguagem para o “lugar central nas ponderações acerca da condição humana” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 126). Esse movimento passou a evidenciar que é na “linguagem que devemos buscar respostas para boa parte dos enigmas em torno da conduta humana que tanto afligiam os pensadores” (ibidem). De maneira similar, vejo a importância de se repensar o quadro teórico vigente no campo da tradução,

buscando concebê-la fora da bolha de técnicas tradutórias/textuais que tentam ser imunes às transformações sociais.

Diante do que foi discutido até aqui, ratifico minha inscrição numa LA comprometida com uma agenda política e ética (FABRÍCIO, 2006), preocupada em fazer pesquisas *para e a partir* dos sujeitos. Desta feita, esta investigação parte da compreensão de que os sujeitos participam e constroem a pesquisa, falando de seus lugares e produzindo sentidos que são importantes construtos de conhecimento. Diante disso, dedico a próxima subseção à discussão que defende o não silenciamento dos sujeitos que integram a pesquisa.

3.2 O não silenciamento do pesquisado e do pesquisador

O fazer pesquisa tem sido historicamente enquadrado pelos modelos e discursos positivistas, conferindo, por meio de seus critérios, o grau de cientificidade ou não. Um de seus princípios mais fundamentais é que a ciência não é determinada pela ideologia, já que ela se propõe a ser objetiva e estar em busca da verdade que, para tal perspectiva, é considerada absoluta e única. Ou seja, a ideologia é considerada um elemento de interferência e inibidor de credibilidade e que deve, portanto, ser mantida fora dos portões da grande empresa chamada “ciência” (FIORIN, 2013).

As pesquisas que tentam a todo custo impor uma estabilidade rígida por meio de técnicas saturadas e homogêneas são nutridas pelo discurso da famigerada objetividade e neutralidade que produzem, na verdade, como argumentado, o silenciamento do pesquisado e do pesquisador. Essas formas de pesquisa são descoladas da vida social do sujeito e, numa busca ilusória de universalização, acabam por não contemplar a transformação do mundo por meio de diálogos com a vida social concreta.

Partindo dessa realidade, penso que é preciso pensar diferente, mesmo que seja necessário me deslocar dos axiomas de conforto criados pela ciência tradicional, mesmo que seja preciso tráfegar na contramão do saber dominante (FIORIN, 2013). Meu posicionamento se funda na compreensão de que a ciência não é uma divindade soberana, nem uma explicação da realidade, mas uma tentativa de aproximação dela, já que ela está em constante mudança.

As ciências humanas, como uma ciência social, consolidam-se no fato de lidar com o discurso proveniente de sujeitos respondentes. Para Bakhtin (2003), toda compreensão é ativamente responsiva. A ideia de que, num diálogo, os sujeitos ocupam os lugares de um

falante e um entendedor é, segundo o autor, uma ficção. Bakhtin vai de encontro ao pensamento que concebe o papel do outro como um “ouvinte que apenas compreende passivamente o falante” (p. 270) e afirma que “toda compreensão é prenhe de resposta, e, nessa ou naquela forma, gera, obrigatoriamente, um ouvinte que se torna também falante” (BAKHTIN, 2003, p. 271). Esse falante, por sua vez, é considerado:

um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações [...]. Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados. (BAKHTIN, 2003, p. 272)

Baseado nessa perspectiva, ancorei minha pesquisa numa concepção de ciência que não lida com a *mudez* (se é que a *mudez* realmente existe), mas com sujeitos que respondem, concordam e/ou discordam. Seguindo Moura e Miotello (2016), oriento-me em direção à uma ciência que lida com o “homem que fala, e homem que fala com outro homem que fala” (p. 133). Para vias de compreensão, cabe destacar que ele, esse homem que fala, não é considerado como o objeto falado, como é visto nas ciências positivistas, mas como sujeitos falantes. A especificidade dessa ciência reside no fato de ela entender os sujeitos da pesquisa como participantes responsivos.

Assim, distanciando-se daqueles que utilizam o termo *objetos de pesquisa*, chamarei os integrantes desta investigação de *participantes da pesquisa*. Participantes que falam e respondem a todo momento, que conversam com o pesquisador. Ancorei minha compreensão no fato de que é a partir dessa tensão constante entre pesquisador e participantes da pesquisa que resulta a riqueza e complexidade da pesquisa em LA.

O próprio lugar do autor/pesquisador é movediço. Assim, Amorim (2016) configura os lugares ocupados pelo pesquisador, durante a investigação, da seguinte forma: o pesquisador ocupa três lugares enunciativos: locutor, destinatário e objeto. Nesse ínterim, vale a pena destacar que “seu papel está definido *a priori* e é claro para todos, inclusive para ele: ele é aquele que investiga, aquele que quer saber” (p. 36) e, para isso, é necessário investigar de lugares distintos. Dessa forma, podemos dizer que “ele é locutor, posto que fala e o que fala interfere, necessariamente, no sentido e na sequência do que diz o outro” (*ibidem*). Além disso, ele é também destinatário, uma vez que “sua presença é, necessariamente, levada em conta por aquele que fala, o que o torna, portanto, coautor do

que é dito” (*ibidem*). E por fim, ele é também “objeto do discurso do outro, o que faz com que ninguém possa saber o que sealaria caso ele ali não estivesse” (*ibidem*). Todavia, a autora nos alerta que, embora ele esteja envolto nesse “emaranhado vertiginoso de perspectivas”, ele ainda continua sendo pesquisador. A mudança e o deslocamento de lugares enunciativos não implicam uma “mudança de lado”.

Ao pesquisar, não se perde o próprio lugar, pois compreender não é reduzir “tudo a uma única consciência, para a dissolução de compreensão de outro (do sujeito da compreensão) nela” (BAKHTIN, 2011, p. 377). Ainda segundo o filósofo russo, o pesquisador não assume o lugar do outro, mas vai ao encontro da voz do pesquisado, e é nesse diálogo, nessa compreensão, que “se desenvolve uma luta cujo resultado é a mudança mútua e o enriquecimento” (*ibidem*, p.378). Esse encontro de vozes permite reflexão para a possibilidade de mudança não apenas para o pesquisador, mas para os sujeitos participantes, uma vez que é no diálogo que produzimos novos sentidos, novos conhecimentos.

Partindo desta compreensão de fazer pesquisa e de geração de dados, vale destacar que o discurso do outro nunca pode ser restituído a sua forma original. Já que, ancorado numa concepção dialógica de linguagem, todo discurso é direcionado a alguém, e este, por sua vez, “quando escuta e transmite, intervém na construção do sentido” (AMORIN, 2016, p. 36). Assim, ao tomar para análise o texto da pesquisa, é necessário levar em consideração a presença do pesquisador no “jogo enunciativo” por quanto os textos transcritos, traduzidos e analisados aqui apresentam a minha marca enquanto pesquisador, o meu olhar e minha interpretação a partir do que foi relatado pelos sujeitos da pesquisa.

As histórias de vidas contadas por meio das narrativas proporcionam esse encontro de vozes que dialogam, conversam e produzem novos sentidos. Por conseguinte, almejando discutir que efeitos de sentidos são produzidos nas relações entre Tilsp, surdos e ouvintes, anoro-me na compreensão de que, por meio das narrativas, posso ter acesso a esses efeitos. À vista disso, considero relevante entender em que se funda e como se desenvolve as pesquisas narrativas. Assim sendo, destino a próxima subseção a esse instrumento que vem sendo utilizado nas pesquisas voltadas para as questões sociais.

3.3 Pesquisa narrativa

Para Bakhtin (2010), as pesquisas devem tomar a vida dos sujeitos como ponto de partida de suas investigações. Nesse sentido, compreendo que as pesquisas narrativas têm caminhado nessa direção, pois, de acordo com Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 93), a pesquisa narrativa “tem em vista uma situação que encoraje e estimule o entrevistado a contar a história sobre algum acontecimento importante da sua vida e do contexto social”. A narrativa parte da realidade, das relações reais dos sujeitos para produzir os dados a serem investigados.

Em razão disso, das possibilidades dessa abordagem, é que a pesquisa narrativa tem sido frequentemente utilizada no campo das ciências sociais, ou, conforme Bruner (1986), tem ocorrido uma “virada em favor das narrativas”. Por seu caráter não estrutural, mas aberta e flexível, ela tem possibilitado mergulhar mais a fundo em aspectos específicos por meio de histórias de vida, atraindo, assim, muitos pesquisadores das ciências sociais.

Num movimento contrário ao que é defendido pela visão cartesiana de ciência, baseada na neutralidade, objetividade e racionalidade do pesquisador, a pesquisa utilizada nesta investigação baseia-se na subjetividade, sensibilidade, parcialidade na tomada de decisões (SERODIO; PRADO, 2015). A pesquisa narrativa pode possibilitar uma aproximação entre o domínio da teoria e a vida como a vivemos, “ajudando-nos a vislumbrar um mundo teórico que, efetivamente, sistematiza aquilo que aprendemos com a experiência” (PROENÇA, 2015, p. 174), construindo, assim, uma ciência sedimentada na realidade.

Narrar ou contar histórias é uma característica eminentemente da espécie humana. Diante disso, conhecer as histórias de vida é importante, pois é um meio de ter acesso às questões que buscamos entender nos estudos sobre e a partir dos sujeitos. Segundo Bruner (2004):

nos parece não haver outra maneira de descrever o “tempo vivido” salvo na forma de uma narrativa. O que não quer dizer que não haja outra forma temporal que possa capturar o sentido da experiência de tempo mas que nenhum deles tem sucesso em capturar o sentido do tempo vivido (p. 692, grifo do autor)⁴¹.

⁴¹ Tradução de Santos (2017) do texto original: “We seem to have no other way of describing ‘lived time’ save in the form of a narrative. Which is not to say that there are no other temporal forms that can be imposed on the experience of time, but none of them succeeds in capturing the sense of lived time”.

É nesse ponto que me apoio para discutir como a tríade⁴² enunciativa da interpretação em Libras, no contexto de sala de aula (Tilsp, surdo e professor não falante da Libras), atribui sentido, por meio de suas narrativas, ao processo tradutório e, conseqüentemente, ao Tilsp, foco desta investigação. Em razão desse intento, filio-me a Melo e Moita Lopes (2014, p. 548) na compreensão de que as narrativas são importantes “instrumentos para sabermos como os hábitos são negociados e de que forma a vida social é incorporada nas práticas, ou seja, nas performances estilizadas, ou não”. Ancorado nessa perspectiva, entendo que as histórias contadas pelos sujeitos participantes são práticas discursivo-sociais, ou seja, são narrativas marcadas pela cultura e contextos sociais em que os sujeitos estão inseridos. Assim, ao narrar, os sujeitos revelam suas ideologias e discursos pelos quais são atravessados, atribuindo sentidos porque foram/são primeiramente marcados pelos sentidos ao seu redor.

Cabe destacar que as narrativas, uma vez que ocorrem por meio da linguagem, são entendidas também como “performances” (MELO; MOITA LOPES, 2014). Essa assertiva acena para o fato de que toda atividade do sujeito é marcada e orientada, a todo o momento, pelo(s) outro(s), que influencia(m) de alguma forma a narrativa ou performance projetada. Desse modo, “a performance é para o outro, além de única, contextualizada, local e planejada” (MELO; MOITA LOPES, 2014, p. 548). Assim, ao narrar, os sujeitos realizam um exercício mental de viver e rememorar fatos passados que pertencem não somente a ele, mas também aos outros que constituem a sua narrativa. Outrossim, no entendimento de que as histórias contadas estão sempre mudando, elas nunca são ditas da mesma forma, tendo em vista que cada narrativa se configura como um evento único, sendo, portanto, um ato singular, irrepetível e irreiterável.

Com base no mencionado acima, é apenas no encontro desses sujeitos, no encontro de suas vozes, que os sentidos são produzidos, refletidos e transformados. A entrevista narrativa proporciona ter acesso a outros campos de visão que escapam aos meus olhos enquanto Tilsp, pois o outro é parte constituinte do eu. Dessa maneira, “preciso do outro para completar minha visão, muitas vezes desfocada e empobrecida pelas mazelas de um sistema que tenta me cegar” (CHAUTZ, 2015, p.158). É somente por meio do outro, neste

⁴² Chamo de *tríade enunciativa* a relação em que se encontra o Tilsp no processo de tradução/enunciação. Pois, o Tilsp sempre estará numa relação de linguagem (tradução) entre dois sujeitos que não partilham da mesma língua. E nessa relação, as vozes dos três sujeitos se fazem presentes.

caso, dos participantes da pesquisa, que tenho acesso a esse excedente de visão. Em vista disso, Bakhtin (2011) nos diz que

quando nos olhamos, dois diferentes mundos se refletem na pupila dos nossos olhos, esse excedente da minha visão, do meu conhecimento, da minha posse - excedente sempre presente em face de qualquer outro indivíduo - é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do meu lugar no mundo” (p.21).

Parto dessa compreensão ao fazer uso de narrativas, pois compreendo que é na incompletude de mim e no encontro com o outro que vou me construindo e me reconstruindo, produzindo sentidos e acordando os sentidos adormecidos. De acordo com Bakhtin (2011), é somente na relação com o outro, nesse movimento dialógico, que impetro novos sentidos, transformo-me e construo novos saberes.

Ainda nessa direção, segundo Prezotto et al. (2015), as narrativas permitem o entrelaçamento do passado-presente-futuro. Elas propiciam que, na conversa com os sujeitos da pesquisa, possamos fazê-la com suas palavras, compreendendo que o inacabamento se faz presente a todo instante em nós, mas que, nesse inacabamento, há uma beleza que possibilita a reflexão de quem somos. De acordo com Chautz (2015), esse movimento me faz “enxergar o outro de maneira responsável, no sentido de que não existe uma verdade e/ou uma saída” (p. 159), evitando, assim, afirmações absolutas e universalizantes, mas promovendo uma reflexão acerca da realidade apreendida com vistas à possibilidade de transformação. A autora ainda afirma que as narrativas são formas de denúncia e poder. Denúncia do que se é, das relações e contextos nos quais os sujeitos foram/são investidos; e de poder, porque ao narrar, o sujeito se sente empoderado. No contexto desta pesquisa, essa possibilidade é de fundamental importância por permitir que os participantes da pesquisa falem de seus lugares, de suas vidas, como ser que são e que existem.

A possibilidade do narrar, por ser também forma de denúncia e empoderamento, sustenta-se porque ao contar suas histórias os sujeitos narram suas experiências que são tanto pessoais quanto sociais. Segundo Clandinin e Connelly (2015, p. 30), as pessoas são “indivíduos e precisam ser entendidas como tal, mas elas não podem ser entendidas somente como indivíduos, elas estão sempre em interação, sempre em um contexto social”. Assim, ao narrar, falamos sobre o eu e sobre o(s) outro(s), para o eu e para o(s) outro(s). Essa experiência de caráter duplo (eu e o outro) ajuda-nos a pensar e a refletir como ocorre

a relação entre os discursos que atravessam o Tilsp e os efeitos de sentidos que são produzidos na vida desse sujeito.

Após os pontos discutidos até aqui, considero válido salientar a distinção que Norton e Early (2015, p. 29) fazem entre *grandes* e *pequenas* histórias. De acordo com os autores, as grandes histórias “são inteiramente histórias de vida autobiográficas, examinando a experiência pessoal não compartilhada de eventos passados únicos”, enquanto que as pequenas histórias “estão situadas em uma conversa informal e casual, frequentemente construídas na interação e identificadas no discurso” (EARLY, 2015, p.30). Essa distinção se mostra relevante nesta pesquisa por eu fazer uso de narrativas autobiográficas e também de pequenas narrativas. Ressalto que estas últimas não criam, necessariamente, um sentido coerente do eu, porém destacam diversas posições identitárias nas práticas interativas cotidianas, negociando e renegociando os sentidos do eu em relação ao mundo social maior, reorganizando as relações desse eu com o(s) outro(s) através do tempo e espaço (ibidem).

Para Norton e Early (2015), são nas pequenas histórias, ou fragmentos de fala que se pode encontrar uma gama de atividades narrativas sub-representadas, as quais dizem muito a respeito de questões que podem passar despercebidas nas grandes histórias. Elas vão desde “relatos de eventos em andamento, eventos hipotéticos ou futuros, eventos compartilhados (conhecidos), até alusões a relatos, adiamentos de relatos e recusa de relato” (GEORGAKO-POULOU, 2006, p. 123 apud NORTON; EARLY, 2015, p. 29). Alinho-me a essa compreensão ao entender que as pequenas narrativas permitem explorar aspectos que talvez não sejam tão evidentes em grandes narrativas, levando a um deslizamento e permitindo ter acesso às identidades dos sujeitos participantes e às diversas vozes valoradas socialmente num movimento de ditos e não ditos.

Com base do que foi discutido até aqui e compartilhando do pensamento de Amorim (2016, p. 22), de que o trabalho do pesquisador nas ciências humanas não é nada fácil em razão dessa área se situar entre o demonstrar e o narrar, decidi iniciar esse tipo de pesquisa de forma exploratória. Dessa maneira, discutirei, na próxima subseção, de que forma iniciei a exploração da pesquisa narrativa.

3.4 Explorando a pesquisa

Realizar esta pesquisa no campo das ciências sociais foi, para mim, um caminhar escorregadio e pedregoso. Digo isso, em função de ser uma área que lança mão de instrumentos de pesquisa ou de geração de dados, como questionários, entrevistas estruturadas e semiestruturadas, como é o caso deste trabalho. E nesse tipo de pesquisa não possuo experiência.

Em se tratando de algo novo nesse meu percurso de mestrado, optei por dividir, como dito anteriormente, a etapa de entrevistas narrativas em três (3) partes ou fases. Coloco em destaque a expressão *pesquisa exploratória* utilizada por Santos (2017) para nomear o processo de investigação no qual essa primeira aproximação, no caso, as primeiras entrevistas narrativas, pode parecer algo novo e estranho para o participante na condição de entrevistado. Assim, aproprio-me desse termo, neste trabalho, para definir o estágio inicial pelo qual eu, enquanto pesquisador, comecei o processo de geração de dados, explorando os instrumentos de coleta, familiarizando-me no primeiro contato com os participantes da pesquisa.

No que diz respeito à divisão da pesquisa em três (3) partes, compreendo que ela me permitiu conhecer e apropriar-me do modo de organizar, reorganizar e executar as entrevistas narrativas, respectivamente. Assim, essa configuração contribuiu para criar um ambiente mais favorável entre os sujeitos da pesquisa na condição de entrevistados, de modo que eles se sentissem mais confortáveis para produzir suas narrativas, principalmente porque as entrevistas ocorreram de modo sequencial, e não de forma abrupta, isto é, de uma única vez.

Convidei, para este diálogo, isto é, para participar desta pesquisa, dois (2) Tradutores e Intérpretes de Libras e língua portuguesa que atuam em salas de aula, dois (2) alunos surdos e dois professores⁴³ ouvintes não sinalizantes da Libras. Todos os participantes atuam e/ou estudam na Universidade Federal de Alagoas. Esse recorte de contexto se justifica em função do espaço educacional ser o maior campo de trabalho dos Tlsp (PEREIRA, 2008), além de ser o espaço no qual atuo e que, como já mencionado, produziram minhas inquietações e moveram esta pesquisa.

⁴³ Justifico que decidi não utilizar, para este trabalho, as narrativas dos docentes, por considerar que as narrativas docentes contemplam outro mote de pesquisa. Dessa forma, destaco que, embora realizadas as entrevistas, estas serão utilizadas em trabalhos futuros.

3.5 Conhecendo os instrumentos da pesquisa

Parto da compreensão de que um plano de pesquisa se move de forma cíclica, em processos de idas e vindas, de revisão e alteração, de constantes reflexões advindas do diálogo entre teoria, dados coletados e análises desses dados. Diante disso, ratifico as palavras de Mallmann (2015) de que a

análise dos dados produzidos durante as etapas cíclicas exigem proposições não lineares, embora estejam representadas em planos matriciais que explicitam as delimitações. Representam a tridimensionalidade, visto que os diferentes aspectos envolvidos se transversalizam, dobram e redobram, retomando o problema sempre de maneira distinta. Isso quer dizer que, em determinados momentos, os enunciados das questões podem e devem ser revistos como dinâmica de aprimoramento do par leitura-escrita dialógico-problematizadora (pág. 94).

Diante da compreensão desse *modus operandi*, não faço distinção entre seção de referencial teórico e seção de análise, pois compartilho do entendimento de que a análise se constrói numa relação indissociável com os pressupostos teóricos. Por conseguinte, para a investigação da problemática que identifiquei, não sigo uma ordem ou modelos pré-fixados, pois comungo do pensamento de que “são os procedimentos seguidos que permitirão a elucidação do mistério” (COLL, 1996 apud AMORIM, 2016, pág. 25). Esses procedimentos, por sua vez, não são unívocos nem estanques e nem hierarquizados, mas conduzidos pelos resultados que vão sendo encontrados durante o processo de pesquisa.

Isso posto, parto agora para a configuração do processo de direcionamento da metodologia com vistas a fazer uma relação entre os discursos acerca do Tilsp e sua prática profissional. Encaminho o processo de geração de dados em dois eixos, como observado no quadro a seguir:

Quadro 1 - Direcionamento metodológico

Direcionamento da Metodologia	1º eixo	2º eixo
Eixos metodológicos	Análise documental	Entrevistas narrativas

Focos da investigação	<ul style="list-style-type: none"> ❖ leis ❖ código de ética e instruções normativas 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tilsp ❖ alunos surdos
------------------------------	---	--

Fonte: elaborado pelo autor.

No primeiro eixo, mirando meu primeiro objetivo específico que em identificar as representações que são construídas nos e através de documentos institucionais acerca do Tilsp, faço uma busca e análise de leis, decretos, resoluções e normativas advindas de sindicato que discursam acerca da figura/representação dos Tilsp. Os documentos analisados estão disponíveis em sítios eletrônicos e, em vista disso, não foi necessária a solicitação de permissão dos autores, uma vez que estão em domínio público.

Já no segundo eixo, desta vez almejando meu segundo objetivo específico, que é compreender como as relações estabelecidas entre discursos provenientes dos documentos legais e o trabalho do Tilsp, utilizei, como já citado, do instrumento pesquisa narrativa, de modo a permitir registrar a visão dos participantes da pesquisa acerca de suas histórias de vida, para assim poder alcançar meu objetivo geral que é identificar que efeitos de sentidos são produzidos nos e pelos discursos da neutralidade que constituem o campo da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa no espaço educacional.

Partindo desse contexto e atentando para o fato de esta pesquisa lidar também com uma língua gestual, a Libras, saliento que utilizei filmagens para registrar os aspectos visuais das narrativas dos sujeitos surdos e gravações de áudio para as narrativas dos ouvintes. Embora esse tipo de instrumento possa causar certo constrangimento aos participantes, a especificidade dessa língua requer o registro por meio de filmagens, já que sua produção ocorre por meio gestual. As entrevistas ocorreram no prédio do curso Letras-Libras, porém não na mesma sala. As entrevistas com sujeitos ouvintes ocorreram numa sala de aula, enquanto que as com sujeitos surdos ocorreram no laboratório de gravação de vídeo, no mesmo prédio. A escolha do laboratório se sustenta devido à especificidade linguística dos sujeitos surdos, sendo o laboratório de gravação um espaço que considere mais adequado⁴⁴ para o registro em vídeo das narrativas.

Destaco que, por questões éticas, os nomes dos participantes serão preservados. Desse modo, as duas (2) Tilsp serão denominadas de Alice e Marta e, respectivamente, as

⁴⁴ Minha consideração acerca da maior adequação do espaço laboratório se dá pelo fato dele possuir iluminação e materiais de gravação como: câmera e fundo branco, essenciais para a boa qualidade no registro das filmagens.

duas (2) alunas surdas de Joana e Lúcia e as duas (2) professoras de Elizabete e Claudia. Coloco em relevo que os convites aos sujeitos participantes ocorreram pessoalmente e foram, posteriormente, formalizados via e-mail e foi também por meio deste correio eletrônico, que agendamos as datas e horários das entrevistas. Ressalto que ficou a cargo dos sujeitos participantes a escolha dos dias e horários mais convenientes para eles.

Saliento que as entrevistas dos ouvintes são transcritas para o gênero escrito, entretanto, ainda que as narrativas sejam apresentadas aqui no gênero secundário⁴⁵ (escrito), elas mantêm marcas do gênero primário (oral e/ou sinalizado). Embora pense que a supervalorização do gênero acadêmico possa, por vezes, apagar relevantes e significativas narrativas sociais, adequo as narrativas registradas a esse gênero, escrito-acadêmico, por razões de avaliação e otimização de leitura, já que nem todos conhecem a língua brasileira de sinais.

Considerando o que foi mencionado, sublinho que as narrativas dos sujeitos surdos são traduzidas por mim e também para o gênero escrito. Isso faço, em decorrência, como já dito, das exigências da academia de que a dissertação seja apresentada nesse gênero secundário, além de tornar as falas mais acessíveis ao público que não compreendem a Libras. Acrescento que Libras é uma língua ágrafa⁴⁶ e, portanto, não tem um registro escrito no qual pudesse ser aqui apresentado. Assim sendo, reafirmo que essa tradução implicará a compreensão e, conseqüentemente, na voz do próprio pesquisador acerca das narrativas dos sujeitos de pesquisa. Dito em outras palavras, a tradução dessas narrativas configura-se também como a minha própria narrativa quanto ao narrado pelos alunos surdos.

A minha compreensão, acerca do citado acima, ocorre em vista do que Cruz (2016, p. 58) afirma sobre as narrativas, quando advoga que “a interpretação, seja de um dado, de um evento, de uma cena, etc., não é necessariamente a mesma para indivíduos diferentes”, pois, ainda segundo o autor, “o real não existe, o que existe são diferentes realidades para cada indivíduo” (ibidem). À vista disso, as narrativas, por mim traduzidas, configuram-se

⁴⁵ Sigo Bakhtin (2003), quando, ao falar sobre gêneros do discurso, faz uma distinção entre os gêneros discursivos e os divide entre gêneros primários e gêneros secundários, em que o primeiro compreende, majoritariamente, os gêneros do diálogo oral, enquanto o último consiste em gêneros escritos como em “romances, dramas, pesquisas científicas de toda espécie, os grandes gêneros publicísticos, etc.” (p.263).

⁴⁶ Embora haja estudos acerca de uma provável escrita em Libras como *Sing Writing* e Elis (Escrita de Língua de Sinais), esses modelos ainda não podem ser considerados como uma língua escrita da comunidade surda brasileira, já que ainda são apenas propostas de escrita. Os surdos não a utilizam em suas vidas cotidianamente. Desse modo, não se pode afirmar que a Libras tem uma escrita.

também como uma narrativa a partir da realidade apreendida pelo pesquisador acerca do narrado pelos entrevistados, já que outro tradutor poderia fazê-la a partir de outra realidade por ele apreendida. Nesse sentido, pauto-me em Sobral (2008), na compreensão de que é ilusório pensar que as coisas/discursos podem ser traduzidas(os) de uma única maneira e, nessa direção, convoco Bakhtin, ao afirmar que

cada um dos meus pensamentos, como o seu conteúdo, é um ato singular responsável meu; é um dos atos de que compõe a minha vida singular inteira como agir ininterrupto, porque a vida inteira na sua totalidade pode ser considerada como uma espécie de ato complexo: eu ajo com toda a minha, e a cada ato singular e cada experiência que vivo são um momento do meu viver-agir. (BAKHTIN, 2010, p. 44)

Sendo assim, cada intérprete, no contato com um determinado discurso, relacioná-lo-á ao discurso de diferentes formas, afinal, cada tradutor é único. Na relação dialógica com o enunciador, o intérprete produzirá sentidos únicos, irrepetíveis e não reiteráveis e, ao interpretar esse novo discurso produzido/interpretado na relação dialógica com o auditório social (VOLÓCHINOV, 2017) ao qual ele está direcionando sua interpretação, produzirá também outros sentidos, pois cada interlocutor relacionará o discurso traduzido de formas distintas, de acordo com as suas experiências e horizontes sociais. Após esse destaque, dedico a próxima subseção ao modo como os dados foram gerados.

3.6 Geração de dados

Nesta subseção, discorro sobre os primeiros passos rumo ao processo de geração e análise de dados. Num primeiro momento, fiz uma busca de documentos legais e institucionais que versam acerca dos Tilsp. A escolha desses textos se justifica por entender que os documentos legais implicam um conjunto de proibições, direitos e deveres que impactam o “cotidiano das pessoas, mesmo que nem sempre estejam conscientes de suas implicações e consequências” (CURY, 2002, p. 246). Nesse sentido, compreendo que o contorno legal gera possibilidades e limitações quanto à atuação dos Tilsp, produzindo implicações significativas na forma como esses sujeitos se enxergam e são, ou não, enxergados.

Diante dessa compreensão, foi considerada, para esse estudo, a Lei Federal nº 12.319 de 1º de setembro de 2010⁴⁷. Além dessa fonte legal, também foram analisados os códigos de ética da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais - Febrapils⁴⁸ e da Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo – Apilsbsp⁴⁹. Escolhi analisar esses textos por me filiar ao entendimento Pintassilgo (2013) de que associações e sindicatos assumem o papel tanto de porta-voz da categoria quanto de controle, produzindo efeitos de sentidos que (re)constroem e orientam as práticas daqueles que se inscrevem no seu rol de atuação. Cabe destacar que não alvitro analisar os documentos em sua completude, examinando todas as questões dispostas, antes, porém atentei somente aos excertos que discursam, deontologicamente, acerca do Tilsp.

No que concerne às entrevistas narrativas, planejo a etapa de entrevistas em três (3) estágios. Para cada fase, estipulei objetivos, os participantes e um período, conforme o quadro a seguir:

⁴⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm

⁴⁸ Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B7ZxCOYQ0QJmTUdtZ2xIZHlqQ1U/view>

⁴⁹ Disponível em: <http://libras-intpretes.blogspot.com/2010/02/codigo-de-etica.html>

Quadro 2 - Fases das entrevistas

Divisão das entrevistas	Fase 1 - Exploratória	Fase 2 - Direcionamento	Fase 3 - Fechamento
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Conhecer os entrevistados; 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Substanciar reflexões após a fase exploratória; ❖ Alterar/revisar, caso necessário sobre o direcionamento das entrevistas; ❖ Adentrar as questões nucleares da pesquisa. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Prosseguir com as últimas questões da entrevista; ❖ Refletir com os participantes sobre o processo de entrevista.
Sujeitos participantes	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tilsp; ❖ alunos surdos e; ❖ professores ouvintes não falantes da Libras. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tilsp; ❖ alunos surdos e; ❖ professores ouvintes não falantes da Libras. 	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Tilsp; ❖ alunos surdos e; ❖ professores ouvintes não sinalizantes da Libras.
Período/tempo médio	Outubro 2019/ 30min	Novembro 2019/ 1h	Dezembro 2019/ 30min

Fonte: elaborado pelo autor.

Para fins de melhor compreensão, estrutura, a seguir, as fases propostas, respectivamente, em subseções, apontando seus objetivos e o modo como cada etapa foi delineada.

3.6.1 Fase exploratória

A primeira fase das entrevistas denomino, como já dito, de *exploratória*, e viso como objetivo conhecer e me familiarizar com esse tipo de pesquisa, além de me aproximar dos entrevistados, buscando, assim, tornar o espaço entre pesquisador e sujeitos participantes o mais confortável possível. O tempo médio estabelecido para essa fase é de trinta (30) minutos. Isso se justifica em virtude de ser um estágio inicial, evitando ser uma entrevista cansativa, já que, após esse momento, ainda restam duas (2) entrevistas.

Esta etapa exploratória foi realizada no prédio do curso Letras-Libras, espaço já conhecido dos sujeitos participantes, o que considero importante para a produção de

narrativas mais espontâneas. Para esse momento, elaborei as questões engatilhadoras da entrevista e destaco que o objetivo de tais questões não foi uma adesão cega, mas serviram apenas para nortear o processo de pesquisa. Coloco em relevo que as questões foram pensadas de modo a permitir que os entrevistados pudessem dialogar, expressando opiniões, experiências, angústias, frustrações e desejos, e não com respostas não aprofundadas como *sim* ou *não*.

Outro intento desta fase foi tentar me familiarizar com um dos caminhos metodológicos, isto é, as entrevistas narrativas. Por conseguinte, a fase exploratória se configurou também como um pré-teste, ou entrevista piloto, possibilitando-me tatear a pesquisa narrativa, refletir acerca da execução das entrevistas e (re)pensar as questões geradoras utilizadas durante as entrevistas. Esse processo de exploração foi bastante significativo, visto que, a partir das reflexões substanciadas, pude elaborar as questões geradoras da fase dois (2), ou fase de direcionamento, levando em consideração o que foi percebido na etapa introdutória.

Este primeiro momento possibilitou rever minha postura durante as entrevistas, além da percepção da importância do uso de caderno de anotações, uma vez que nas entrevistas com os surdos não fiz uso desse material, que serve de auxílio no momento de registrar pontos que serviriam para a formulação de outras questões, sem interromper o entrevistado em sua fala. Com relação a esse último ponto, nas primeiras entrevistas com os Tilsp e professores, mesmo já usando um caderno de anotações, em alguns momentos tomava o turno das falas dos entrevistados.

Ainda com relação aos objetivos deste primeiro momento, intentei conhecer um pouco da realidade dos entrevistados. Desse modo, o eixo das questões geradoras, nesta fase inicial, buscou conhecer, no caso dos Tilsp, o primeiro contato dos entrevistados com a Libras, com os surdos e com a área da interpretação. Esse contorno de vida buscou entender os contextos de formação profissional e de atuação dos Tilsp, procurando conhecer os discursos em que esses sujeitos estavam/estão em contato.

Já com relação aos professores ouvintes não falantes da Libras, as narrativas voltaram-se para o início de formação dos docentes e a experiência deles com alunos com deficiência. A intenção desse enfoque foi entender os contextos de formação e atuação dos docentes. Por fim, no que concerne aos alunos surdos, as entrevistas fitaram as suas lembranças enquanto sujeitos surdos imersos numa sociedade, majoritariamente, ouvinte.

Esse delineamento pretendeu conhecer as relações que construíram e constituíram os sujeitos surdos.

Formuladas as questões engatilhadoras, passei para a primeira entrevista que foi feita numa sala de aula do prédio do curso Letras-Libras. Esse momento ocorreu no dia e horário agendados, todavia percebi que deveria ter reservado a sala de reuniões e não uma sala de aula, pois fomos interrompidos por dois (2) professores durante a primeira entrevista. Dessa forma, a partir da segunda entrevista, reservei outra sala e, dessa vez, uma que não tivesse tanto acesso de outras pessoas.

As entrevistas com os surdos, nessa fase, não ocorreram nos dias agendados devido a imprevistos que surgiram com os entrevistados, o que os impossibilitaram de comparecer ao local no dia e horário agendados. Em vista disso, reagendamos para a semana seguinte e, nessa nova data, as entrevistas ocorreram como planejadas. Como já dito, as entrevistas com os surdos ocorreram no laboratório de gravação do curso de Letras-Libras. No que se refere à entrevista com os docentes, embora os professores convidados tivessem expressado interesse em participar da pesquisa, encontrei dificuldades em realizar essa primeira entrevista com um dos professores em razão de sua agenda repleta de atividades. Todavia, após um tempo de negociação, foi possível realizar a entrevista em um horário mais conveniente para ele.

Algo que pude perceber a cunho de aprendizado e mudança, foi que a quantidade de questões engatilhadoras para a entrevista com os docentes foram incipientes, pois o tempo médio estipulado para esta primeira fase foi de trinta (30) minutos. Entretanto, a efetivação das entrevistas durou cerca de metade desse tempo. Durante as entrevistas não surgiram outras questões que provocassem novos temas de diálogo. Em contrapartida, durante a conversa com os Tilsp, outras questões surgiram e fluíram mais naturalmente.

Penso que a situação mencionada acima se deva ao fato de eu também ser um Tilsp, ou seja, as vivências relatadas pelos sujeitos entrevistados se aproximavam em muitos aspectos da minha própria vivência. O mesmo aconteceu quanto às entrevistas com sujeitos surdos, pois a conversa também fluiu e, durante as entrevistas, outras questões foram surgindo. Também penso que uma das razões seja o meu convívio com a comunidade surda, o que proporcionou um diálogo mais próximo. Assim, esse acontecimento substanciou a elaboração das questões engatilhadoras na fase dois (2). Finalizada essa etapa, prossegui para o segundo estágio das entrevistas.

3.6.2 Fase de direcionamento

O segundo momento, chamo de *direcionamento* e tem por objetivo substanciar reflexões após a fase exploratória e, com isso, realizar possíveis alterações mediante as reflexões feitas na primeira fase das entrevistas. Assim, diferentemente da etapa anterior, essa entrevista voltou-se para as questões nucleares da pesquisa, que são as relações dos entrevistados com seus pares, ou seja, Tilsp x surdos, surdo x professor ouvinte e Tilsp x professor ouvinte. Frente a isso, foi destinado um tempo maior do que a fase antecedente, tendo em vista que as narrativas poderiam ser mais extensas. O tempo médio dessa segunda fase foi cerca de uma (1) hora.

Devido à reflexão de que a quantidade de questões engatilhadoras se mostraram insuficientes na etapa inicial para entrevistas com os docentes, elaborei um número maior de questões para esse segundo momento. Ressalto ainda que foi destinado um tempo maior à fase de direcionamento, tendo em vista o objetivo das narrativas dessa, o que o projeto demandaria mais tempo em relação à fase exploratória. Assim, o tempo médio dessa segunda fase foi cerca de uma (1) hora.

As entrevistas dos alunos surdos continuaram sendo realizadas no laboratório de gravação do curso Letras-Libras, ao passo que as entrevistas com os ouvintes foram realizadas na sala de reuniões do mesmo curso. Como pensado, a fase de direcionamento demandou mais tempo do que a anterior.

As entrevistas intentaram, nesse estágio, conhecer como as relações construídas entre os sujeitos participantes, procurando entender como os discursos têm orientado suas práticas discursivas, principalmente aqueles provenientes de documentos legais.

3.6.3 Fase de fechamento

Por fim, a terceira e última fase das entrevistas alcunho de *fechamento*, em razão de ser o momento em que me movo para a conclusão desse ciclo de entrevistas. Esse terceiro encontro é reservado para dar continuidade às questões que, porventura, não foram possíveis discorrer na fase dois (2). Ademais, foi questionado aos entrevistados, nessa conclusão, se eles desejam fazer algum acréscimo que julgassem necessários e que, na visão deles, pudessem contribuir, de alguma forma, para a pesquisa. Também foi indagado aos participantes o que eles acharam das fases das entrevistas. Busco, por meio desse

momento, ter um *feedback* dos participantes, na intenção de fazer uma análise de todo o processo de entrevistas. Intento concluir essa última fase em um tempo médio de trinta (30) minutos.

Percorrido o caminho metodológico desta pesquisa, sigo na próxima seção para a análise dos discursos acerca do Tilsp provenientes dos documentos institucionais.

4 O TILSP: O QUE OS DOCUMENTOS DIZEM?

Nesta seção, focalizando meu primeiro objetivo específico, que é em identificar as representações que são construídas nos e através de documentos institucionais acerca do tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa e, assim, conseqüentemente, alcançar parcialmente meu objetivo geral, isto é, identificar que efeitos de sentidos são produzidos nos e pelos discursos da neutralidade no campo da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, inicio minha busca e análise dos documentos que discursam de alguma forma acerca do Tilsp. A fim de investigar a questão proposta, contei com os seguintes documentos: Lei Federal 12.319/2010, o Código de ética da Apilsp e a Instrução normativa do IFMG⁵⁰.

O Tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa tem ganhado espaço no campo das pesquisas acadêmicas devido a sua inserção em diversos espaços da sociedade, em razão das demandas instauradas pela legislação que tem determinado a inclusão das pessoas com surdez. Ante esse cenário, documentos provenientes de instituições do Estado, universitárias e sindicais têm emitido diversas orientações quanto à atuação desses profissionais.

Assim, com vistas a analisar os discursos advindos dos documentos legais e institucionais aqui investigados, organizo esta seção da seguinte forma: inicialmente analiso os textos sob uma ótica da neutralidade legislante, isto é, o modo como os dizeres institucionais têm determinado o silenciamento da voz do Tilsp e, em seguida, como essa neutralidade tem afetado o corpo desse sujeito.

4.1 O silenciamento da voz do Tilsp: a neutralidade legislante

O discurso da neutralidade do conhecimento científico surgiu a partir do século XV com o Iluminismo. Esse movimento era fundado na crença da ciência enquanto expressão de uma verdade absoluta e baseado na decodificação da essência da natureza, dos seres e das coisas. O Iluminismo questionava o discurso religioso que era fortemente marcado pela não neutralidade e que buscava intervir na realidade social dos fiéis “convertendo ou dando embate a adeptos de outras crenças” (DAGNINO, 2002, p. 04). O discurso da neutralidade

⁵⁰ Disponível em: (falta colocar)

se disseminou para outras esferas sociais, ganhando força com a corrente positivista e configurando-se como força legislante em diversas esferas do conhecimento.

Os valores de verdade pregados pelo positivismo, por meio do discurso da neutralidade, assentaram-se também no campo da Tradução, produzindo efeitos de sentido que têm afetado diretamente a vida dos tradutores e intérpretes. Como, nesta seção, volto-me para os efeitos desse discurso nos documentos institucionais, apresento recortes dos documentos já citados neste trabalho e faço uma análise deles. A princípio, analiso o excerto da Lei Federal 12.319/2010, que regulamenta a profissão do Tlsp, quando discorre acerca das atribuições do Tlsp:

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa.

Num discurso categórico de insuspeita de competências do Tlsp, os dizeres da lei encobrem a defesa de uma homogeneidade desses profissionais. Essa acepção pauta-se no uso da palavra “competência” e, conseqüentemente, nos sentidos (re)produzidos por ela. O termo competência surge das ciências cognitivas como uma “marca fortemente psicológica para interrogar e ordenar as práticas sociais” (Ramos, 2001, p. 39). A teoria chomskyana (1978) evidencia bem esse pensamento, concebendo a língua como um mero um objeto individual e psíquico e a fala como um instrumento de transmissão do pensamento. Dessa teoria, surge a defesa do falante ideal que executa comandos mentais em realizações fisiológicas de emissão de sons ou articulação de gestos. Esse pensamento produz a crença de que todo sujeito possui um sistema linguístico organizado por competências e que é igual para todos. Esse discurso produz o profissional Tlsp como um sujeito uno, homogêneo, já que bastaria apenas dominar as competências de tradução para ser um tradutor.

Ainda com relação ao excerto em análise, chama-me atenção a atribuição de “efetuar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos”. De acordo com Petrilli (2013), o evento da comunicação só é possível devido às condições precedentes. Ou seja, a comunicação já existe antes mesmo do ato de fala. Segundo a autora, “o falar não instaura relações de comunicação, mas no máximo as ratifica, as mantêm, as notifica, as declara, as exhibe” (PETRILLI, 2013, p. 299). Petrilli exemplifica sua afirmação ao dizer que quando

um professor universitário inicia sua fala em sala de aula, a relação de comunicação já existe, mesmo que o docente possa dizer coisas importantíssimas novas e originais, “mas sua aula fala antes de tudo” (PETRILLI, 2013, p. 299), ou seja, as condições para a fala já são consideradas um evento de comunicação.

Baseando-me nisso, compreendo que o Tilsp não efetua a comunicação entre os sujeitos, já que, antes do ato tradutório, certa comunicação entre eles já é existente. Numa sala de aula, por exemplo, antes mesmo da interpretação, o aluno surdo já tem consciência de que um professor não sinalizante da Libras irá adentrar a sala e de que a fala vocalizada do professor e dos colegas ouvintes serão traduzidas pelo intérprete. A própria presença de um Tilsp já anuncia que naquele local haverá a fala de um sujeito que discursará por meio de uma língua não oral. Assim, o Tilsp não necessariamente efetua a comunicação entre surdos e ouvintes em sua totalidade, como se a comunicação só tivesse seu início a partir do ato de fala, mas o intérprete une-se e integra todo o evento de comunicação, que compreende não apenas os elementos verbais, mas também todo o contexto extraverbal.

O documento continua discorrendo acerca das atribuições do Tilsp e, dessa vez, as determinações incidem sobre a tradução como uma aplicação de técnicas:

Art. 7^º O intérprete deve exercer sua profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo.

Percebo que um dos preceitos mais valorados na área da tradução de Libras e língua portuguesa tem sido a concepção de uma tradução balizada num “rigor técnico”. Esse discurso é amplamente difundido como parâmetro de qualidade. Ressalto que tal prescrição legal não surge de forma inédita no campo da tradução, mas já circula em outros campos epistemológicos. Ao falar sobre o campo docente, Morgado (2005, p. 34), assinala que o modelo de racionalidade técnica “repousa no perfil do profissional como técnico que aplica com rigor as regras que derivam do conhecimento científico”. Desse modelo, o profissional ideal é aquele que aplica, mediante aplicação rigorosa, as técnicas previamente produzidas.

A concepção do profissional, como consumidor e aplicador de conhecimentos previamente construídos, é uma herança da corrente positivista que tem ecoado até os dias de hoje e com peso, mais especificamente, na área da tradução. À luz dessa concepção, bastaria ao Tilsp apenas a aplicação de técnicas derivadas de conhecimentos especializados. Morgado (2005, p. 35) afirma que, desse pensamento, “o profissional é tanto mais reconhecido quanto melhor domínio técnico demonstrar na aplicação do conhecimento pré-

fabricado e na solução de problemas”. O discurso do Tilsp, enquanto técnico, constrói esse sujeito como um dependente de conhecimentos que não lhe pertencem. Baseado em Morgado (2005), compreendo que esse discurso desconsidera o papel/lugar do Tilsp na produção dos discursos traduzidos e seu valor é reduzido a uma dimensão meramente instrumental. Novamente, ele é visto como um executor de comandos, objetificado, um mero reproduzidor do discurso alheio.

O discurso de apagamento do Tilsp estende-se para outras partes da lei, como é perceptível nas determinações que se seguem. No mesmo art. 7º da lei é imposto que os Tilsp devem zelar:

[...]

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

O documento determina que o intérprete deve “atuar livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero”. Um discurso semelhante a esse é encontrado num documento emitido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - Feneis quando prescreve o caráter e a índole do Tilsp. Esse documento afirma que esse profissional deve:

ser humilde, sem rancor, convencimento ou orgulho próprio. O intérprete precisa ser a voz do surdo e a voz do ouvinte. Precisa interpretar em qualquer lugar sem preconceitos (FENEIS, 2006 apud LACERDA, 2015, p. 29).

Ambos os documentos idealizam a figura do intérprete como alguém sem defeitos, como que ele tivesse que se tornar invisível durante a interpretação e enxerga-o como um objeto que apenas converte os sinais da Libras em sons. Nota-se, novamente, outra faceta do discurso da neutralidade, ao delinear o intérprete como um sujeito esvaziado como se fosse possível se despir, durante a interpretação, dos seus preconceitos, valores e crenças. Destaco que não defendo a mudança na direção do discurso traduzido, isto é, o intérprete precisa ter cautela para que seu modo de conceber e se constituir no mundo não produza um enunciado que caminhe por uma direção totalmente oposta ao discurso anterior⁵¹.

A visão que repousa e constrói o perfil do Tilsp como um técnico funda-se em um existir desvencilhado da realidade e do eu, ou como diz Bakhtin (2010, p. 52), “de um

⁵¹ Como já mencionado, faço uso da expressão discurso e/ou enunciado anterior em vez de texto fonte e/ou de partida.

existir que é retirado da vida, de uma abstração que não leva em conta o fato da minha existência singular e do sentido moral desse fato, que se comporta como se eu não existisse”. Para o autor, isso conduz a um confinamento do existir congelado, todavia, segundo ele, esse ato, ou existência, não corresponde a esse congelamento, uma vez que a realidade é diferente desse mundo abstrato que só existe na teoria.

É importante compreender que todo tradutor sai e passa por lugares e espaços que constroem suas experiências, valores, cultura e ideologia. Consoante a esse pensamento, Scott (1998) ressalta que não é que o sujeito tem valores, ter no sentido de posse, como se em determinadas situações fosse possível se desfazer deles ou deixar de portá-los. Segundo a autora, os sujeitos são constituídos por esses valores e, dessa forma, é impossível se destituir de crenças e ideologias durante a interpretação.

Os discursos da lei 12.319/10 produzem o Tilsp como um sujeito abstrato, apolítico e acultural. Essa visão é muito bem articulada em outras partes da lei, como é percebido no inciso III do art. 7º, quando discursa acerca da tediosa imparcialidade e fidelidade:

[...]

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir;

A imparcialidade é definida por Miguel e Biroli (2010, p. 64) como a “ausência de posicionamento social”. A crença numa utópica imparcialidade concebe o Tilsp como um mero observador, sem perspectiva e sem valores, retomando, reforçando e dando continuidade à mesma imagem produzida no inciso II. Nesse sentido, a imparcialidade é vista como uma idealizada liberdade de favoritismo pelas palavras. Na contramão desse discurso, Bakhtin e o Círculo (VOLOCHINÓV, 2017) afirmam que toda fala está baseada numa posição daquele que fala. À vista disso, a escolha da palavra em nossa “reserva linguística” já implica um posicionamento. As palavras que compõem o enunciado traduzido estão numa relação de pertencimento com o Tilsp e não ao enunciador anterior. Esse pertencimento diz respeito ao fato de que, como já dito, palavras evidenciam o posicionamento do intérprete. A palavra não é objeto oco, mas constituída pelos aspectos cultural-político-ideológicos do Tilsp. O intérprete não é um profissional despido de qualquer interesse particular e, nesse sentido, Zapparolli (2003) defende que:

todo profissional e, acima de tudo, todo ser humano é o resultado de suas experiências. Sua percepção e intuição decorrem dessas experiências, não existindo dissociação entre a pessoa e o profissional ou isenção entre sua experiência e sua ação. A pessoa necessariamente

manifesta o que é, a vivência por ela assimilada, influenciando diretamente em tudo por onde perpassa (p. 64).

A imparcialidade é um ideal inatingível, uma vez que não é possível fazer dissociação entre o intérprete e o eu. Toda tradução é a produção de um discurso situado e marcado por uma rede complexa de relações ideológicas, políticas e culturais. Atrelado ao discurso da imparcialidade está o da fidelidade e ambos compartilham da mesma direção no que concerne ao papel/lugar do intérprete, isto é, como um invólucro vazio de sujeito pensante. O extrato legal ordena que o Tilsp deve ser fiel durante o ato tradutório. Esse tipo de discurso ainda é muito comum nos estudos na área da tradução. Alexander Fraser Tytler (1747; 1819) foi um dos principais representantes desse pensamento, ao afirmar que tradução deveria ser neutra e fiel, cabendo ao intérprete apenas transpor o texto de uma língua para outra.

A busca de uma fidelidade e imparcialidade é certamente um empenho não bem-sucedido e está fundada no discurso da neutralidade. Na verdade, minha concepção é de que ela se configura como outra roupagem da neutralidade. A exigência da fidelidade pauta-se no entendimento de que o intérprete deve ser fiel, pois o discurso pertence somente e unicamente ao outro. Desse ponto de vista, qualquer participação do Tilsp implicaria uma interferência, no sentido de ferir, prejudicar, o discurso que é de autoria apenas desse outro.

Bakhtin (2003, p. 272) defende que não existe discurso absolutamente autoral, originário apenas do eu, como se fôssemos adões das nossas palavras. Para o filósofo russo, “cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados”. Para Bakhtin e o Círculo, o diálogo é entendido não apenas como a comunicação face a face, mas como uma forma mais ampla de interação verbal, que vai para além de limites temporais e geográficos (VOLÓCHINOV, 2017). Desse modo, tanto o enunciado anterior quanto o enunciado traduzido são formados a partir de outros enunciados. Assim, não há enunciados absolutamente autorais, já que eles sempre estão em relação de constituição e formação com enunciados preexistentes. Todavia, cabe destacar que cada enunciado é também único e não reiterável. Assim, tanto o enunciado traduzido quanto o enunciado anterior possuem certo grau de autoria, uma vez que eles são produzidos por sujeitos singulares em situações singulares.

O discurso da fidelidade mostra-se como uma forma de silenciamento da voz do intérprete, utilizando o argumento de uma ilusória patente de autoria que impede a participação do outro. Bakhtin (2003), todavia, vai de encontro a esse entendimento ao raciocinar que, independentemente do desejo ou crença de uma não participação do outro, essa participação ocorre obrigatoriamente, pois a própria constituição do discurso do enunciador é por e para o outro. O discurso da neutralidade e fidelidade é fundado na crença de um discurso monológico, em que só o chamado autor fala, e fala a um ouvinte passivo, que apenas recebe a mensagem do enunciador.

A ideia mencionada acima foi bem representada por Saussure ([1970] 2012) ao conceber a língua como um processo de transmissão psíquica, fisiológica e física de um falante A para um falante B. Esse pensamento reduz a língua a um mero processo de decodificação de informações. A partir dele, surgiram visões como a do modelo de comunicação de Jakobson ([1967] 2010), quando postulou as funções da linguagem. Para o autor, tais funções são pautadas em meros processos de passagem de mensagens entre remetente e destinatário. Dessas perspectivas, o Tilsp é visto apenas como um objeto que converte os sons da língua portuguesa em sinais da Libras e vice-versa. Esse modo de pensar tem retroalimentado as concepções acerca do papel/lugar do intérprete como sujeito invisível e idealizadamente neutro.

Advém também de Jakobson ([1967] 2010) a classificação da tradução em três tipos: interlingual (tradução entre línguas diferentes), intralingual (tradução dentro da mesma língua) e intersemiótica (tradução entre o sistema verbal e o não verbal). Compreendo que a categorização proposta por ele, ancorada em seu sistema de comunicação, enxerga o intérprete como um veículo de transmissão de sentidos *entre* ou *na* mesma língua, pois, nesse modelo, caberia ao intérprete adaptar as informações de um sistema para outro sistema. Minha compreensão é a de que a tradução é um processo muito mais amplo e complexo que não se fecha a tipos isolados de tradução.

Como já mencionado neste estudo, Bakhtin assinala que todo ouvinte é, na verdade, um respondente, e essa resposta direciona e constitui o discurso do outro. O Tilsp configura-se como um respondente ao discurso do enunciador anterior. Dito em outras palavras, o enunciado traduzido é a compreensão ou uma resposta ao enunciado anterior. Essa resposta, por conseguinte, apresenta-se como um novo enunciado, um novo discurso. No entanto, sua resposta a este novo discurso, por sua vez, manterá certa relação com o discurso anterior. De acordo com Bakhtin (2017, p. 250), “além dos indicadores

semânticos, é mantida a firmeza construtiva do enunciado alheio, cujo corpo pode ser apalpado como um todo autônomo”. Assim, o enunciado traduzido, mesmo na condição de novo discurso, é apalpado como um todo, evidenciando seu elo com o discurso anterior. Portanto, o intérprete não assiste ao diálogo ou o reproduz mecanicamente, mas o integra, participa dele, concorda ou discorda com ele, responde e antecipa-o.

Importa esclarecer que, ao traduzir um discurso, será expressa uma “relação ativa” com o discurso alheio, ou anterior, todavia essa relação incide nas formas construtivas estáveis da própria língua. Contudo, não contempla o plano temático, já que o tema é irrepetível e irreiterável. Para Bakhtin, esse fenômeno é compreendido como a “reação da palavra à palavra”.

Segundo Sobral (2008, p. 58), o intérprete não traduz apenas textos, pois, de acordo com o autor, “o texto não é uma unidade em que já há sentidos”, uma vez que o contexto e o sujeito, integrantes essenciais da produção de sentidos, não estão submetidos ao texto. Sua defesa é de que o intérprete traduz discursos. O autor advoga que o “texto é uma materialidade discursiva em que só são criados sentidos a partir da discursivização, do uso de textos por sujeitos numa situação concreta” (p.58). A existência do discurso é aqui entendida como oriunda das relações e interações dialógicas, “por, para e entre sujeitos”(ibidem). Desse modo, o intérprete atua com os discursos provenientes de sujeitos situados que são constituídos pelos espaços que estão inscritos. Em contato com os discursos do outro, o intérprete produzirá um novo discurso que é constituído e orientado para seu auditório social, que é composto tanto pelo enunciador anterior quanto pelos interlocutores/respondentes.

Outra representação identificada nesta análise foi a do Tilsp enquanto um serviço prestado, como observado em:

Neste mesmo espaço da escola regular, prevê-se o “apoio de professor da Educação Especial, como o intérprete de língua brasileira de sinais/língua portuguesa.” [...]. O “serviço de apoio pedagógico especializado, complementado, também em sala de recursos, em turnos diversos [...]” (BRASIL, 2001, p.60)

os serviços de apoio especializado como os intérpretes de línguas de sinais [...] não caracterizam, e não podem substituir as funções do professor responsável pela sala de aula do ensino comum de ensino regular (BRASIL, 2002, p. 19)

De acordo com esses documentos, o intérprete é visto como um “serviço da Educação Especial”. Conceber esse profissional como um “serviço” pode apontar para uma visão de um não sujeito, de um objeto, de algo que se faz uso em determinada situação e que logo é descartado. Isso, conseqüentemente, traz desdobramentos para os sentidos construídos por aqueles que receberão o Tilsp em seus espaços educacionais que, nesse caso, é toda a comunidade escolar.

Embora já tenha mencionado nesta dissertação minha compreensão de tradução como um ato composto por diferentes vozes, julgo necessário destinar um espaço mais substancial acerca desse entendimento. Minha perspectiva baseia-se em um dos conceitos defendidos por Bakhtin acerca da linguagem, a noção de Polifonia. Esse termo já circula há muito tempo no campo musical para designar as várias melodias, ou vozes, que se sobrepõem em simultâneo (PIRES, TAMANINI-ADAMES, 2010). Bakhtin reivindicou o termo polifonia para o campo da linguagem como parte essencial de toda comunicação. Para ele, todo enunciado é constituído por diferentes vozes, e “que todo discurso é composto por outros discursos” (*ibidem*, p. 66). Assim, todo discurso é construído por uma trama de vozes em que uma não emudece as outras. A tradução, na condição de outro enunciado, de outro discurso, embora semelhantes, também é constituída por diferentes vozes.

O enunciado traduzido configura-se como um emaranhado de vozes que falam, portanto não é possível conceber uma fidelidade, nem parcialidade e/ou neutralidade, pois são discursos defensores de um discurso monológico em que apenas a voz do enunciador anterior se faz presente. Fundamento-me em Bakhtin (2003) ao compreender que o enunciado traduzido é construído não apenas pela voz de tal enunciador, mas também pela voz do Tilsp. Ressalto, ainda, que não apenas as vozes do enunciador anterior e do Tilsp se fazem presentes, mas também as outras vozes que constituem esses sujeitos.

Baseado no exemplo dado por Costa e Silva (2011), faço um paralelo do seguinte sinal em Libras:

Figura 1 - Sinal em Libras para orar/rezar



Fonte: o autor (2020).

O sinal apresentado acima pode ser traduzido da Libras para o português tanto como orar quanto rezar. Este é um exemplo primeiramente usado por Costa e Silva (2011, p. 95), ao falar sobre tradução da palavra *pray* para o português brasileiro, o autor afirma que, no Brasil, “grupos católicos e protestantes em geral adotam rezar e orar, respectivamente”, e que se o intérprete brasileiro tiver uma formação religiosa evangélica ele, provavelmente, de forma geral, interpretará essa palavra como orar, mas se sua formação for católica, é mais provável que traduza por rezar. Compreendo, pelo que tenho observado nos meus anos como Tilsp, que o mesmo ocorre com os Tilsp ao traduzirem o sinal apresentado na imagem para o português. Todavia, esse processo não habita no ostracismo do exemplo citado, mas ele é a base de todo o processo tradutório.

Ao traduzir, é estabelecida uma teia com os discursos que o precederam e os sucederam, em que essas vozes aparecem, porém sem que uma voz domine a outra. O Tilsp, como um enunciador e não um reproduzidor, está sempre numa relação dialógica com os outros que o constitui, “sua voz é chamada à interação com as outras tantas vozes da sociedade em que se insere” (PIRES, TAMANINI-ADAMES, 2010, p. 68). Dessa forma, a tradução mostra-se como um espaço de encontro e embate de discursos, de ideologias que atravessam a sociedade e constituem o intérprete.

Como já dito, o intérprete escolhe as palavras do seu reservatório social, como diz Bakhtin, ou repertório linguístico. Esse repertório, por sua vez, é construído e constituído pelos diversos espaços sociais que o intérprete transita. O enunciado traduzido é o cruzamento, a “consonância ou a dissonância de réplicas do diálogo”, nele há o encontro de pensamentos e palavras que vêm de “várias vozes imiscíveis, soando em cada uma de modo

diferente” (2008, p. 308). Assim, ao traduzir, as múltiplas vozes que constituem o Tilsp, isto é, sua formação religiosa, política, regional, ideológica e cultural estão presentes nos enunciados traduzidos de forma equipolentes.

Outra materialidade discursiva analisada foi o código de ética da Febrapils. Esse documento orienta as atividades de tradução, a nível nacional, dos tradutores e intérpretes de Libras e Língua Portuguesa, de Libras e outra língua de sinal e também de guias-intérpretes. Dentre os imperativos acerca da atuação desses profissionais, o seguinte excerto chama atenção:

Art. 9º - O TILS⁵² e o GI⁵³ devem buscar a equivalência de sentido no ato de tradução e/ou interpretação e/ou guia-interpretação.

O discurso da neutralidade se também se manifesta no artigo acima, porém de modo não tão evidente. Isso ocorre por meio da outra faceta do discurso da neutralidade, o da equivalência. De acordo com o código de ética, o intérprete “deve buscar a equivalência do sentido”. Nesse respeito, uma corrente nos estudos da tradução que sustentou a ideia de equivalência foi o estruturalismo, que tem como um de seus representantes, na vertente da linguística formal, Ferdinand de Saussure, já mencionado neste trabalho.

Os postulados saussurianos redimensionaram o campo da Linguística e influenciaram outras áreas da ciência, como a Psicologia e a Antropologia, sendo abraçados também pelos Estudos da Tradução. O Curso de Linguística Geral instaurou, na Linguística, a “noção de estabilidade do significado” (LACERDA, 2010, p. 129). Ao estabelecer a língua como objeto de estudo da Linguística e realizar uma cisão entre língua e fala, definindo a primeira como um sistema organizado e à disposição do falante, e a última como um ato psicofísico individual, Saussure descarta do seu campo de estudo as questões de natureza socioculturais. Esse modo de pensar, privilegiou os aspectos estruturais e levou a Linguística do século XX a distanciar-se das questões históricas, sociais e políticas (PENNYCOOK, 1998).

Na esteira dos estudos saussurianos, o conceito de equivalência ganhou força, orientando as concepções acerca da língua e, conseqüentemente, da tradução. Essa concepção compreende a busca de uma estabilidade do significado, uma vez que “o processo tradutório estaria pautado, segundo esta visão, na comparação entre a língua de partida e a língua de chegada e no posterior estabelecimento de equivalência entre os dois

⁵² Tradutor e Intérprete de Libras

⁵³ Guia-intérprete

sistemas linguísticos” (LACERDA, 2010, p. 129). Nessa perspectiva, o intérprete não é visto como integrante do processo de interlocução, uma vez que seu papel/lugar se restringiria somente à busca de significados equivalentes entre as línguas traduzidas.

Numa direção oposta ao conceito de equivalência, Sobral (2008, p. 81) afirma que as línguas “não são compostas por elementos equivalentes de outras línguas”, mas compostas por formas de expressão que “usam esses elementos para criar sentidos que no processo tradutório podem fazer corresponder aos sentidos produzidos na outra língua”. Em razão disso, o autor defende o conceito e o uso do termo *correspondência* ao invés de equivalência. Segundo ele, os sentidos são produzidos em uma determinada língua levando em consideração as questões sociais e culturais que a permeiam. Dessa forma, ao interpretar de uma língua para outra, os sentidos sempre serão outros, uma vez que, o contexto sócio cultural também será outro. Destarte, no processo tradutório não se procura estabelecer equivalências entre os elementos da língua, mas procuram-se formas de correspondências, uma vez que os sentidos não são únicos, nem estáveis.

Bakhtin não define um conceito para sentido, já que, para ele, o sentido é fluído e está sujeito às condições de produção, que nunca são repetíveis e, portanto, singulares. Baseado em Bakhtin, Sobral (2012) assinala que as relações dialógicas são o princípio fundamental da produção de sentidos, ou seja, sentido é:

algo sempre fluído, em processo, que deve ser apreendido em sua construção re-construído, re-constituído, restituído, a partir das marcas de sua produção, que estão em seu produto: o enunciado, entendendo-se “produto” não como algo fechado em si, mas como algo que remete a uma cadeia de outros enunciados já ditos ou por dizer (SOBRAL, 2012, p. 125).

Dessa forma, os sentidos não são fechados, mas ao mesmo tempo em que são sempre novos, eles também remetem a sentidos anteriores. A partir dessa compreensão, defendo que o tradutor não repete ou clona sentidos, mas procura caminhos que correspondam aos sentidos produzidos na língua de partida e, ao fazer isso, ele produzirá outros sentidos, contudo, não serão sentidos opostos. Para Sobral (2008, p. 82), o resultado desse processo será a produção de *efeitos de sentidos*. Sua argumentação direciona-se para o fato de não existir “sentidos fixos numa língua equivalentes em outras línguas, contudo, podem-se descobrir correspondências entre maneiras de indicar em outra língua o tipo de compreensão e reação expressas na língua de partida”. Destaco que o processo de

correspondência produzirá não um efeito de sentido, mas, possivelmente, efeitos, no plural. Isso se dá porque o discurso traduzido se mostra como uma possibilidade, entre várias outras, de interpretação. Por exemplo, dois intérpretes ao ouvirem um mesmo discurso produzirão um sentido diferente, após isso, percorrerão diferentes caminhos que corresponderão ao sentido produzido entre ele e o enunciador.

Assim, a escolha de um intérprete se apresenta como uma alternativa, efeito, dentre várias outras. Por conseguinte, na condição de novo enunciado, o discurso traduzido, no contato com o cada interlocutor, produzirá sentidos distintos, embora semelhantes, pois o contexto extraverbal e as tonalidades entoativas de cada pessoa são únicas. Em outras palavras, o discurso traduzido se configura não somente como um efeito de sentido do discurso da língua de partida, mas também como um novo discurso, que, no contato com o(s) outro(s), irá gerar outros e novos sentidos. Assim, o tradutor não lida com a reprodução de sentido, mas seu ato está fortemente imbricado na produção sentidos, alicerçados na realidade social dos integrantes do processo de interlocução.

A disseminação e validação dos discursos pró-neutralidade por meio dos documentos institucionais discutidos nesta subseção têm condenado o Tilsp ao silenciamento. Penso que tais discursos estabelecem um parentesco da tradução com a morte, um homicídio do Tilsp. Isso digo no sentido da não existência desse sujeito, já que, para muitos, uma boa tradução é aquela em que, por meio de uma falsa fidelidade, o intérprete deve fazer-se morrer, ou seja, ele não pode deixar nenhum indício de participação, sua existência deve ser extinta.

Não raro ouve-se falar que o discurso deve ser traduzido de modo que o leitor não perceba que houve uma tradução, ou seja, que ele está tendo acesso à obra dita original. Esse pensamento constrói a tradução como um objeto secundário, um mal necessário e, por isso, de não qualidade, não original e não confiável. Segundo Brito (2012), em tempos mais contemporâneos, a fidelidade ao original como uma prioridade tem sido mais comum do que há cinquenta ou sessenta anos. Em resultado desses discursos, a própria palavra intérprete tem sido ressignificada para sentidos de objeto, recurso, serviço, apoio e, no caso do Tilsp, estende-se também para olhares de assistencialismo e missão. Após as discussões levantadas nesta subseção, parto agora para a análise de outra instância afetada pelos discursos pró-neutralidade, o corpo dos Tilsp.

4.2 Corpo neutro: o apagamento do corpo do Tilsp

Além dos discursos, como já discutidos, que intencionam a neutralidade discursiva do Tilsp nos enunciados traduzidos, outro discurso que tem se propagado e produzido efeitos significativos é o de que, durante o exercício de sua atuação, o Tilsp deve ser discreto no uso de sua vestimenta, devendo usar roupas de cor *neutra* e evitar o uso de acessórios de modo a não atrair para si atenção *indevida*. No livro já mencionado, “O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa”, entre outras questões relativas ao interpretar é proposto um código de ética que determina que:

o intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função (BRASIL, 2005, p. 32).

Já em 2015, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano publicou um documento institucional intitulado “Orientações para a atuação profissional dos tradutores/intérpretes de libras/português do IF goiano”, no capítulo VIII ao tratar da metodologia de trabalho dos intérpretes o documento dispõe:

O intérprete deverá apresentar-se com roupa discreta, cuidando da escolha da vestimenta, sendo a parte de cima da roupa de única cor, preferencialmente neutra (preta, azul marinho, branca), cabelos presos, adereços discretos, unhas sem pinturas ou com esmalte claro que não chame a atenção de modo a não interferir na atenção da concentração do receptor da informação, sem uso de adornos (BRASIL, 2015, p. 9).

O documento determina que a roupa do intérprete seja discreta e neutra, além do não uso de adereços durante a interpretação. Como resultado desse discurso, os intérpretes que ousam agir em dissonância a esse dizer são alvos de críticas e acusados de antiéticos e de profissionais sem qualidade. Esse discurso se estende para instituições de representação dos intérpretes, como Associações e Sindicatos:

Art. 6º - O Intérprete deve ser discreto no uso de sua roupa, para uma atuação. Deve sempre usar roupas lisas (de uma cor só), e que contrastem com sua pele. Da mesma forma, evitar o uso de enfeites e ornatos pessoais (no cabelo, brincos salientes, colares, anéis, relógios, etc.). Ainda, ele deve saber o seu lugar no ambiente em que atuará – qual o melhor lugar para ele se posicionar, sendo confortavelmente visível para o público surdo, sem atrapalhar as pessoas que não dependem dele. Estas normas gerais de bom senso e de padrão mundial valem também ao Guia-

intérprete, sendo que este tem maior liberdade quanto ao vestuário e à posição de atuação (APILSBESP, 2004 apud GESSER, 2011, p. 19).

O documento, oriundo da Associação dos Profissionais Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais Brasileira do Estado de São Paulo – Apilbsesp, configura-se como um código de ética para seus associados direcionando sua atuação por meio de dizeres de ordem e associando a discricção da roupa do Tilsp como elemento integrante da qualidade do bom profissional. Muitos são os espaços que afirmam que o Tilsp deve apresentar-se com um vestuário discreto, todavia este trabalho não os comportaria em citações, portanto, restringirei esta análise apenas aos documentos supracitados e aos sentidos engendrados e retomados por ele, uma vez que esse discurso tem se apresentado como uma síntese de múltiplas determinações em diferentes espaços.

O corpo é compreendido, nos moldes biológicos, apenas como um conjunto de órgãos harmoniosamente articulados. Essa concepção não se restringe aos domínios da Biologia, mas se instaura também em outros campos do saber. Contudo, pensar o corpo como uma mera organização biológica pode conduzir à ideia de um objeto desvencilhado do sujeito. Cabe destacar que nada é completamente natural, mas o que define o que é – ou não, natural é o processo cultural. Dessa forma, os sentidos são produzidos e transformados socialmente. No que tange ao corpo, longe de ser apenas uma mera carcaça ou um corpo-máquina (FOUCAULT, 2014), ele constitui o sujeito de modo que ele só pode ser concebido enquanto sujeito na totalidade de seu ser. Le Breton (2006, p. 29) afirma-nos que o “corpo não é socialmente uma coleção de órgãos arranjados segundo leis da anatomia e da fisiologia [...], mas uma superfície de projeção passível de unir as mais variadas formas culturais”. Dessa maneira, o corpo é percebido como uma construção social e cultural moldado pelas práticas discursivas que agem sobre ele.

Baseado nessas acepções, o corpo tem sido, historicamente, alvo de investimento em diversos territórios institucionais, sendo atravessado por discursos que têm levado a tentativas de homogeneização, apagando suas especificidades e os silenciando. Todavia, esses movimentos de disciplina e controle geram, em contrapartida, um processo de reivindicação, como nos afirma Louro:

historicamente, os sujeitos tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles. Quando o poder é exercido sobre o nosso corpo, emerge inevitavelmente a reivindicação do próprio corpo contra o poder. Buscamos, todos, formas de resposta, de resistência, de transformação ou de subversão para as imposições e os

investimentos disciplinares feitos sobre nossos corpos (LOURO, 2017, pág.25).

Embora os discursos que nos perpassam produzam forças que tentam nos mover a lugares de subjugação e dominação, não somos conduzidos de forma passiva, mas, inevitavelmente, buscamos formas de resistência. Assim, este trabalho apresenta-se como uma resposta aos investimentos feitos aos Tilsp por meio de práticas discursivas em prol de uma neutralidade corporal, entendendo os dizeres acerca do corpo e da vestimenta desse sujeito como importantes vetores das relações sociais.

Como esta pesquisa volta-se para os dizeres oriundos de instituições do Estado. Sublinho que os documentos provenientes de normativas, universidades e institutos possuem uma força relevante na prática do profissional, instituindo uma “padronização nacional, visto que são registrados como diretrizes nos documentos do MEC” (ALBRES, 2015, p. 54). Os sindicatos e associações, mais especificamente, têm um peso ainda maior, uma vez que eles assumem o papel de porta-voz da categoria, produzindo sentidos, constituindo e orientando as práticas daqueles que se inscrevem no seu rol de atuação. Além disso, o modo como os textos são construídos engendram sentidos já desde sua superfície.

Ao conjugar o verbo *dever* no modo imperativo, *o intérprete deve* e *o intérprete deverá*, esses documentos exprimem uma atitude de imposição, de convicção, atestando verdades absolutas e incontestáveis que não possibilita ao profissional outra escolha senão acatar e submeter-se a tal determinação. Nesse contexto, vale destacar que é comum, no início de carreira, buscarmos ao máximo nos adequar ao que é posto como parâmetro de qualidade para, assim, provarmos nossa valia e nos sedimentarmos enquanto bons profissionais. Desse modo, quando um prospectivo intérprete inicia seu caminhar rumo à profissionalização, ele é envolvido nas manobras dos discursos já existentes, como o de que o “intérprete deverá apresentar-se com roupa discreta”, e não qualquer tipo de roupa, mas aquelas definidas como “neutras (preta, azul marinho, branca)”, e, ao fazer isso, o Tilsp passa a ser constituído por esse discurso, dando-lhe continuidade e entrando no processo de produção e reprodução das práticas discursivas que preservam e reforçam os efeitos de sentidos que lhes dão sustentação.

Portanto, ao dizer que o Tilsp deve manter “a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo”, fazendo isso por apresentar-se com roupa discreta, preferencialmente “neutra (preta, azul marinho, branca), cabelos presos, adereços

discretos, unhas sem pinturas ou com esmalte claro”, esse discurso afirma que a qualidade de um bom intérprete é também avaliada pela discrição de sua roupa, de seu corpo, colocando a vestimenta como um parâmetro de boa tradução. Em contrapartida, a negativa desse discurso, o contradiscurso, é de que o não uso de roupas neutras e o porte de adereços durante a interpretação implicaria uma não dignidade da profissão e, conseqüentemente, um intérprete desqualificado, ruim, indigno. Além disso, esse discurso retoma os princípios positivistas encarando a neutralidade como parâmetro de qualidade e, ao fazer isso, mostra-se como uma tentativa de apagar qualquer forma de expressão do intérprete considerando inadequado que sua presença ocupe, de alguma forma, o lugar de evidência.

Outro discurso retomado é o da discrição. Esse discurso campeia não apenas o campo da tradução, mas reside também em outros espaços como, por exemplo, o religioso. O discurso acerca da mulher religiosa ordenava e definia a discrição por meio da considerada vestimenta discreta, como observado em: “Proveja-as a abadessa de roupas com discrição, conforme a situação das pessoas, os lugares” (SILVA, 2008, p.309). As mulheres que aderiam à vida contemplativa tinham que se submeter a uma vida na quais gestos, roupas e palavras eram minuciosamente controlados, embora o termo discrição reporte à modéstia e a vestimenta proposta intencionava não apenas impedir a luxúria dos homens, mas também controlar os corpos das religiosas (SILVA, 2008). Os discursos acerca das mulheres refletem as relações e os lugares estabelecidos entre homens e mulheres, e esse discurso, mais especificamente, respondia, e ainda responde, aos interesses falocêntricos de determinadas sociedades, pois de acordo com Joan Scott (1994, p. 02):

[o] saber não se relaciona apenas a ideias, mas a instituições e estruturas, práticas cotidianas e rituais específicos, já que todos constituem relações sociais. O saber é um modo de ordenar o mundo e, como tal, não antecede a organização social, mas é inseparável dela.

Essa discussão é muito pertinente quando é pensada nos sentidos (re)produzidas e acerca do Tils. O discurso de que ele deve ser neutro responde, diretamente, aos interesses políticos daqueles que intencionam que esse sujeito, assim como as chamadas minorias, ocupe e permaneça à margem. A discrição, nesse contexto, é atrelada à ideia de controle, dominação e subjugação dos sujeitos que ocupam esse lugar⁵⁴. Essas relações binárias de

⁵⁴ Esse discurso me rememora o contexto do século XIX, quando as regras da indumentária estavam fortemente imbricadas ao pudor, ou seja, as mulheres eram consideradas com pudor a partir das vestimentas que usavam. Em outras palavras, aquelas que não seguiam o que eram, convencionalmente, consideradas

certo e errado, moral e imoral, discreto e indiscreto relacionadas à discrição são também percebidas no campo da interpretação das línguas de sinais, como já mencionado, afetando as práticas discursivas e gerando olhares categóricos e avaliativos em que consideram os Tilsp que usam indumentárias diferentes das impostas, como inadequadas para o exercício da função.

Vale ressaltar que, para além de ser apenas um pedaço de pano que se coloca sobre o corpo, a roupa se constitui como uma marca de quem somos. Segundo Lurie (1997), as roupas têm uma linguagem própria que revela características daqueles que as usam, trazendo informações importantes acerca da personalidade, classe social, origem e humor da pessoa naquele momento. Braga (2005) coaduna com esse pensamento ao afirmar que ao escolhermos uma roupa:

não estamos apenas optando pelo conforto, pela praticidade ou pela segurança que ela possa vir a nos oferecer. A roupa nos define, diz aos outros quem somos, o que queremos, o que pensamos e até o que gostaríamos de ser [...], a roupa não é só uma espécie de auto-satisfação, mas também algo que expressa a forma como o mundo nos vê e a forma como vemos o mundo. (BRAGA, 2005, p.225)

Destarte, ao inibir que o Tilsp faça uso de qualquer tipo de adereço ou roupa que não esteja dentro dos padrões estabelecidos pelos documentos, invisibiliza-se esse sujeito, não permitindo que qualquer traço de sua personalidade se faça presente durante o ato tradutório⁵⁵. Todavia, como já nos alertou Louro (2017), quando somos alvo de investimentos disciplinar, nossos corpos são impelidos a reivindicar e resistir às formas de dominação às quais somos subjugados. Em razão disso, é que os alunos tentam, de alguma forma, marcar os seus *eus* por meio de algum adereço, numa tentativa de evidenciar sua singularidade.

Esses discursos têm se naturalizado, produzindo o efeito de sentido de que a roupa de cor preta, considerada neutra, discreta, sai do lugar de imposição e passa a integrar e a constituir o símbolo representacional da profissão. Pouco a pouco, o discurso de que o intérprete deve ser neutro em sua vestimenta e em seu lugar geográfico transforma-se lentamente em um discurso automático, não permitindo que o Tilsp pense em qual roupa

discretas, modestas, eram vistas, portanto, como mulheres sem pudor, sem dignidade, não honradas, indiscretas, imorais.

⁵⁵ Um cenário análogo é ao que acontece com a padronização dos alunos por meio de uniformes escolares, que também se mostra como uma forma de homogeneização, encobrindo suas diferenças e apagando, conseqüentemente, suas singularidades.

pode usar, se *pode* participar das aulas em que interpreta, ou qual espaço geográfico ele deve ocupar no ato da interpretação. Esse discurso tenciona justamente que ele não seja visto e, com o tempo, passa-se a acreditar que, de fato, ele é invisível. Ao entrar em contato com o discurso de que o Tilsp deve usar roupas neutras, sou envolvido na ilusão de que sou dono do meu dizer, que faço isso porque considero ser o melhor, não me apercebendo que esse discurso já existe e que sou apenas manipulado a acreditar e a disseminar esse discurso.

Percebemos que os sentidos possíveis no interpretar foram interditados ao longo da história, tornando-se inviáveis, naturalizando-se e se tornando pré-construídos⁵⁶, garantindo a reprodução e dominação, fazendo com que o Tilsp funcione sozinho, reproduzindo essas condições por conta própria, ao passar a compor um universo de evidências de sentidos que naturalizam certas significações para os corpos dos sujeitos e inscrevendo o seu dizer nas relações de subordinação ao *status quo*. Por fim, o Tilsp torna-se apenas um produto, um eco dos discursos já construídos e que surgiram numa dada formação ideológica, agindo como um instrumento (tanto da ideologia quanto do eu) da classe dominante, daqueles que pregam esse silenciamento do outro, do Tilsp.

Foucault (2014), em seu livro *Vigiar e Punir*, discorre acerca dos processos pelos quais o corpo, ao longo da história, foi/é submetido e levado às formas de disciplina. O autor define a disciplina como métodos que “permitem o controle minucioso das operações do corpo que realizam a sujeição constante de suas forças e lhe impõe uma relação de docilidade-utilidade” (FOUCAULT. 2014, p. 135), esquadrinhando ao máximo o espaço e os movimentos do corpo. Os processos disciplinares não surgem no nosso século, mas já habitavam os conventos, exército e oficinas há muito tempo e mais tarde se difundiram para escolas e espaços hospitalares, agindo de forma eficaz e minuciosa nas coisas aparentemente simples. Isso Foucault define como uma “anatomia política do detalhe” e “disciplina do minúsculo” (ibidem, p. 137). Esses pequenos dispositivos, aparentemente inocentes, mas dotados de um grande poder de coerção e controle abarca não apenas o corpo físico, mas também o “corpo social inteiro” vai aos poucos invadindo as formas maiores, modificando os mecanismos e impondo-lhe os seus processos (FOUCAULT, 2014).

⁵⁶ O pré-construído é uma categoria corrente na análise do discurso, o termo é utilizado para designar que o um discurso retoma discursos anteriores, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado (PÊCHEUX, 1995, p. 99).

O autor nos informa que, nos séculos XVII e XVIII, as disciplinas tornaram-se “fórmulas gerais de dominação”, pois elas surgem como uma forma de apropriação dos corpos, agindo de forma sutil e sem violência, mas com efeitos produtivos. Os mecanismos utilizados os levam a ser mais obedientes e inversamente mais úteis e Foucault assinala que “o corpo humano entra num maquinismo de poder que o explora, desarticula e recompõe [...], a disciplina fabrica assim corpos submetidos e exercitados, corpos dóceis” (ibidem, p.135).

A partir do século XVIII, os soldados passaram a ser “uma coisa que se fabrica”, os processos pelos quais são submetidos os levam a um processo de correção calculada que, na verdade, mostra-se uma forma de corrigir posturas, transformando os corpos em uma massa uniforme em seres dominados (FOUCAULT, 2014). Para o autor, esse processo ocorre de forma lenta e silenciosa, transformando-se com o tempo de forma automático e habitual:

[...] em suma, expulsou-se o camponês e deu-se-lhe o aspeto do soldado. Habitua-se o recruta a andar com a cabeça direita e levantada; a estar direito sem curvar as costas, a fazer encolher o ventre, a salientar o peito e arquear as costas; e, para que a isso se habitue, é-lhe dada essa posição apoiando-o contra uma parede, de maneira a que os calcanhares, as barrigas das pernas, os ombros e a cintura lhe toquem, bem como as costas das mãos, virando os braços para fora, sem os afastar do corpo (...) ser-lhe-á também ensinado a nunca fixar os olhos no chão, mas a olhar diretamente quem passar à sua frente (...) a ficar imóvel à espera do comandante, sem mexer a cabeça, as mãos ou os pés (...) e a marchar com passo firme, com os joelhos e as pernas esticados, com os pés virados para baixo e para fora (Ibidem, p. 01).

Observa-se o corpo como um produto do resultado de todo um processo de adestramento, subjugação e manipulação travestida de correção; afinal, um “corpo dócil é muito mais fácil de ser” (FOUCAULT, 2014). O discurso acerca do Tilsp (discrição, neutralidade) configura-se como uma forma de disciplina que, conseqüentemente, homogeneíza a forma que com ele deve se vestir e do lugar que ele deve ocupar. O poder disciplinar adentra, enquadra e controla o Tilsp por meio desses discursos que têm agido de forma significativa nas práticas discursivas.

O discurso da neutralidade mostra-se como uma tentativa de higienização linguística e, conseqüentemente, higiene do eu. No caso do Tilsp, a neutralidade linguística atravessa o corpo linguisticamente, isto é, sendo a Libras uma língua visual, que ocorre no e através do

corpo, ele deve ser limpo porque a língua é/deve ser limpa. Diferentemente dos intérpretes de línguas orais, os Tilsp traduzem também com seus corpos, literalmente. Enquanto um intérprete de língua oral pode realizar a tradução de uma cabine, sem a necessidade de evidenciar sua imagem, a interpretação de línguas de sinais obrigatoriamente faz uso do corpo, uma vez que é uma língua gestual.

Considero importante salientar que o discurso da neutralidade retoma o discurso do *higienismo* que se estruturou a partir do século XIX, oriundo da medicina e dos microbiologistas, tendo o corpo como seu ponto nodal. Seu discurso, que se ancora na luta contra o contágio e enfermidades, mais tarde se difundiu para outros campos, articulando questões ecológicas, urbanísticas, morais e políticas, consolidando-se como um discurso significativo no fim daquele século e servindo a diferentes projetos políticos (DUSSEL, 2005). Partindo desse cenário, o pensamento de assepsia linguística atrelado ao discurso de neutralidade, considera o Tilsp como uma sujeira que precisa ser limpa, uma interferência que deve ser evitada, mantendo-se fora dos muros do campo científico. E, para tanto, assim como na perspectiva positivista, o pesquisador tinha de lançar mão de recursos que evitassem a influência externa, os documentos que determinam o uso de roupas neutras e o não uso de adereços apresentam-se como instrumentos que servem para impedir qualquer influência do intérprete, pois o Tilsp, nessa perspectiva, é considerado um risco a eficiência tradutória.

Desse modo, a presença física do Tilsp põe em evidência que, naquele local, encontram-se pessoas diferentes no que tange à modalidade linguística, ou seja, que se inscrevem no mundo por meio do canal visual gestual. Sendo assim, a tentativa de invisibilizar o intérprete mostra-se também como uma forma de invisibilizar a diferença linguística existente em entre surdos e ouvintes. O discurso proveniente da comunidade surda de que o Tilsp deve ser neutro na sua vestimenta transforma-se num modo de encobrir as diferenças e homogeneizar os sujeitos, uma vez que a presença do Tilsp anuncia que, naquele espaço, encontram-se pessoas com surdez. Portanto, tornar o corpo do Tilsp discreto ou apagado é também um modo de tornar discreta ou invisibilizada a diferença linguística entre eles.

Importa esclarecer que este trabalho não busca defender o uso deliberado de qualquer tipo de roupa, desconsiderando as questões sociais e culturais que constituem determinados espaços. Entendendo que alguns contextos são marcados por formalidade e informalidade, compreendo que estes devem ser levados em consideração. Por exemplo, ir

à praia, aqui no Brasil, é considerado como contexto informal e, em razão disso, não seria apropriado frequentar esse local com roupas como terno e gravata, assim como não faz parte de nossa cultura participar de um congresso acadêmico, contexto formal, com roupas socialmente convencionadas como roupas de banho. Por conseguinte, por sermos sujeitos sociais, que partilham de determinados costumes socioculturais, entendo que é preciso levá-los em consideração na escolha de vestimentas ao interpretar. Além disso, os usos demasiados de acessórios no braço podem dificultar de alguma forma a sinalização do Tilsp, contudo o discurso extremista de que a qualidade do intérprete é pesado pelo uso de roupas consideradas não neutras e o uso de relógios, anéis e esmaltes ao interpretar, é fundado numa formação discursiva que prega neutralidade do Tilsp e o invisibiliza, o apaga. Assim, entendo que portar algum adereço como um relógio ou usar roupas de cores distintas, por exemplo, não interfere necessariamente na compreensão do enunciado traduzido.

Os discursos analisados aqui não têm a sua gênese no campo da tradução, nem datam de ontem, mas já circulam, atravessam e campeiam diversos espaços sociais há muito tempo. Segundo Foucault (2014, p. 3), esses discursos e processos não surgem como algo inédito em determinada esfera, mas são resultados de múltiplos processos menores e de diferentes lugares que “se convergem e desempenham o plano de um método geral”, com aplicações que diferem em intensidade, por vezes, de forma mais lenta e discreta, ou mais evidente e acelerada como no exército, escolas militares e, neste caso, dos Tilsp.

Para Foucault, a disciplina encontra-se situada no cerne das coisas aparentemente simples, agindo nos pormenores. Isso é perceptível no campo religioso em que qualquer pormenor é importante aos olhos de Deus, e é nesse investimento do pormenor que “vão alojar-se, sem dificuldade, todas as meticulosidades da educação cristã, da pedagogia escolar ou militar, de todas as formas de adestramento” (FOUCAULT, 2014, p.134). Discursos como esses constroem regimes de verdade, como o que o uso de roupas de cores não neutras interfere na compreensão da sinalização, ordenando, por sua vez, as práticas discursivas, como a publicação de documentos que ordenem o não uso desse tipo de indumentária ao interpretar.

Em contrapartida, penso que a tentativa de apagamento do Tilsp por meio do controle da indumentária produz, a depender do contexto, efeitos opostos ao esperado. Dada a generalização do ambiente da interpretação profissional, como se fosse sempre em ambientes com pessoas formalmente vestidas, pode-se fazer com que o Tilsp se destaque

em vez de se invisibilizar, atraindo os holofotes ao apresentar uma vestimenta que destoava do convencional para determinados espaços.

As verdades pregadas pelos interditos acerca do corpo do Tilsp têm se configurado, no transcorrer do tempo, como espelhos da transparência, utilizando os documentos mencionados nesta pesquisa como mecanismos de construção de discursos, normatizando, uniformizando, apagando e silenciando os corpos desses sujeitos, pois, como nos alertou Foucault (2014), o sucesso do poder disciplinar depende do uso de instrumentos simples, como as sanções normalizadoras. Sendo assim, acredito na possibilidade de desnaturalização dessas práticas, por meio dos indícios discursivos analisados nesta pesquisa, desestabilizando as evidências e estereótipos construídos e retomados ao longo da história.

Concluo, pois, que os documentos aqui discutidos são fundamentados em bases epistemológicas positivistas, que têm estruturado socialmente a realidade dos Tilsp. Os discursos pró-neutralidade presentes nos excertos analisados têm construído a figura do Tilsp como um sujeito objetificado, uma máquina humana produtora de sinais. Essa concepção, conseqüentemente, tem silenciado esse profissional, recorrendo até mesmo a formas de apagamento do corpo desse sujeito.

Chego ao final desta seção acreditando ter alcançado meu primeiro objetivo específico, que em identificar as representações que são construídas nos e através de documentos institucionais acerca do tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa. Desse modo, alcanço parcialmente meu objetivo geral que é identificar que efeitos de sentidos são produzidos nos e pelos discursos da neutralidade no campo da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa

5 O TILSP E O(S) OUTRO(S)

Mirando meu segundo objetivo específico, que é estabelecer um diálogo entre os temas levantados no processo de análise dos discursos dos documentos institucionais em relação à interpretação e à realidade do trabalho do Tilsp, parto para a análise das entrevistas narrativas realizadas. Nesta seção, faço um diálogo entre os discursos já discutidos na seção anterior com as histórias de vida narradas pelos participantes desta pesquisa. Destaco que, embora entenda que as análises de fontes legais sejam importantes instrumentos de compreensão, penso que se faz necessário também dialogar com esse sujeito, de modo a alcançar uma interpretação mais ampla e que contemple a vida dos Tilsp. Saliento ainda que analiso também as narrativas de duas alunas surdas, pois compreendo que os discursos que constituem o Tilsp estão relacionados de alguma forma com as pessoas com surdez. Ademais, trago a minha narrativa nesse encontro de vozes, uma vez que, por também habitar o lugar de Tilsp, compartilho das experiências narradas pelos participantes da pesquisa, possibilitando, assim, por meio dessa relação dialógica e dos excedentes de visão, ter acesso a um panorama mais amplo acerca contexto investigado.

Na seção anterior, identifiquei os seguintes temas no processo de análise dos documentos institucionais: o apagamento e o silenciamento dos Tilsp. Nesta seção, articulo tais temas com a vida dos Tilsp, estabelecendo um diálogo entre os discursos e o trabalho desses profissionais. À vista desse intento, organizei esta seção da seguinte forma: na primeira subseção, discuto os impactos do apagamento do corpo do Tilsp nos contextos de atuação desse profissional e como os discursos da neutralidade têm levado ao silenciamento do Tilsp. Na segunda subseção, analiso como os discursos da neutralidade têm levado ao silenciamento do Tilsp, enquanto na terceira subseção sigo por uma perspectiva que enxerga o papel/lugar do Tilsp como um educador nos contextos de sala de aula, entendendo esse redirecionamento de olhar como uma possibilidade de transformação das práticas discursivas que tentam silenciá-lo. Por fim, na quarta e última subseção, discuto como o discurso da neutralidade na área da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa tem contribuído para a manutenção das relações de dominação.

5.1 Senta lá, intérprete

Um dos temas levantados na seção antecedente foi o apagamento do corpo do Tilsp. Os discursos de apagamento têm agido na vida desses profissionais produzindo efeitos preocupantes em seus espaços de trabalho, como o deslocamento geográfico dos Tilsp para os lugares da não evidência. Essa identificação foi constatada nas histórias de vida narradas pelas participantes desta pesquisa. Como mencionado na seção metodológica, convidei para este diálogo duas Tilsp e duas alunas surdas⁵⁷. Esse encontro de vozes foi essencial para a conhecer a realidade dos Tilsp e os efeitos de sentido produzidos pelos e nos discursos da neutralidade que atravessam e constituem o campo da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa e, sobretudo, o Tilsp. Dessa maneira, inicio analisando uma fala de uma das alunas surdas entrevistadas, que considero relevante para esta discussão. Quando questionada sobre onde senta/sentava na sala de aula, ou seja, qual local geográfico ocupa/ocupava, Joana respondeu:

Eu sempre sentava no canto próximo a porta e o intérprete ficava em frente a mim. Às vezes, eu sentava no outro lado da sala, encostada na parede e o intérprete ficava em frente mim também [...] eu ficava incomodada porque eu tinha vontade de sentar no centro da sala, mas não podia, porque para ver o intérprete, eu tinha que sentar na frente e no canto (Joana)

sempre sento próximo a parede da sala (Lúcia)

De acordo com Joana, durante sua vida enquanto aluna, o lugar no qual ela sentava não era escolhido por ela, pois não lhe era possibilitado a liberdade de escolha do local e/ou que se sentisse mais confortável para ocupar, como observado em: ***eu tinha vontade de sentar no centro da sala, mas não podia***. Dessa forma, percebe-se, nas falas de Joana e Lúcia, um movimento de deslocamento das alunas surdas para as regiões periféricas da sala. Atento que essa estrutura geográfica não é uma situação atípica, Joana lembra que: ***eu sempre sentava no canto***. Compreende-se, desse modo, que o sentar na margem não era um cenário restrito a uma sala de aula específica, mas abrange aos demais espaços em que ela habita enquanto aluna.

O posicionamento e deslocamento dos sujeitos nos mais diversos extratos sociais são importantes indicadores das relações que são estabelecidas entre eles. Signorini (2006,

⁵⁷ Reitero minha ressalva e justificativa anterior de que as narrativas dos docentes não foram consideradas para esta pesquisa.

p. 185) observa que, na sala de aula, as ações verbais não são dissociadas das “disposições arquitetônicas, mobiliário, material didático” entre outros. De acordo com a autora, as estruturas construídas nos contextos educacionais têm intencionalidades, orientam e predispoem os atores sociais que neles se inscrevem. Assim, a realidade narrada por Joana revela o modo como as relações entre alunos surdos e ouvintes têm sido regidas nos espaços de ensino.

Cabe destacar que embora o argumento para o *sentar no canto* seja ornado por uma intencionalidade aparentemente justificável, como o de uma melhor visualização do Tilsp, ele mostra-se, na verdade, insustentável, uma vez que *a porta* da sala de aula é o principal trânsito no entrar e sair de alunos e professores. O que implica dizer que sentar próximo à porta em vez contribuir, produz impedimentos na visualização dos Tilsp.

A razão pela qual os relatos de Joana e Lúcia chamam atenção para esta discussão justifica-se por ele estabelecer um elo com as discussões construídas na seção anterior quanto ao apagamento do corpo do Tilsp, pois o deslocamento das alunas dialoga com os deslocamentos acerca dos corpos dos Tilsp. As falas das intérpretes entrevistadas apontam para o apagamento dessas profissionais nas salas de aula. Marta e Alice relatam:

Eu interpreto no canto, próximo a porta da sala. (Marta)

já aconteceu do professor chegar e dizer: “você está me incomodando próximo a mim, você pode ficar lá sentadinha”, porque eu não sei sinalizar sentada [...] Já teve professor de dizer: “você pode se retirar? você está muito próxima a mim, tá me atrapalhando”. (Alice)

Percebo, nos relatos de Marta e Alice, uma construção de uma naturalização do lugar do Tilsp marcado também no canto da sala próximo ao aluno surdo. Esse padrão de *normalidade* é percebido quando Alice tenta rompê-lo por se levantar e interpretar em pé e próximo ao docente. A ação transgressiva da Tilsp em ir para além do permitido, transcender a fronteira, foi encarada pelo professor como um incômodo, a ponto de ele *pedir* para ela se *retirar* e voltar a ficar *sentadinha*. Ao utilizar o verbo deontológico *você pode ficar lá*, ou seja, no canto, o docente aponta para uma posição abaixo, inferior, que a Tilsp deve limitar-se. Além disso, o advérbio de lugar *lá* evidencia o distanciamento que ele deseja que a intérprete deve ter do lugar soberano ocupado por ele. Acrescento, ainda, que a forma diminutiva do verbo sentar no particípio reforça o sentido depreciativo com que ele se refere à intérprete.

Entendo a resistência e não aceitação por parte do professor como um reflexo das relações de dominação construídas pelo projeto de uma colonialidade do poder⁵⁸ (QUIJANO, 2000), que também tem operado nos espaços educacionais e atingindo as relações entre docentes e Tilsp. A atitude responsiva do professor, no entanto, não surpreende, pois já é alertado por Rajagopalan (2003, p. 111), que as investidas em transgredir com os dogmas provocam o descontentamento daqueles que estão satisfeitos “com o *status quo* e interpretam qualquer forma de questionamento das regras do jogo estabelecidas como uma grave ameaça a si e à sua situação confortável e privilegiada”. Destarte, percebo a efetivação de um projeto de subalternização e apagamento dos corpos dos Tilsp não apenas por meio das roupas, mas também por meio do enquadramento desses profissionais nas margens da sala de aula.

Minha compreensão acerca do cenário em análise é de que ele é construído e reproduzido por alguns fatores, sendo o primeiro deles o fato de que o trabalho do Tilsp está intimamente atrelado a uma comunidade surda, um grupo que, historicamente, tem sido marginalizado, silenciado e apagado por uma hegemonia ouvinte. Numa sociedade que tem estratificado o perfil colonialista do homem branco, heterossexual, de classe média e não patológico, as pessoas com surdez têm sido marginalizadas por apresentar características que não comungam com o padrão social para normal e/ou saudável. Em vista disso, aqueles que lidam com um grupo socialmente subalternizado, acabam por serem também marginalizados. Assim, os Tilsp, por atuarem diretamente com as pessoas surdas, sujeitos que têm sido movidos para lugares periféricos, são também deslocados para os lugares da não evidência.

Penso ainda que o cenário supracitado é alimentado também pela visão sócio-histórico-ideológica de desvalorização social que tem pairado sobre o lugar ocupado por intérpretes de línguas orais e de sinais. Nesse sentido, vale colocar em relevo que muitas vezes foram os escravos, índios e negros (SILVA-REIS, 2018), classes que foram marginalizadas, oprimidas e silenciadas, que habitaram o papel/lugar de intérpretes, sobretudo na época da colonização. Ao longo da história, esse lugar e os sujeitos que nele se inscreveram foram alvo de forças que os moviam para a margem, para a não evidência. Tanto é que o habitat desses sujeitos é historicamente marcado: do negro e do escravo é a

⁵⁸ Colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano para designar o “princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 123; BALESTRINI, 2013), sendo raça, gênero e trabalho as três principais linhas de classificação que constituem o mundo moderno/colonial (QUIJANO, 2000).

senzala, ou galpões escuros e sujos; do servo, a cozinha; do índio, as casas de preamento, lugares sempre distantes, longe da casa grande. Quanto mais distante do campo de visão central, melhor, pois não lhe é permitido atrair os holofotes, pois na sala ele é apenas um objeto *mudo*.

Outrossim, compreendo que os discursos da neutralidade têm reforçado e sustentado as práticas discursivas de marginalização do intérprete. Ao postular a tradução como blindada às questões consideradas externas e reduzi-la a “nada mais nada menos que um transporte de conteúdos (significado) entre formas (significantes)” (RAJAGOPALAN, 2000, p. 124), os ideais positivistas têm construído o intérprete como uma não pessoa e promovido os regimes de verdade que os tem levado para os lugares da não evidência e mantendo-os dentro das fronteiras de dominação.

Correspondente a isso, Marta relembra uma situação vivenciada por ela em que alunos ouvintes da sala de aula na qual atuava procurou a coordenação reclamando que:

a intérprete polui a imagem, a gente não sabe se olha pra intérprete ou pra o professor, porque a intérprete senta e levanta, senta e levanta. (Marta)

A fala dos alunos de que Marta ***polui a imagem*** evidencia a concepção de sujeira que estes têm acerca dos Tilsp, uma vez que o ato de sentar e levantar é intrínseco à dinâmica de interpretação para Libras em salas de aula. A reclamação dos discentes ouvintes mostra-se como uma forma de higienização. Ressalto que, por muito tempo, a configuração de sala de aula imperava na figura do professor como transmissor ou detentor do conhecimento e o aluno como receptor passivo dos conteúdos lecionados pelo docente, ambos ouvintes. Esse modelo tradicional exclui todos aqueles que não se enquadram no perfil do considerado saudável e qualquer alteração desse quadro é evitada ao máximo, pois implicaria um risco à estrutura homogeneizante ouvintista fortemente sedimentada.

O cenário acima mencionado, penso eu, dialoga com o que Freud (2006) discute acerca das relações entre os homens na civilização moderna. O autor discorre sobre certos fatores que atravessam e orientam as relações entre os sujeitos na dita civilização. Ao tratar sobre a busca pela felicidade, o psicanalista assinala que a ordem e a limpeza são fatores fundamentais para o alcance da tão almejada felicidade. Segundo o autor, “a sujeira de qualquer espécie nos parece incompatível com a civilização” (2006, p. 99). Desse pensamento, resulta a exigência de um corpo limpo, sem odores, sem sujeira. Contudo, vale salientar que a definição do que é considerado limpo e ordeiro é ideologicamente orientado.

Em razão disso, tudo aquilo que foge da ordem de limpeza da civilização, é logo rechaçado e excluído.

Percebo que a inserção de pessoas com deficiência nos espaços educacionais tem sido considerada como uma poluição e desordem. Partindo da compreensão de que muitas vezes o Tilsp é considerado uma extensão dos alunos surdos, ele também tem sido alvo de forças que tentam higienizar/ apagar, sua presença por meio de reações por parte dos considerados limpos, como o relatado por Marta. Dessa forma, surdos e Tilsp são movidos para fora do campo visão, mantendo a configuração de limpeza criada pela hegemonia dominante.

A situação narrada pelas participantes da pesquisa não é uma exceção, mas uma constante nas salas de aula em que há surdos e Tilsp. Sob a alegação de melhor visualização do Tilsp, ou de evitar que os alunos ouvintes transitem em frente ao Tilsp, interferindo no acesso do surdo aos discursos traduzidos, tanto o surdo quanto o intérprete são movidos para o escanteio da sala. Na internet, por exemplo, pode-se encontrar diversas imagens que retratam esse cenário, como na imagem a seguir:

Figura 2 - Tilsp na sala de aula



Fonte: <http://www.cuiaba.mt.gov.br/orgaos/funec/cuiaba-vest-oferece-aulas-com-interprete-de-libras-para-deficientes-auditivos/4997>

Saliento ainda que o enquadramento e aprisionamento dos Tilsp não têm sua existência apenas nos contextos educacionais de ensino, mas ramificam-se para outros campos de atuação desse profissional. Em outros contextos de interpretação, como em eventos, palestras em auditórios, apresentações culturais e interpretação na televisão, o lugar do Tilsp é sempre movido para o canto, como percebido nas imagens a seguir:

Figura 3 - Tilsp interpretando em evento



Fonte: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pesso_com_deficiencia/noticias/?p=273714

Figura 4 - Interpretação em eventos culturais



Fonte: <https://culturadoria.com.br/espeticulos-de-teatro-inclusivos/>

Figura 5 - Janela com Tilsp

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=9IWkS6BLs6>

Até mesmo em eventos culturais como teatro e musicais, situações em que se pressupõe que o Tilsp esteja num local de mais evidência, criando relação com o cenário (FERREIRA, SILVA NETO, 2020), os intérpretes são novamente movidos para as extremidades. Os contextos midiáticos também têm (re)produzido esse tipo de enquadramento por compactar a imagem do intérprete em uma pequena janela no canto inferior da tela.

Ainda nessa esteira, recordo-me de quando fui contratado para interpretar em um evento de grande porte realizado em um auditório. Ao subir no palco, procurei um lugar de melhor visualização, entretanto, um dos organizadores do evento ordenou que eu ficasse na parte de baixo do palco. Embora tentasse argumentar que isso prejudicaria a visualização por parte dos surdos e ele me disse que eu não poderia ficar na parte de cima do palco, pois chamaria atenção. Essa situação evidencia novamente os interditos que têm norteado o campo da tradução e como eles têm afetado o corpo dos Tilsp. A sensação que tenho, enquanto Tilsp, é de ser obrigado a fazer um esforço constante para fazer morrer a minha existência.

No ano de 2019, o site sbtinterior.com⁵⁹ divulgou que o cantor Luciano, da dupla Zezé di Camargo e Luciano, foi acusado pela Tilsp que interpretava o show da dupla de tê-la expulsado do palco no qual interpretava o show da dupla, em razão de estar “roubando muita atenção”. A presença do Tilsp é vista por muitos pelos docentes, produtores, entre outros, com competitividade. São espaços criados com a prerrogativa de uma única

⁵⁹ Disponível em: <https://oimparcial.com.br/noticias/2019/06/interprete-de-libras-e-expulsa-do-palco-de-zeze-di-camargo-e-luciano-em-imperatriz/>. Acesso em: 22 de dezembro de 2019.

evidência, e esta não pode ser compartilhada com o Tilsp. Historicamente, não foi permitido que o Tilsp ocupe tal lugar. Embora os instrumentos legais passem a obrigar a interpretação para a Libras, os espaços já estabelecidos demonstram resistência a transformação dessa configuração.

As Tilsp entrevistadas também relataram situações em que foram movidas para os lugares da não evidência. Elas contam que:

Certa vez, fui contratada para interpretar em um evento de *stand up*, daí quando foi na hora do show, os artistas disseram: “não, ela não pode ficar no palco. Se a intérprete ficar no palco vai ter que colocar uma luz pra ela. Então, atenção que seria pra mim, vai ser pra ela”. Daí me colocaram embaixo, no meio do corredor, entre as cadeiras do teatro. (Marta)

A narrativa de Marta aponta para a ideia de concorrência como pilastra de sustentação dos deslocamentos dos Tilsp. As falas dos artistas de que *atenção que seria pra mim vai ser pra ela [Tilsp]* indicam o sentimento de destronamento que é criado na mente daqueles que não aceitam a possibilidade de partilha do espaço. A divisão do palco com alguém considerado socialmente inferior não é aceitável para aqueles que se colocam e são colocados numa posição mais valorada. Como observa Teixeira et al (2015, p. 166), “os espaços são definidos e delimitados por e a partir de relações de poder”. Dessa maneira, os Tilsp são inseridos numa relação de poder que demarca os lugares ocupados por eles como socialmente inferiores, construindo, assim, uma rede hierárquica como, por exemplo, *no corredor, entre as cadeiras do teatro*.

Marta relembra de outras situações passadas por ela quando atuava num curso de graduação de uma faculdade particular:

os alunos ouvintes foram reclamar para a coordenadora que eu estava com cara de cansada

[...]

os alunos foram procurar a coordenação reclamando porque eu estava de maquiagem, porque eu estava de sapato alto, estava de rasteirinha. A minha presença estava incomodando. A coordenadora veio reclamar comigo porque eu estava arrumada. Ela [a coordenadora] pediu pra ter descrição na roupa, no uso de acessórios, na maquiagem. A coordenadora disse que a sinalização estava ficando esquecida e o que tava aparecendo mais era a intérprete.

Percebe-se a retomada dos discursos de discrição e neutralidade do Tilsp por meio de seu corpo, questionando e controlando os comportamentos e modo se vestir da

intérprete. Segundo a coordenadora da instituição em que Marta trabalhava, *a sinalização estava ficando esquecida e o que tava aparecendo mais era a intérprete*. Ou seja, a Tilsp deve se invisibilizar para dar evidência a Libras. A intérprete não pode aparecer, não pode existir. A fala da coordenadora e dos alunos surdos retomam a perspectiva de uma pureza linguística que é percebida ao considerarem qualquer evidência de singularidade da Tilsp como uma interferência e prejuízo ao funcionamento da língua. O discurso da neutralidade é mais uma vez revisitado tentando invisibilizar a Tilsp por meio de seu corpo.

Apoio-me em Mignolo (2005) na compreensão de que a marginalização do Tilsp é histórica e está relacionada à manutenção de uma colonialidade do poder, em que, a partir dela, são construídas as relações de subalternização. Como discutido na seção anterior, o corpo dos Tilsp tem sido apagado por meio dos discursos pró-neutralidade e seus efeitos têm direcionado às relações e aos lugares ocupados por esses profissionais. Percebo que a blindagem estabelecida e ancorada pela corrente positivista e associada ao projeto de colonialidade tem subalternizado os Tilsp e os movidos para as margens dos centros de evidência, alocando-os nos cantos das salas de aula, dos auditórios e da TV. Os discursos da neutralidade têm naturalizado “a experiência dos indivíduos neste padrão de poder”, fazendo-os entender como “naturais, conseqüentemente como dadas, não suscetíveis de ser questionadas” (QUIJANO, 2009, p. 74), reproduzindo, assim, as formas de dominação e mantendo o padrão colonialista que tem valorado o homem branco com suas capacidades bio-físico-psíquicas preservadas e marginalizando, por conseguinte, aqueles que destoam desse perfil que, nesse caso, são os surdos e os que trabalham com eles, os Tilsp.

Saliento ainda que não desconsidero a importância de que o Tilsp se posicione em lugares com adequada visualização, já que a Libras é uma língua gestual. No entanto, minha defesa é de um movimento de desnaturalização do pensamento (MIGNOLO, 2006) do discurso de que o Tilsp deve estar sempre nas margens em razão de um melhor local de visualização, pois, muitas vezes, o que ocorre é um movimento contrário. Surdos e Tilsp são jogados para lugares que demandam do surdo um esforço dispendioso em acompanhar tanto a sinalização quanto os demais cenários que geralmente são expostos no centro da sala ou do auditório. Minha compreensão é de que tais práticas discursivas são fundadas e ancoradas em relações de poder que têm se naturalizado e inferiorizado surdos e intérpretes.

A tentativa de alteração das pilastras positivistas certamente incomoda aqueles que estão satisfeitos “com o *status quo* e interpretam qualquer forma de questionamento das regras do jogo estabelecidas como uma grave ameaça a si e à sua situação confortável e

privilegiada” (RAJAGOPALAN, 2003, p. 111). Sublinho que outros efeitos dos discursos pró-neutralidade foram identificados nesta pesquisa. Estes dizem respeito à proibição ao Tilsp de expor qualquer comentário de cunho pessoal durante a aula, e é sobre esse tema que a próxima subseção se debruçará.

5.2 Não é permitido falar

O afivelamento das máscaras da neutralidade tem produzido efeitos significativos no campo da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa não apenas por empurrar os Tilsp para os lugares da não evidência, como discutido na subseção anterior, mas também por tentar impedir que participem das aulas por meio de opiniões e comentários. Esta foi outra realidade identificada nas narrativas quanto aos efeitos produzidos pelos discursos da neutralidade.

Esse tipo de mordança, isto é, de proibição de comentários por parte dos Tilsp é tão comum que chega a causar espanto quando algum Tilsp age contra essa normatização. Joana, uma das alunas surdas, apontou esse estranhamento ao narrar sua experiência enquanto aluna surda na educação básica. Segundo ela, uma das diferenças entre a educação básica e superior foi a participação dos Tilsp durante as aulas:

Uma diferença é que aqui na faculdade os intérpretes opinam, participam, porque no ensino básico eles não participava, só quem falava era o professor, o intérprete ficava calado (Joana).

Ao observar que *no ensino básico eles não participava, só quem falava era o professor, o intérprete ficava calado*, Joana aponta um movimento de silenciamento, emudecimento dos Tilsp nos contextos de sala de aula. Destaco que, de acordo com Joana, esse é um cenário comum na educação básica, que pode ser constatado quando a aluna afirma *que uma diferença é que aqui na faculdade os intérpretes opinam, participam*. Compreendo que esse tipo de relação como constituído pelos discursos da neutralidade que afirmam e prefiguram o Tilsp como neutro, imparcial e, portanto, não participante, é latente.

Correspondente a esse pensamento, ressalto que a neutralidade não é inocente, mas tem por intencionalidade o silenciamento desses sujeitos. Observo que os discursos da neutralidade construíram o estereótipo do intérprete como alguém neutro, imparcial e,

portanto, quieto, sem voz e não participante. Considero ser pertinente pôr em relevo esse processo de estereotipação do tradutor, em razão dos efeitos de sentidos produzidos por ele. A palavra estereótipo vem do grego *stereo*, que significa sólido. Baseado nessa compreensão, percebo que a construção dos estereótipos acerca dos Tilsp, ancorados numa perspectiva de neutralidade, tem engendrado uma solidificação, petrificação, da imagem desse profissional como um objeto sem voz e coisificado. Dessa forma, qualquer indício de mudança desse cenário desestabiliza os estereótipos construídos e o diferente desse padrão é encarado como um erro, uma vez que foi fabricado e difundido o modelo de um Tilsp mudo e imóvel.

Tanto a Lei 12.319/10 quanto os códigos de ética da Febrapils e da Apilsp, ao exigir do Tilsp a utópica equivalência, neutralidade e imparcialidade, produzem efeitos de sentidos como o do impedimento do Tilsp de externar qualquer tipo de posicionamento. Ressalto que por tais discursos, por serem advindos de documentos legais, fazem com que sejam tomados como verdades e imposição. Dessa maneira, esses instrumentos acabam por envolver tanto os Tilsp quanto os outros que integram o processo de interlocução, ou seja, docentes e alunos surdos e/ou ouvintes e o os próprios Tilsp. Essa assertiva pode ser observada nas falas de Alice e Marta, as Tilsp entrevistadas, quando relembram situações de silenciamento por parte de alunos ouvintes. Alice lembra de quando sua parceira de interpretação⁶⁰ ousou quebrar as correntes e fez um comentário durante a aula, gerando incômodo aos alunos ouvintes. Esse mesmo incômodo foi relatado por também por Marta. Elas recordam:

já aconteceu de alguns alunos surdos, chegar e dizer: ‘olha Alice, depois tu conversa com determinada pessoa [a outra Tilsp que atuava com Alice], porque teve uma quebra’, ai eu disse: ‘mas eu tô chegando agora’ Foram alunos ouvintes que falou porque essa pessoa [a Tilsp] teve uma postura, se posicionou mesmo. Aí eu fiquei muito constrangida, ai depois eu procurei, falei com a pessoa e disse ‘diminui um pouquinho porque os alunos [expressão de incômodo]’ (Alice).

os alunos ouvintes reclamavam porque os professores conversavam comigo. (Marta)

Diferentemente do relato analisado na subseção anterior, em que partiu do professor os movimentos de controle e apagamento, dessa vez adveio dos alunos ouvintes as tentativas de subjugação. Os discursos da neutralidade, da não participação têm se

⁶⁰ Na Ufal, os Tilsp trabalham em duplas, ou frentes de trabalho, em atividades que demandem mais de uma hora de duração.

naturalizado, tornando-se senso comum, a ponto de os alunos ouvintes enxergarem a ruptura da Tilsp como uma conduta inadequada. Acrescenta-se, ainda, a esse fato, a materialização dessa visão em forma de repreensão, ao pedir que Alice *conversasse* com a colega intérprete. O uso do verbo conversar traveste a intencionalidade de imposição e disciplina; conversar para proibir, para repreender a Tilsp por sua subversão.

Nesse sentido, Rodrigues (1986, p. 45) afirma que os discursos ditam as normas a serem seguidas e o “indivíduo é forçado a sujeita-se às custas de castigos e recompensas, de modo que esses comportamentos se tornem tão naturais quanto o desenvolvimento dos seres vivos ou o pôr-do-sol”. As formas de controle e de impedimento de participação do intérprete visam a tornar esse comportamento o padrão de normalidade. Com vistas a naturalizar esse perfil, recorre-se ao que o autor chamou de sistema de “castigos de recompensas”. Em outras palavras, caso o intérprete decida transgredir o sistema de controle, fugir do encarceramento, ele é logo repreendido e punido por seu ato.

Durante muito tempo, eu também evitava expor qualquer comentário durante as aulas, pois considerava que devia ser neutro em toda minha atuação, desde o ato tradutório até minha presença na sala de aula. Esse entendimento é visto também na atitude de Alice quando diz que conversou com sua colega Tilsp e, num ato de concordância ou até de subserviência, pediu para a colega *diminuir um pouquinho*. Ademais, quando questionada sobre qual a visão que ela tinha acerca dessa situação, a intérprete respondeu:

cada um tem um papel, e eu me vejo que o meu papel naquele momento não estar ali discutindo, meu papel ali é sinalizar (Alice).

A Tilsp tem sido envolvida e amordaçada pelos discursos de que não lhes é permitido externar comentários durante as aulas a ponto de os fazerem pensar que, de fato, se devem furtar de falar. Ela é convencida de que o seu papel/lugar se restringe a sinalizar. Isso é, de certa forma, compreensível, pois a não observância desse cenário tem sido rechaçada. Digo isso, pois recorro-me de um evento bastante constrangedor, além de humilhante, quando estava interpretando numa disciplina em um determinado curso da Ufal. Ao tentar fazer um comentário em sala, o professor da disciplina fez um gesto em Libras, diante de toda os alunos, que me ordenava calar a boca.

Entendo a atitude da Tilsp entrevistada como resultado dos discursos que a atravessam e tentam, a todo custo, apoiados numa neutralidade imaginária, apagar esse sujeito das mais variadas formas possíveis. Os documentos institucionais têm contribuído

para a (re)produção e manutenção desse quadro. O Art. 14 do código de ética da Febrapils é um exemplo desse movimento, quando determina que é vedado ao Tilsp e ao GI⁶¹:

dar conselhos ou opiniões pessoais, exceto quando requerido e com anuência do Solicitante ou Beneficiário.

De acordo com o documento, comentários ou opiniões por parte dos intérpretes são condicionados a permissão ou solicitação de um outro que é colocado numa posição de autoridade sobre o Tilsp. Assim, não é de admirar que os intérpretes reproduzam essas práticas discursivas, já que eles são condicionados a pensar e agir dessa forma. Não posso deixar de atentar para a construção de relações hierarquizadas produzidas por meio desse discurso. Ao determinar que o Tilsp só possa expressar opiniões apenas com a anuência de um outro, são também estruturadas as relações de hierarquização que, muitas vezes, na sala de aula, corresponde à subordinação do Tilsp ao professor (TUXI, 2009). Isso pode ser observado na fala de Alice quando diz que:

O professor tem esse comando, o intérprete não tem, ele não tem autoridade de conduzir a aula.

[...]

A gente é subordinado aos nortes do professor.

As relações entre docentes e Tilsp estão sendo estabelecidas numa conjuntura que recupera a imagem do professor como o sujeito maior na sala de aula e os demais como sujeitos a ele. Nesse sentido, revisito a concepção de Rajagopalan (2000) ao afirmar que a relação entre autor e tradutor se assemelha, respectivamente, ao do colonizador e colonizado:

A figura do autor original que ronda toda tradução e, no imaginário convencional, dita as regras de tradução, estabelece o limite, a margem de manobra, para o futuro tradutor. Este se sujeita às regras do jogo da mesma forma que o colonizado se vê na incumbência de agir dentro dos limites estabelecidos pelos detentores do poder que nem sempre estão sequer presentes fisicamente entre eles, porém vigiam e punem com rigor qualquer transgressão. A figura do colonizador, distante, porém, sempre presente na vida dos súditos sob domínio colonial, vigiando e controlando cada passo e cada acontecimento, assemelha-se o papel do autor da obra traduzida (pág. 126)

⁶¹ Guia-intérprete. Estes são profissionais que interpretam para pessoas que além de surdas possuem baixa visão ou cegueira e se comunicam por meio da Libras.

O docente, ancorado numa concepção tradicional de tradução, é colocado como o autor/colonizador dos discursos produzidos em sala de aula, e o Tilsp como o tradutor/colonizado obediente e subserviente aos regimes de dominação construídos. Assim, a concepção do professor como único detentor do conhecimento e, portanto, do poder, associado à figura também de autor dos discursos, formam a base que sustenta e orienta as relações hierárquicas entre os Tilsp nos contextos de sala de aula.

Não raro ouço dos professores das disciplinas nas quais interpreto falas como: *os meus intérpretes...*, como se fôssemos um objeto de posse de algum docente. Como mencionei na introdução desta dissertação, presenciei situações em que certos professores exigiam que o Tilsp solicitasse ao docente a permissão para ir ao banheiro. Outra vez, ouvi de uma professora a seguinte fala quando uma colega Tilsp informou que não estava muito bem de saúde e iria interpretar sentada na cadeira ao lado: *vou permitir que você (Tilsp) interprete sentada, embora saiba que a Libras precisa do corpo inteiro*. Primeiro, a docente se coloca ou pensa que os discursos a colocam nesse lugar de hierarquia, de controle, em que lhe cabe conceder ou não permissão aos Tilsp como até mesmo se esse pode sentar ou não. Saliento que a interpretação para a Libras não exige que o Tilsp esteja em pé, uma vez que a Libras utiliza o tronco, as mãos e a cabeça, e não faz, necessariamente, o uso das pernas.

Minha compreensão acerca do discutido até o momento é de que é inegável a participação discursiva dos Tilsp nos enunciados traduzidos e que a enganosa compreensão da existência da neutralidade tem levado a práticas de subjugação dos Tilsp e gerado práticas discursivas de desigualdade e silenciamento nas diversas esferas de atuação desse sujeito, principalmente no contexto educacional. Penso também que a incipiência de pesquisas e estudos acerca do papel/lugar do Tilsp têm contribuído para a produção e disseminação de discursos autoritários, fundadas em perspectivas opressoras que determinam quem está autorizado a falar. Sublinho que os investimentos para calar o Tilsp diz respeito tanto às instâncias do ato de emissão de sons quanto das tentativas impossíveis de abstrair a presença Tilsp nos enunciados traduzidos. Esse movimento tem determinado quem está autorizado a falar, e nesse contexto é negado ao Tilsp esse direito. Tais práticas discursivas têm construído as relações dos Tilsp em seus contextos de trabalho de forma negativa. Entendendo que falar é existir, que é ser um humano, compreendo que os dizeres da neutralidade são discursos não humanizados que tentam a todo custo calar os intérpretes

e são esforços em retirar a humanidade desses profissionais, tratando-os como objetos não cognoscentes.

Lembro-me que certa vez, enquanto estava num espaço de refeição da universidade juntamente com uma colega docente, uma gestora de uma das pró-reitorias aproximou-se de nós e começou a fazer algumas perguntas à colega docente acerca do trabalho dos Tilsp. Embora as docentes soubessem que eu sou um Tilsp e ex-coordenador do Setor Tradução e Interpretação de Libras e língua portuguesa (Setilsp) da Ufal, todas as perguntas eram feitas à docente, que não conhecia as respostas a certas perguntas e que somente um Tilsp, muito provavelmente poderia fornecer mais informações quanto à atuação e à logística de trabalho de seu cargo. No entanto, mesmo eu estando ali ao lado delas, era como se eu não existisse. Em nenhum momento foi me questionado acerca das questões que me dizem respeito, sobre o trabalho que exerço na mesma universidade. Recordo-me que a conversa entre as duas docentes chegou ao fim com o encaminhamento da docente a gestora de que entrasse em contato com coordenação dos Tilsp para obter as respostas das dúvidas aventadas. Minha presença foi anulada.

Diante das questões discutidas até o momento, penso ser necessário transgredir com padrões impostos e romper com as estruturas que têm negado a existência do Tilsp. Reafirmo que essa participação já existe, o que não há é o reconhecimento dela. A participação discursiva do Tilsp já ocorre independentemente da concordância ou não dos docentes, discentes, das instituições escolares ou do próprio Tilsp, pois é um fenômeno intrínseco ao funcionamento da língua. Negar a existência do tradutor é também negar a existência da própria tradução. Uma vez que a força vital da tradução está na língua que, por sua vez, situa-se na relação entre o eu e o outro. Essas forças opressoras de silenciamento e apagamento têm causado danos aos Tilsp, como conta Marta:

Comecei a ter um desgaste mental e eu só consegui sentir isso quando eu me deparei precisando tomar remédio para dores no corpo decorrentes de estresse.

A fala de Marta evidencia o adoecimento que as práticas discursivas de controle, silenciamento e apagamento têm causado nos Tilsp. Não é à toa que muitos Tilsp têm migrado para outras profissões em busca de melhores condições de trabalho. Acerca do narrado por Marta, resalto as palavras de Miller (2013, p. 113), quando afirma que “há os que sofrem em sala de aula e fora dela, por perceberem que a qualidade de vida em sala de aula não é satisfatória”. Nesse sentido, baseado na narrativa das Tilsp e em minha

experiência enquanto Tilsp, percebo os sofrimentos passados pelos Tilsp em razão das formas de dominação que são operados nos lugares ocupados por eles. Diante disso, coaduno do pensamento de Miller (2013, p. 113), ao afirmar que se faz “imprescindível investir mais na pesquisa na área de educação [...] uma vez que esse espaço tem sido fonte de sofrimentos aos profissionais que nele estão inseridos”. Embora a defesa da autora acerca dos sofrimentos esteja relacionada mais especificamente aos docentes, compreendo que também é necessário investir em pesquisas sobre os sofrimentos passados pelos Tilsp.

Alinho-me a Fabrício (2017, p. 10), quando ratifica o posicionamento de alguns autores de que uma LA transgressiva não implica apenas desfazer, “não significa simplesmente destruir; pelo contrário, implica desfazer e refazer em um mesmo gesto, caracterizando um desconstruir-criar simultâneo, sempre em progresso”. Nesse sentido, questiono: uma vez identificados os silenciamentos e apagamentos dos Tilsp, sobretudo na esfera educacional, quais são as possibilidades vislumbradas? Na próxima subseção, recorro a alguns autores que oferecem um direcionamento para a articulação de possíveis respostas.

5.3 Tilsp Educacional

Nos últimos anos, sobretudo a partir do segundo decênio do início do século XXI, pesquisadores do campo de tradução e interpretação de Libras (ALBRES, 2015, 2018, 2019; LACERDA, 2015; CITAR ESTUDOS; OLIVEIRA, STELLA, 2020, NO PRELO) têm apontado o papel/lugar dos Tilsp que atuam em contextos de ensino como educadores e não apenas como técnicos especializados em tradução. Nesse sentido, o Tilsp passa a ser chamado de Intérprete Educacional (ALBRES, 2015; LACERDA, 2015), ou como prefiro chamar: Tilsp Educacional. A adição do termo educacional tenciona evidenciar a participação ativa desse profissional no processo de ensino-aprendizagem dos alunos com surdez.

Essa perspectiva busca demonstrar que o papel/lugar dos Tilsp nos contextos educacionais de ensino não pode ser encarado da mesma forma que o papel/lugar ocupado por Tilsp que atuam em outras esferas, como o âmbito jurídico, da saúde e de eventos em geral. Essa distinção tem sua razão de ser porque em contextos de sala de aula o Tilsp assume nuances particulares, uma vez que ele está inserido no processo de ensino-

aprendizagem e, desse modo, “além de mediar as relações, ele medeia a aprendizagem do aluno surdo” (ALBRES, 2015, p. 67). Essa assimetria também diz respeito aos intérpretes de línguas orais, uma vez que não se encontra no Brasil a existência de intérpretes de línguas orais atuando em salas de aula da mesma forma que os Tilsp.

Albres (2015) argumenta que, nos contextos de sala de aula, o papel/lugar do Tilsp vai para além das fronteiras tradutórias tradicionais e consubstancia-se enquanto intérprete e educador, ao mesmo tempo. De acordo com esse pensamento, o Tilsp assume o papel de educador por duas razões: a primeira delas concerne ao fato de que toda tradução configura-se como o encontro da voz do enunciador anterior com a voz do tradutor. Dessa forma, ao traduzir os discursos do professor, o Tilsp “enuncia simultaneamente” com suas próprias palavras/sinais (ALBRES, 2015, p. 69), construindo estratégias de produção de sentidos e, por sua vez, respondendo ativamente aos interlocutores.

A pesquisadora sustenta que “a mediação pedagógica é realizada pela interação entre professor e aluno mediada pela linguagem” (ALBRES, 2015, p. 69). Assim sendo, o professor medeia os conteúdos ao Tilsp que, por sua vez, medeia esses conteúdos ao aluno, participando pedagogicamente desse processo. Segundo a autora, ele torna-se, “mediador do mediador” (Ibidem). Para ela é uma ficção desconsiderar o papel do Tilsp enquanto educador, uma vez que não pode haver ensino fora do jogo de linguagem (ALBRES, 2015, pg. 54).

Baseado na compreensão acima, considero relevante destacar o pensamento de Oliveira e Stella (2020, no prelo), ao afirmar que todo intérprete é construído e constituído pelos mais diferentes espaços sociais pelos quais transita. Dessa forma:

ao interpretar, a voz do Tilsp se faz presente, contudo, não apenas a sua, mas de vários outros. Ou seja, o intérprete não apenas traduz uma ou várias vozes, mas se une a elas, e como numa orquestra, adiciona ao conjunto de vozes a sua própria voz, não apagando as demais ou se sobressaindo a elas, e sim somando e compondo um universo de vozes que falam.

Assim, pode-se compreender que a tradução envolve um processo complexo de diálogo de diferentes vozes que se fazem presentes no enunciado traduzido. No contato com o discurso do outro, o Tilsp dialoga com essas diferentes vozes, confabulando com suas experiências e produzindo um novo discurso que é direcionado ao seu “interlocutor em potencial do processo ensino-aprendizagem, ou seja, o aluno surdo” (ALBRES, 2015, p.70). Esse pensamento pauta-se em Volóchinov (2017, p. 123), ao afirmar que “o diálogo

não é apenas a comunicação em voz alta de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja”. À vista disso, compreendo que “o intérprete não assiste ao diálogo ou o reproduz mecanicamente, mas o integra, participa dele, concorda ou discorda com ele, responde e antecipa-o” (OLIVEIRA, STELLA, 2020, no prelo). Albres (2015, p. 93) observa que “a aprendizagem do aluno surdo perpassa a atuação do Tilsp”, evidenciando a impossibilidade de anulação desse profissional no processo de ensino.

A segunda razão que sustenta o discurso do Tilsp enquanto educador é de que, segundo Albres (2015) nos espaços educacionais é o Tilsp que conhece as especificidades do aluno surdo e da Libras, tornando-se, portanto, qualificado na mediação linguística. Sabendo que a realidade escolar é de professores ouvintes não sinalizantes da Libras e desconhecedores das especificidades da pessoa surda, tornando o Tilsp educacional, na maioria das vezes, como o único sujeito na sala de aula a perceber os entraves, as dúvidas e os avanços dos alunos surdos, possibilitando-o enxergar os caminhos mais adequados para o sucesso no processo interlocutivo de ensino-aprendizagem (ALBRES, 2015). De acordo com Lacerda (2015, p. 34), é o Tilsp que, “muitas vezes, fornece as informações importantes sobre as dificuldades e facilidades dos alunos surdos no processo de ensino-aprendizagem”, norteando, assim, “uma ação pedagógica mais adequada” por parte dos docentes.

Baseado nas discussões substanciadas até aqui, penso que o debate não deva mais ser se o Tilsp pode ou não ser educador, pois essa é uma realidade já posta. O Tilsp já atua como educador nos contextos de sala de aula independentemente da concordância ou não por parte dos docentes e das instituições de ensino. Tanto porque é uma participação intrínseca à tradução, quanto porque nesses contextos o Tilsp assume práticas de ensino. Lacerda (2015, p. 36) reforça que “muitas vezes o conhecimento de sinais do aluno surdo é insuficiente e o intérprete precisa ensinar certos sinais ou colaborar para a construção de conceitos para que os alunos surdos acompanhem os conteúdos trabalhados”. Esse cenário é também narrado por Alice e Marta, as Tilsp participantes desta pesquisa. Segundo elas:

Como muitos surdos não sabiam Libras, eu utilizava imagens, livros e outros recursos, para ensinar os sinais da Libras pra eles.

[...]

Eu paro de interpretar, eu chego perto dos alunos, explico mais pra o aluno.

[...]

quando o aluno sabe libras eu estimo a perguntar aos professores, mas quando eles não sabem, eu vou lá e explico. (Alice)

quando os alunos surdos não tem uma base na educação básica, eles chegam na faculdade se conhecer palavras e sinais, eu vou lá e explico o conceito. (Marta)

À vista disso, meu direcionamento é de que o pleito deve ser pelo reconhecimento formal dessa realidade. E para que esse reconhecimento seja de fato efetivado, penso ser fundamental que os documentos que têm ordenado o campo de atuação dos Tilsp sejam revistos e transformados. Albres (2015) defende que deve haver uma parceria entre docentes e Tilsp, “ombro a ombro com o professor, pensando em estratégias didáticas que contemplem o surdo” (OLIVEIRA, STELLA, 2020, no prelo). Penso que redirecionamento do Tilsp para lugar/papel de educador como uma possibilidade de mudança das práticas discursivas que têm marginalizado esse profissional.

Vale ressaltar que Lacerda (2015) indica a desvalorização do Tilsp como um fator que contribui para a desmotivação dos alunos surdos. Segundo ela, o aluno surdo muitas vezes “fica desmotivado, não presta atenção no professor (já que ele não sabe Libras) e, ao mesmo tempo, sente-se desvalorizado porque o IE⁶² (que é sua figura de referência) não é uma autoridade em sala de aula” (LACERDA, 2015, p. 35). Embora discorde da visão de *autoridade*, entendo que o quadro de subalternização é constituído tanto por Tilsp quanto por surdos.

Meu posicionamento é de que é necessário transgredir os limites impostos ao Tilsp para que seja possível transformar e promover mudanças. Como afirmado na seção metodológica, meu entendimento de tradução ancora-se numa LA transgressiva (PENNYCOOK, 2006), num campo epistemológico que visa a romper as barreiras tradicionais da política e do pensamento (URZÊDA-FREITAS, 2012). Assim, enxergo a necessidade de se pensar em novas formas de pensar a tradução e os sujeitos que dela fazem parte, uma vez que eles têm sido reduzidos a meros objetos e processos de transmissão de informações. Como afirma Urzêda-Freitas (2012, p.79), é preciso atravessar as fronteiras do território proibido. Nesse sentido, entendo que uma forma de transcender essas barreiras é o reconhecimento do Tilsp como um educador.

No entanto, compreendo que não basta apenas o reconhecimento do lugar ocupado pelo Tilsp, é necessário que as estruturas sejam também transformadas, isto é, que as outras

⁶² Intérprete Educacional.

dimensões que constituem o campo de atuação desses profissionais sejam também modificadas. Tais estruturas ou dimensões, referem-se à valorização profissional, à exigência de formação em nível superior para atuação profissional e, portanto, investimento em mais cursos de graduação na área de tradução. Enfatizo ainda a urgência de que o Tilsp seja retirado do enquadramento de profissionais técnicos das universidades, das escolas de educação básica e seja realocado na mesma categoria dos docentes e que, portanto, sua remuneração seja correspondente às atribuições exercidas por ele. Tais ações são essenciais para melhores condições de trabalho e também para que sejam dirimidas as lacunas no processo de ensino-aprendizagem das pessoas com surdez.

Considero válido ressaltar que a resistência no reconhecimento do Tilsp enquanto educador é resultado tanto dos discursos da neutralidade que o enxergam como neutro e, portanto, distante do seio de ensino, quanto também dos interesses econômicos. Colocar o Tilsp como um profissional técnico tem servido aos interesses neoliberais de conseguir mão de obra barata, já que a exigência de formação em nível médio implica remunerá-lo com um salário correspondente a essa formação que, no Brasil, tem sido desvalorizada e paga com o salário mínimo. Além disso, os cursos técnicos mostram-se como formas rápidas de prover o mercado por meio de cursos de curta duração que não possibilitam uma formação de qualidade por serem cursos aligeirados. Ademais, percebo que ações voltadas para a educação têm sido vistas como gastos e ao invés de investimentos.

A construção do Tilsp como um profissional neutro e, por conseguinte, não participante, além do seu enquadramento como um profissional técnico, encobre o papel/lugar do Tilsp como educador no processo de ensino-aprendizagem e gera sérios prejuízos aos alunos com surdez. Se, por um lado, tais visões enxergam o Tilsp como um sujeito esvaziado, por outro, o concebem como um sujeito de conhecimento absoluto, que traduz os mais diversos assuntos das mais distintas áreas do conhecimento. Esta é uma inverdade diante da impossibilidade de um ser que tenha conhecimentos sobre todas as coisas. Diante disso, aponto outra reflexão: penso que quando da atuação do ensino superior, é necessário que o Tilsp tenha formação na mesma área do curso no qual interpreta.

Partindo da compreensão de que o Tilsp participa ativamente do processo de ensino-aprendizagem, tenho notado certos agravantes na inserção de Tilsp com formação superior em cursos distintos da sua área de formação. Considero extremamente problemático, baseado em minha experiência e em relatos de colegas Tilsp, traduzir

conteúdos complexos e específicos de determinadas áreas. Por exemplo, um Tilsp com formação em Letras interpretar as aulas do curso de Engenharia Civil, que vai desde Geometria Analítica à Mecânica dos Sólidos, Eletrotécnica Aplicada e Física e isso é não somente desafiador quanto impossível que ele exerça seu papel de forma satisfatória.

Minha compreensão, partindo do entendimento do Tilsp enquanto educador, é de que aqueles (Tilsp) que atuam no nível superior devem possuir, além da formação como Tilsp, formação também em cursos afins das áreas que ele atua. Isto é, formação nas áreas de exatas para os cursos que formam o bloco de exatas, além da formação na área da saúde para os cursos desse rol e assim por diante. No que concerne à educação básica, penso que o cenário ideal é de que o Tilsp educacional atue por disciplina e não por sala de aula, com a exigência de formação da mesma formação requerida para lecionar a disciplina.

Meu argumento acerca do levantado acima é de que a atual conjuntura em que a formação do Tilsp acontece, restringe-se ao nível médio, ou mesmo quando ocorre em nível superior se dá em áreas distintas dos cursos que interpreta, trazendo prejuízos aos alunos surdos, uma vez que se exige do Tilsp conhecimentos que vão para além de sua formação. Ressalto, que a responsabilidade por esses prejuízos não é dos Tilsp, mas do Ministério da Educação que tem determinado, por meio de PPC TAE⁶³, que Tilsp no perfil outrora mencionado atue no processo de ensino-aprendizagem no nível superior. Não posso deixar de atentar também ao silenciamento das instituições de ensino, escolas e universidades. Ao se manterem omissas, elas têm posicionado-se a favor desse cenário e gritado sua participação na manutenção desse quadro. De fato, ainda há muito a se discutir acerca das questões discutidas nesta seção e não será possível aprofundá-las nesta dissertação. Todavia, penso ser pertinente levantá-las aqui para que outras pesquisas possam ser pensadas, mergulhando mais a fundo em tais questões.

Concluo esta subseção assinalando a importância de que os Tilsp que atuam nos espaços educacionais sejam vistos, reconhecidos formalmente, valorizados e remunerados enquanto educadores que participam ativamente do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com surdez. Para tanto, defendo uma mudança nos discursos oriundos dos documentos que têm orientado e constituído a prática desses profissionais. Ademais, considero ser pressuroso que o poder público invista em políticas e cursos de formação de Tilsp em nível superior em todo território nacional, tendo em vista a escassez de

⁶³ Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação

instituições que têm ofertado essa formação específica. Compreendo que os discursos da neutralidade ainda operam como ideal de verdade, homogeneizando e apagando os Tilsp, além de encobrir diversas facetas de seus campos de atuação. Nesse sentido, tenho percebido que a neutralidade legislante tem servido aos interesses hegemônicos e, longe de ser imparcial, ela tem “endereços ideológicos” (MOITA LOPES, FABRÍCIO, 2019, p. 714). Além disso, pude compreender que o discurso da neutralidade é também utilizado como argumento para isenção de responsabilidade, um dos pontos centrais desta pesquisa, que passo a discorrer na próxima, e última, subseção.

5.4 Neutralidade como isenção de responsabilidade

Na introdução desta dissertação, comentei sobre o processo de transformação pelo qual passei durante o meu caminhar no mestrado. Esta caminhada me proporcionou reflexões valiosas quanto ao meu ser e existir no mundo. Quando iniciei esta pesquisa, tinha como objetivo, de forma bem posta, defender a visibilidade do Tilsp, indo numa direção oposta aos discursos que tentam de alguma forma silenciá-lo, silenciar-me. Nesse sentido, minha intenção pautou-se na assertiva de que é impossível abstrair a presença do Tilsp, e, para tanto, decidi fazer esta investigação. Ressalto que essa defesa não diminuiu, nem foi substituída por outra, todavia, posso afirmar que ela foi ampliada, transformada.

No transcorrer da minha pesquisa, por meio das minhas leituras, das disciplinas que cursei, das orientações e das entrevistas da pesquisa narrativa, comecei a perceber que, embora eu defendesse a não neutralidade do Tilsp, eu ainda caminhava numa orientação de não existência. Digo isso em razão de que meu intento se resumia apenas em apontar a presença discursiva e física do Tilsp, contudo não havia tomado consciência acerca da responsabilidade que anda lado a lado com forma de eu me posicionar no mundo por meio da linguagem e que é, portanto, intrínseca ao processo tradutório. Essa tomada de consciência só ocorreu durante o meu caminhar no mestrado.

Ou seja, uma vez que não há neutralidade, isso implica dizer que participo ativamente do processo de produção de sentidos, o que me torna responsável também pelo que é gerado a partir de discurso traduzido por mim. Hoje, compreendo que essa responsabilidade ética no campo da tradução se faz de fundamental importância, uma vez que, num mundo dito globalizado, ou como prefiro chamar: controlado, o contato entre os povos demanda uma atividade muito maior da tradução.

Quando se trata da tradução envolvendo pessoas surdas e ouvintes aqui no Brasil, esta ênfase aumenta. Meu argumento baseia-se no fato de que os discursos que orientam as práticas discursivas ocorrem massivamente por meio dos gêneros oral e escrito da língua portuguesa, uma língua que poucos surdos têm como constituída, o que implica dizer que a maioria das pessoas surdas não têm acesso a esses discursos. Nesse sentido, o TilsP é de fundamental importância, já que muitas vezes ele é a única possibilidade de as pessoas com surdez terem acesso aos discursos circulantes.

Numa sociedade como o Brasil, porém não apenas nele, são muito os discursos homofóbicos, racistas, misóginos, sexistas e machistas que têm balizado a forma como agimos no mundo. Como dito, durante o mestrado, comecei a atentar para questões até então não percebidas por mim e penso que isso se deu em razão justamente dos discursos pró-neutralidade que operam com força no campo da tradução. Tais questões dizem respeito aos sinais em Libras utilizados por mim durante a interpretação.

Durante esta pesquisa, comecei a tomar consciência da minha responsabilidade quanto a escolha de sinais/palavras ao interpretar. Comecei a perceber que alguns sinais da Libras são formados a partir de discursos preconceituosos, homofóbicos, heteronormativos e racistas, e que, durante minha interpretação, eu acabava por reproduzir tais discursos, tornando-me também responsável pela manutenção e (re)produção em Libras desses discursos colonialistas. Cito como exemplo os sinais de gay e heterossexual, como observado nas imagens abaixo:

Figura 6 - Sinal de heterossexual em Libras I



Fonte: o autor (2020).

Figura 7 - Sinal de heterossexual em Libras II



Fonte: o autor (2020)

Figura 8- Sinal de gay/homossexual



Fonte: o autor (2020)

O sinal em Libras para heterossexual resulta de um processo de lexicalização dos sinais de DIRETO/RETO (figura 6) e HOMEM+FIRME (figura 7). Para além de refletir a orientação sexual da pessoa a quem se refere, os sinais ‘DIRETO/RETO’ e HOMEM + FIRME recuperam e reproduzem discursos de que o sujeito heterossexual é aquele que está na ‘linha’, no caminho da retidão, colocando, em contrapartida, o homossexual como desviante, irregular, podendo direcionar o sentido para a ideia de que o não heterossexual é um homem fraco, ou até mesmo não o enxergando como um homem, refratando e reiterando os discursos da psicologia clássica que sustentava a concepção de que o homossexual continha traços femininos por ser um homem invertido. Já o sinal em Libras para gay/homossexual é realizado com uma mão em configuração ‘E’, e com um movimento transversal curvo, como observado na figura abaixo. Esse sinal (re)produz os discursos que constroem a imagem do gay como alguém ‘fraco’, ‘frágil’ e com traços femininos.

Cabe ressaltar que os sinais em questão não dizem respeito ao conceito que as palavras exprimem, isto é, o sinal de heterossexual não está relacionado ao entendimento de pessoas que sentem atração sexual por pessoas do sexo oposto, nem o de gay/homossexual ao de pessoas que sentem atração por pessoas do mesmo sexo. Pelo contrário, a formação desses sinais é baseada nos discursos heteronormativos e homofóbicos que perpassam a sociedade. Entendo a construção desses sinais como um “gesto colonizador central de produção de saberes” em que o outro é “tomado, prefiguradamente, como heterossexual”. (MOITA LOPES, FABRÍCIO, 2019, p. 714), contribuindo para subalternização daqueles que não se enquadram nesse modelo de sexualidade. Coloco em relevo que esse tipo de relação entre sinais da Libras e discursos preconceituosos não findam nos sinais para homossexual e heterossexual, mas atingem outros sinais dessa língua gestual, o que evidencia a necessidade de estudos sobre a formação dos sinais dessa língua gestual sob uma ótica discursiva (OLIVEIRA, STELLA, 2020b).

Após a tomada de consciência quanto a minha responsabilidade em escolhas lexicais durante o ato tradutório, a atitude responsiva foi lançar mão de *estratégias relativamente estáveis de tradução*⁶⁴, como a datilologia⁶⁵ das palavras em português, ao invés de usar os sinais preconceituosos que (re)produzem os discursos homofóbicos e heteronormativos. Saliento que não alvitro nesta dissertação propor outros sinais que substituam os sinais supracitados. Todavia, tenciono que as reflexões iniciadas, nesta pesquisa, possam criar inteligibilidade sobre a reprodução e manutenção das relações de dominação que ocorrem por meio da língua brasileira de sinais, com vistas a pensar em possibilidades de transformação dessas práticas discursivas.

⁶⁴Faço uso da expressão *estratégias relativamente estáveis de tradução* em oposição a *técnicas de tradução* e/ou *competência tradutória*, pois, como já discutido nesta dissertação, os termos técnica e competência produzem a ideia de homogeneidade e universalidade. Esse pensamento tem levado a ilusão de que toda tradução faz uso de procedimentos fixos, estanques, desconsiderando as questões específicas e instáveis de todo contexto tradutório. Alinho-me a Bakhtin (2003, p. 290), quando ao discutir acerca dos gêneros discursivos, utiliza a expressão “tipos relativamente estáveis de enunciados”. O autor sustenta que os gêneros estão sujeitos à alteração do momento histórico em que eles estão inseridos, o que fará com que cada enunciado tenha características próprias. Baseado nisso, compreendo que as estratégias de tradução não são universais, mas estão sujeitas a modificações dos contextos. O que implica dizer que, embora as estratégias tenham certo grau de estabilidade, elas não são petrificadas nem imutáveis. Portanto, chamo de estratégias relativamente estáveis de tradução as possibilidades de caminhos que o tradutor pode percorrer durante o processo tradutório, compreendendo que cada intérprete pode percorrer caminhos distintos, e que estes estão sujeitos a mudanças em razão de questões sócio-históricas-ideológicas.

⁶⁵ De acordo com Nascimento (2011, pág. 36) a datilologia em Língua de Sinais (LS) pode ser comparada à soletração em línguas orais. Faz-se a correspondência de uma letra da grafia de uma língua oral com uma configuração de mão (CM) de uma língua de sinais, às vezes acrescida de movimento, como ocorre na Libras com as CMs Ç, H, J, K, X, Y e Z”.

Meu posicionamento quanto ao não uso dos sinais configura-se como uma resposta aos discursos da neutralidade que têm envolvido os intérpretes, levando-os a acreditar que não fazem parte dos discursos que traduzem e, conseqüentemente, não responsáveis pelos efeitos de sentidos (re)produzidos por seus atos tradutórios. Esse movimento, ao meu ver, mostra-se como uma estratégia de garantir a disseminação dos discursos hegemônicos, e, nesse sentido, refiro-me àqueles heteronormativos, machistas, racistas, misóginos, sexistas, entre outros. Tais discursos são, por meio da tradução, credibilizados como discursos não situados, já que a tradução é vista como neutra e imparcial. Saliento ainda que, em razão dessas manobras, esses discursos colonialistas são também construídos como parâmetros do aceitável e do justo, ao mesmo tempo que reforçam a marginalidade social.

Atento que, embora a defesa e a ideia de uma não parcialidade possam gerar formas de preconceitos, a defesa dela é ainda pior, pois, se a consciência da existência da parcialidade possibilita, ao menos, mais formas de contra-argumentos e de movimentos de desconstrução dessas práticas discursivas, a ilusão da existência da imparcialidade mostra-se como tentativas de velar, de encobrir, formas de preconceitos e relações de poder, impedindo que os sujeitos percebam as teias ideológicas da marginalização social e tentem, de alguma forma, agir com vistas à transformação dessas estruturas.

Meu argumento é de que a representação de um intérprete idealizadamente neutro tem servido aos interesses hegemônicos que defendem a tradução como um campo apolítico e desvincilhado das questões sociais. Tais interesses tencionam manter as estruturas de dominação intocáveis, utilizando a fantasiosa neutralidade na tradução como um dos mecanismos de (re)produção das práticas hegemônicas vigentes. Em razão disso, chamo atenção quanto à pressurosidade em transgredir, romper com teorias tradicionais de tradução que a têm concebido como um espaço neutro e vazio.

Enfatizo que o intérprete, a todo momento, toma decisões que são políticas, morais e ideológicas, e tais decisões não existem independentemente do processo de materialização do ato interpretativo. Comungo com o pensamento de Sobral (2009, p. 124) na compreensão de que o intérprete não é um “fantoche” das relações sociais, mas que, embora ele seja envolvido pelos discursos hegemônicos, “em suas relações sociais e históricas, tem total responsabilidade ética sobre seus atos.” A tradução como ato “responsável envolve o conteúdo do ato, seu processo, e, unindo-os, a valoração/ avaliação do agente com respeito a seu próprio ato” (p. 124). O intérprete não é um mero condutor de

informações entre as línguas, mas ele integra todo um sistema estrutural de relações sócio-político-ideológicas.

Defendo que o ato tradutório deve ser calcado no que Sobral (2016, p. 20) chama de “responsabilidade”. Esse é um vocábulo proposto pelo autor para unir as noções de responsabilidade e responsividade abordadas por Bakhtin. Nas palavras de Sobral (2016, p. 20), o objetivo desse termo “é designar por meio de uma palavra tanto o aspecto responsivo como o da assunção de responsabilidade do agente pelo seu ato, um responder responsável que envolve necessariamente um compromisso ético do agente”. Partindo dessa compreensão, entendo a tradução como um ato de responsabilidade, em que o intérprete, em seu ato tradutório, deve agir de forma responsável e comprometimento com o(s) outro(s) em todas suas diversas formas de alteridade.

Compreendo que é intencional fazer o intérprete acreditar que ele não tem participação alguma no enunciado traduzido, pois, dessa forma, são forjados intérpretes disciplinados, obedientes e domesticados. Ratifico que o discurso da neutralidade não é desinteressado, pelo contrário, ele é fortemente orientado aos interesses hegemônicos do estratificado perfil do homem branco, heterossexual e de classe média alta. Segundo Volóchinov (2017, p. 121):

O pensamento não existe fora de sua expressão potencial e consequentemente fora da enunciação social dessa expressão (...). Assim, a personalidade que se exprime, apreendida por assim dizer, do interior, revela-se um produto total da inter-relação social. A atividade mental do sujeito constitui, da mesma forma que a expressão exterior, um território social

Dessa forma, é fantasiosa a concepção de uma tradução neutra, imparcial, desprovida de lados e de escolhas, sendo, portanto, não ideológico, pois ela é um processo social, constituída de escolhas lexicais e, portanto, de discursos que são ideológicos, e sim, providos de lados. Como afirma Kade (1963, apud PÖCHHACKER, 2006, p. 200), o “processamento conceitual e organização lógica, por exemplo, a avaliação do importante e do sem importância, não são possíveis fora de uma perspectiva de classe e independente de uma posição político-ideológica básica”. A negação dessa dinâmica objetiva fazer com que o intérprete não perceba que está sendo envolvido e levado a (re)produzir discursos que contribuem para a manutenção das relações de dominação.

Conforme Agra e Ifa (2017, p. 78), o discurso é um produto de interações sociais, “ele não reflete apenas o pensamento daquele que o enuncia, mas também as vozes

interiores que dialogam com o enunciador”. Compreendendo que somos constituídos por diversas vozes, sendo algumas delas, ou muitas, formadas por discursos colonialistas, isto é, discursos racistas, homofóbicos, misóginos entre outras formas de opressão, os intérpretes acabam por (re)produzir esses discursos em suas traduções. Essa (re)produção se dá, muitas vezes, tanto em razão da força dos discursos da neutralidade nesta área, quanto pela falta de conhecimento das formas como esses discursos operam. De acordo com Agra e Ifa (2017, p. 79), “quanto mais desconhecemos as ideologias dominantes, mais facilmente poderemos ser manipulados por discursos dominantes massificadores [...] impedindo que o sujeito se questione sobre quem ele é e sobre o seu papel no mundo contemporâneo”. Em contrapartida, “o “conhecimento de outros discursos pode capacitar seus conhecedores à resistência, construindo uma outra globalização, que, ao invés de globalizar a hegemonia, abarca a pluralidade e a diversidade” (TÍLIO, 2015, p. 56). Assim sendo, com vistas a um ato tradutório transgressivo, é primordial que intérpretes de línguas de sinais e de línguas orais busquem conhecer as formas de dominação que, sorrateiramente, têm orientado as relações sociais e sido disseminadas por meio das traduções.

Por fim, finalizo esta seção acreditando ter alcançado meu segundo objetivo específico, que é estabelecer um diálogo entre os temas levantados no processo de construção das leis em relação à interpretação e à realidade do trabalho do Tils. Desse modo, alcanço parcialmente meu objetivo geral que é identificar que efeitos de sentidos são produzidos nos e pelos discursos da neutralidade no campo da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa.

6 PARA NÃO CONCLUIR

No início deste trabalho, narrei minha história na área da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa e decidi estruturar dessa forma por compreender que essa narrativa se encontra numa relação indissociável com esta pesquisa. Após a introdução, julguei relevante dedicar a segunda seção ao contexto sócio-histórico na área de atuação dos Tilsp, a partir da segunda metade do século XX. Isso fiz por me alinhar ao pensamento de Foucault (1979, p. 7) de que historicizar os discursos são importantes formas de compreender como os efeitos de verdade são produzidos. Nessa seção, discorri acerca dos discursos assistencialista, missionário e de voluntariado em que os Tilsp, principalmente a partir de 1980, estiveram envolvidos.

Ainda com relação à segunda seção, destaquei os principais marcos alcançados no início do século XXI nessa área e o movimento em busca do redirecionamento de olhar acerca dos Tilsp. Abordei que os dois primeiros decênios deste século pleitearam se distanciar do olhar voluntariado e aproximaram-se da visão enquanto profissional. Todavia, sublinhei também ações por parte do poder público que têm se encaminhado numa direção contrária das conquistas galgadas pela categoria dos Tilsp, retornando a propostas neoliberais da atuação de Tilsp em caráter de voluntariado. Em seguida, voltei-me para os principais acontecimentos no Estado de Alagoas, abrangendo o contexto atual da área de tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Essa composição ajudou a compor o cenário sobre o qual este trabalho ganhava corpo.

Outrossim, na terceira seção, apresentei o percurso teórico-metodológico seguido nesta pesquisa, posicionando-me quanto à linha de pesquisa em que ancorei esta investigação, no qual amplio e acrescento algumas discussões necessárias no desenvolver dela. Inicialmente, afirmei meu lugar enquanto linguista aplicado e abordei como a LA tem se desenhado e sido desenhada no séc. XXI. Salientei ainda minha filiação a uma LA que toma o sujeito em suas relações sociais como o ponto de partida de suas pesquisas, sendo justamente o motivo de adotá-la como área de investigação. Ainda nessa seção, destaquei a impossibilidade das tentativas de silenciamento do pesquisador e do pesquisado, que preferi chamar de participantes da pesquisa, na construção da pesquisa, pois, apoiando-me em Volóchinov (2017), entendo que as vozes desses sujeitos se fazem presentes a todo momento, direcionando e construindo a pesquisa.

Partindo do entendimento citado acima, coloquei em relevo a pesquisa narrativa enquanto instrumento de valia nas pesquisas no âmbito das ciências sociais, por seu caráter aberto, de produção de narrativas mais espontâneas e entendendo as histórias de vida como importantes construtos de conhecimento. Após esses apontamentos, parti para o delineamento do percurso metodológico seguido nesta pesquisa. Discorri sobre o primeiro passo, que foi a análise documental e, logo após, o diálogo dos temas resultantes da análise documental com as histórias de vida narradas pelos participantes da pesquisa.

Antes de passar para seção de análise, rememoro que, na introdução desta investigação, apresentei o objetivo geral que direcionou meu caminhar. Esse objetivo consistiu em identificar que efeitos de sentidos são produzidos no e pelos discursos da neutralidade no campo da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Para alcançar meu objetivo geral, estabeleci dois objetivos específicos, a saber:

1. Identificar as representações que são construídas nos e através de documentos institucionais acerca do tradutor e intérprete de Libras e língua portuguesa;
2. Estabelecer um diálogo entre os temas levantados no processo de construção das leis em relação à interpretação e à realidade do trabalho do Tilsp.

Com vistas a atingir esses objetivos específicos, procedi com duas ações: primeiramente, selecionei e fiz uma análise dos discursos oriundos de documentos institucionais, isto é, da Lei 12.319/10 e de documentos da Febrapils e da Apilsbsp, como também apresentei na quarta seção desta dissertação. Em seguida, parti para a segunda ação: estabeleci um diálogo entre os temas levantados no processo de construção das leis em relação à interpretação e à realidade do trabalho do Tilsp e, para tanto, realizei entrevistas com o que chamo de tríade enunciativa, ou seja, Tilsp, alunos surdos e professores ouvintes não sinalizantes da Libras. A execução desse percurso foi primordial, pois permitiu-me levantar subsídios para responder às questões de pesquisa que agora passo a responder.

Primeiramente, questioneimei-me quais representações acerca dos Tilsp são construídas a partir dos documentos que versam sobre esse profissional. Na quarta seção, analisei os excertos de alguns documentos institucionais (leis e códigos de ética) em que pude identificar as representações (re)produzidas e veiculadas, ainda de que forma subjacente, acerca dos Tilsp. Constatei que os discursos institucionais, materializados nos documentos

são operados sob os preceitos positivistas de neutralidade com que tentam a todo custo conceber o campo da tradução como blindada ao profissional que dela faz parte, a saber: o tradutor. A princípio, identifiquei discursos confluentes que (re)constroem o Tilsp como um condutor de passagens de informações entre línguas. Os dizeres institucionais concebem a língua como um objeto transparente e a disposição do falante, ao passo que, conseqüentemente, objetificam o Tilsp como um mero operador do sistema linguístico que realiza o trabalho de conduzir o transporte de sentidos entre línguas distintas.

Os excertos analisados discursam sob a prerrogativa de uma ilusória imparcialidade e fidelidade do Tilsp. Esses discursos constroem a tradução como um processo isomorfo e dotado de uma esterilidade ideológica. A dinâmica discursiva articulada entre os documentos apresenta e fabrica o Tilsp como um sujeito esvaziado, proibido de participar de alguma forma dos discursos traduzidos. Percebi que os discursos institucionais, fundados numa perspectiva positivista e, portanto, idealizadamente neutra, tem se configurado como bem-sucedidos projetos de silenciamento dos Tilsp.

Ainda condizente ao primeiro objetivo específico, compreendi que os discursos da neutralidade norteiam as atividades dos Tilsp, orientando a inscrição social desses profissionais. A esse respeito, identifiquei que tais discursos tencionam apagar não somente a participação discursiva dos intérpretes, como também seus corpos. Os discursos da neutralidade têm agido nos corpos dos Tilsp por meio de determinações institucionais que proíbem o uso de roupas consideradas não neutras. Tais diretrizes mostram-se como formas de apagar qualquer indício de singularidade dos Tilsp. Essa prática discursiva tenta sustentar a bandeira erguida no campo da tradução como um espaço absolutamente neutro. Em busca desse utópico escopo, tem havido um controle e apagamento dos corpos dos Tilsp em detrimento de uma falsa neutralidade. Penso, portanto, ter alcançado meu primeiro objetivo específico que é identificar os as representações construídas dos Tilsp nos documentos institucionais.

A minha segunda questão de pesquisa inquiriu sobre quais relações são construídas entre os documentos legais que versam acerca da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa e o trabalho do Tilsp? Para respondê-la realizei entrevistas narrativas com duas Tilsp e duas alunas surdas, por compreender que os efeitos de sentidos produzidos pelos discursos da neutralidade afetam esses dois atores sociais de forma consubstanciada. O diálogo estabelecido entre a análise dos discursos institucionais identificou as seguintes problemáticas: o apagamento e o silenciamento dos Tilsp.

O primeiro tema dialogado foi o do apagamento dos corpos dos Tilsp ao serem movidos para as margens geográficas dos espaços que estão inseridos. As entrevistas apontaram que esse deslocamento para os lugares da não evidência está intimamente relacionado ao grupo com o qual esses profissionais trabalham, isto é, a comunidade surda. Desse modo, não somente os Tilsp, mas também as pessoas com surdez têm sido jogadas para as margens geográficas, evidenciando sua marginalização social frente à hegemonia ouvinte e considerada não patológica.

Nesse sentido, defendo ser extremamente relevante repensar os lugares geográficos ocupados pelos Tilsp em seus espaços de trabalho. Para tanto, penso ser imprescindível um movimento dos Tilsp em parceria com a comunidade surda, buscando um redirecionamento desse modo de pensar, uma vez que, como já discutido, compreendo que o deslocamento do Tilsp para as margens deve-se também ao fato de ele lidar com as pessoas surdas, sujeitos que vêm sendo historicamente empurrados para os lugares da não evidência. Ressalto que não apenas ele, pois como afirma Spivak (2010), não precisa ser subalternizado para lutar contra a subalternização. Meu argumento é de que tanto alunos surdos quanto alunos ouvintes podem ter a liberdade para escolher em que lugares sentar na sala de aula, em eventos, entre outros. E não serem alocados nos cantos desses espaços, como objetos. Concebo que tais práticas tencionam empurrar as pessoas com surdez para o mais distante possível, com vistas a não incomodar a hegemonia ouvinte.

O segundo tema apontou que nos espaços educacionais (ambiente investigado) os Tilsp têm sido silenciados não apenas no que tange a qualquer indício de participação discursiva nos enunciados traduzidos, mas também por serem proibidos de participarem de das aulas por meio de comentário e opiniões. O silenciamento dos Tilsp tem ganhado essa outra forma nos contextos educacionais de ensino. As entrevistas apontaram a naturalização dessa prática de impedimento de Tilsp nas aulas, usando como justificativa a famigerada neutralidade legislante no campo da tradução. Defendo a quebra das mordças que vêm sendo colocadas nos Tilsp, por isso alerto que os discursos constitutivos do campo da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa em contextos educacionais têm causado danos aos Tilsp, como o adoecimento físico e mental.

Em busca de um redirecionamento das práticas discursivas orientadoras das relações dos Tilsp nos espaços de ensino, recorri a alguns estudiosos (ALBRES, 2015, 2018, 2019; LACERDA, 2010, 2015; OLIVEIRA, STELLA, 2020). Baseado neles, apontei o lugar/papel do Tilsp como educador nos contextos de sala de aula. Para tanto, indiquei que

a atuação de Tilsp em salas de aula tem se estendido para além de questões tradutórias e contemplado atividades pedagógicas, uma vez que ele tem lidado com o processo de ensino-aprendizagem das pessoas com surdez.

Por fim, ainda na quinta seção, atentei que os discursos da neutralidade têm agido como formas de isenção de responsabilidade. Nela sublinhei que toda tradução implica um ato e, conseqüentemente, num posicionamento ético, responsável e responsivo do tradutor. Destaquei que a ilusória neutralidade serve aos interesses hegemônicos de reprodução e manutenção das relações de dominação. Salientei a tomada de consciência que tive durante meu percurso no mestrado quanto às escolhas linguísticas feitas por mim durante a interpretação e em como as escolhas de sinais (para homossexual e heterossexual, por exemplo) (re)produziam discursos homofóbicos, heteronormativos e machistas. Coloquei em relevo que a tradução tem um papel relevante na disseminação e resistência das formas de dominação que ocorrem na e pela linguagem. Sendo imprescindível que os tradutores compreendam seu papel/lugar nas estruturas sócio-político-ideológicas de poder.

Alinho-me a Fabrício (2017, p. 608), ao entender que crenças arraigadas sobre “monolinguismo, pureza linguística, limites territoriais precisos, comunidades coesas, sujeitos soberanos e corporeidades idealizadas precisam ser revisitadas sob o risco de, se não o fizermos, não conseguirmos dar um passo à frente dos limites já demarcados”. Dessa forma, compreendo ser fugaz a desconstrução de uma episteme que separa a tradução, o tradutor e o poder.

Coaduno com Pennycook (1998, p. 42) de que devemos estar conscientes das “conexões entre o nosso trabalho e as questões mais amplas de desigualdade social”, rompendo “com os modos de investigação que sejam associiais, apolíticos e a-históricos”. É preciso derrubar os muros que separam a tradução das questões sociais, é preciso assumir “posturas morais e críticas a fim de tentar melhorar e mudar um mundo estruturado na desigualdade” (PENNYCOOK, 1998, p. 39). Baseado em Urzêda-Freitas (2012, p. 94), assumo o discurso de que temos a “obrigação de transformar” as bases epistêmicas da tradução, enxergando-a como um espaço de compromisso social.

Ponho em relevo que não concluo as reflexões levantadas aqui, no sentido de encerramento absoluto. Destaco que intitulei esta fase de *para não concluir*, compreendendo que ainda há muito a se discutir. Não foi propósito deste trabalho definir o papel/lugar dos Tilsp educacionais, nem propor sinais que substituam aqueles preconceituosos e colonialistas. Penso e espero que as reflexões aventadas, nesta

dissertação, possam gerar outras pesquisas, no campo da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa, aprofundando reflexões acerca dos papéis/lugares dos Tilsp nos mais diversos contextos de atuação, com vistas à não subalternização desses profissionais e das pessoas com surdez. Aponto também a pressurosidade de pesquisas em outras esferas de atuação de Tilsp, como em âmbitos jurídicos e da saúde, uma vez que são escassos o número de pesquisas que têm se debruçado acerca do papel/lugar desses profissionais nesses espaços. Ademais, vejo como urgente a necessidade de pesquisas acerca dos discursos (re)produzidos pelos sinais em Libras e a responsabilidade (SOBRAL, 2016) dos Tilsp quanto ao uso de sinais de base colonialistas.

Por fim, culmino esta dissertação, entendendo ter alcançado meu objetivo geral que é identificar que efeitos de sentidos são produzidos nos/ pelos discursos da neutralidade no campo da tradução e interpretação de Libras e Língua Portuguesa. Nesse sentido, minha compreensão é de que os efeitos de sentidos (re)produzidos nos e pelos discursos da neutralidade no campo da tradução e interpretação de Libras e língua portuguesa têm levado práticas de subalternização, silenciamento e apagamento dos Tilsp. Espero, assim, que esta reflexão possa servir aos interesses para uma mudança das relações sociais que envolvem esses profissionais, posto que elas são construídas e constituídas na e pela linguagem. Desse modo, penso também estar cooperando para o fortalecimento da LA do século XXI.

REFERÊNCIAS

AGRA, C. B.; IFA, S. Reflexões sobre relações de poder e colonialidade em contextos de ensino-aprendizagem de língua portuguesa no EFI público. **Revelli**, v.9 n.4. Dezembro/2017. p. 77-97. Dossiê Ensino e formação de Professores de Línguas Estrangeiras para Crianças. Disponível em:

ALBRES, N. A. **Afetividade e subjetividade na interpretação educacional**. Rio de Janeiro: Ayvu, 2019.

ALBRES, N. A.; RODRIGUES, C. H. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. **Bakhtiniana - Revista de Estudos do Discurso**, v. 13, p. 16-42, 2018.

ALBRES, N. A. **Intérprete Educacional: políticas e práticas em sala de aula inclusiva**. São Paulo: Harmonia, 2015.

AMORIN, M. As Ciências Humanas e sua especificidade discursiva. In. ROSANGELA, H. R.; RODRIGO A. P. (Orgs.). **Estudos Dialógicos da Linguagem e Pesquisas em Linguística Aplicada**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016, pp. 17-46.

ANDREIS-WITKOSKI, S; FILIETAZ, M. R. P. (Org.). **Educação de Surdos em Debate**. Curitiba: Ed. UTFRP, 2014.

BAKER, M. Tradução e Transformação Social: uma entrevista com Mona Baker. [Entrevista concedida a] Junia Mattos Zaidan. **PERcursos Linguísticos**, Vitória (ES), n. 21, v. 09, p. 9-13, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/27272/18388>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº11. Brasília, maio - agosto de 2013, pp. 89-117. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n11/04.pdf>. Acesso em 02 de jan. de 2020.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BARBOSA, L. R. S. A Língua Brasileira de Sinais como inclusão social dos surdos no sistema educacional. **Polyphonia**, v. 22/1, jan./jun. 2011. pp. 173-188

BAKHTIN, M.M. **Estética da criação verbal**. 6 ed. São Paulo: Editora WMF Martins, 2011.

BAKHTIN, M. M. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BAKHTIN, M. M. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Tradução de Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BRAIT, B (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

BRAGA, J. Como saber o que vestir. In: PINSKY, J. (Org.). **Cultura e Elegância**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 225-229.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução Nº 2/2001**. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. MEC/SEESP, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 06 de jan. de 2020.

BRASIL. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras-Libras da Ufal**. 2014. Disponível em: <https://ufal.br/arquivos/prograd/cursos/campus-maceio/letras-licenciatura-libras>. Acesso em: 29 de out. 2019.

BRITO, P. H. **Tradução e ilusão**. Estudos Avançados, 26 (76), 2012, pp. 21-28.

BRUNER, J. **Actual minds, possible words**. Cambridge, MASS: havard university, press. 1986.

CALZADA PÉREZ, M. Translators and Translation Studies: Scholars as Inoculators of Resistance. **The Translator**, v. 13, n. 2, 2007, pp. 243-269.

CARVALHO, P. V. **A Herança do Abade L`Épée na viragem do século XVIII**. Lisboa: THEFACTORY, 2013.

CHAUTZ, C. C. C. B. Sobre narrativa com a narrativa: esmiuçando saberes na brecha do acontecimento. In. PRADO, G. V. T.; SERODIO, L. A.; PROENÇA, H. H. D. M.; RODRIGUES, N. C. (Orgs). **Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação: uma perspectiva bakhtiniana**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, pp. 153-170.

CHERMAN, A; TOMEI, P. A. Códigos de Ética Corporativa e a Tomada de Decisão Ética: Instrumentos de Gestão e Orientação de Valores Organizacionais?. **Revista Rac**. v. 03, jul/set, 2005, pp. 99-120. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rac/v9n3/v9n3a06.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. **Pesquisa Narrativa: experiência e história em pesquisa qualitativa**. Tradução: Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2 ed. rev. Uberlândia: EDUFU, 2015.

COSTA E SILVA, H. O. **O tradutor infiel: a voz da reenunciação**. Dissertação (Mestrado em Linguística) Universidade Federal de Pernambuco, f. 120, 2011.

CREPALDI, A.; MENDONÇA, J. Acessibilidade na TV: modelo de closed caption para surdos. **Revista Advérvio**, v. 9, nº 18, pp. 48-66, 2014.

CRUZ, D. A. C. O. **O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) Letras-Inglês na Universidade Federal de Alagoas: a que interesses serve?** 2016. 144 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, n. 116, pp. 245-262, jul. 2002.

DAGNINO, R. Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo. DataGramZero - **Revista de Ciência da Informação** - v.3 n.6 dez. 2002. pp. 1-27.

DAHLET, V. **A entonação no dialogismo bakhtiniano**. In: BRAIT, Beth (org.). Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. **Mil platôs: Capitalismo e esquizofrenia**. Vol. I. São Paulo, Ed. 34. 2004.

DÉZINHO, M.; SANTO, R. Uma audiência fora do ar: pesquisa sobre legendas para surdos na programação televisiva brasileira. In. BARROS, A. L. E. C.; CALIXTO, H. R. S.; NEGREIROS, K. A. (Orgs.). **Libras em Diálogo: interfaces com tradução e interpretação**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2017.

DUSSEL, I. Cuando las aparecias no engañan: una historia comparada de los uniformes escolares em Argentina y Estados Unidos (siglos XIX-XX). **Pro-Posições**, Campinas, v. 16, n. I (46), p. 65-86, jan./abr. 2005.

ESQUEDA, M. D. **Pál Rónai: conflitos sobre a profissionalização do tradutor e a teoria e prática da tradução**. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada), Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1999.

FABRÍCIO, B. F. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. In. MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp. 45-66.

FABRÍCIO, B. F. Repetir-repetir até ficar diferente: práticas descoloniais em um blog educacional. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 18(2), 2017, pp. 9-26. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/5788/5240>. Acesso em 15 de jan. de 2020.

FELBRAPILS. **Nota da Febrapils sobre decreto nº 10.185**. 2019. Disponível em: <http://blog.febrapils.org.br/nota-da-febrapils-sobre-decreto-no-10-185/>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

FELIPE, T. A. Políticas públicas para inserção da LIBRAS na educação de surdos. **Informativo Técnico-Científico Espaço**, INES - Rio de Janeiro, n. 25/26, p.33, janeiro - dezembro/2006.

FERREIRA, A. M. A.; SILVA NETO, V. S. S. Tradução de teatro para línguas de sinais: ensaio sobre corpo e (in)visibilidade. **Cadernos de Tradução**, v. 04, n. 01, 2020, pp. 72-90.

FIORIN, J. L. Prefácio. In. MOITA LOPES, L. P. (Org.). **O Português no Século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pp. 13-17.

FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: o nascimento de uma prisão**. Petrópolis (RJ): Vozes, ed. 42, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. e org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GESSER, A. **Tradução e Interpretação da Libras II**. Florianópolis: UFSC, 2011. Disponível em: <http://tiny.cc/i1erjz>. Acesso em: 16 de dezembro de 2019.

GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/697>. Acesso em 06 de jan. de 2020.

GUARINELLO, A. C. et al. **A Disciplina de Libras no Contexto de Formação Acadêmica em Fonoaudiologia**. Rev. CEFAC, São Paulo, 2011.

JAKOBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo: Cultrix, [1967] 2010.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER M. W. Entrevista Narrativa. In: Bauer MW, Gaskell G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002, pp. 90-113.

KLEIMAN, A. B. Agenda de Pesquisa e Ação em Linguística Aplicada: problematizações. In. MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente: festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pp. 39-58.

LACERDA, P. F. A. C. Tradução e Sociolinguística Variacionista: a língua pode traduzir a sociedade? **Tradução e Comunicação: Revista Brasileira de Tradutores**, v. 20, p. 127-142, 2010.

LACERDA, C. B. **Intérprete de Libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. 7 ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

LE BRETON, D. **A sociologia do Corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

LEITE, E. M. C. **Os papéis do intérprete de libras na sala de aula inclusiva**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004, 190f.

LIMA, E. S. **Discurso e Identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de Libras na educação superior**. 2006. 163 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística do Departamento de Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado: pedagogia da sexualidade**. ed. 3. São Paulo: Autêntica, 2017.

LURIE, A. **A linguagem das roupas**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MACHADO, F. M. Á. **Conceitos Abstratos: escolhas interpretativas do português para a Libras**. Curitiba, Editora Prismas, 2014.

MALLMANN, E. M.; Pesquisa-ação educacional: preocupação temática, análise e interpretação crítico-reflexiva. **Cad. Pesqui.** vol.45, n.155, São Paulo: Jan./Mar. 2015, pp. 76-98.

MELO, G. C. V.; MOITA LOPES, L. P. A performance narrativa de uma blogueira: tornando-se preta em um segundo nascimento. São Paulo: **Alfa: revista Linguística**, vol. 58, n. 3, pp. 541-569.

MENESES, V.; MARINA, M. S.; IRAN, F. G. Sessenta Anos de Linguística Aplicada: de onde viemos e para onde vamos. In. PEREIRA, R. C.; ROCA, P. **Linguística Aplicada**. São Paulo: Contexto, 2015.

MIGNOLO, W. **Histórias Locais/Projetos Globais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MIGNOLO, W. El desprendimiento: pensamiento crítico y giro descolonial. In: MALDONADO -TORRES, Nelson; SCHIWY, Freya. **(Des)colonialidad del ser y del saber** : videos indígenas y los limites coloniales de la izquierda en Bolivia. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2006. p.11-22.

MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. A produção da imparcialidade: a construção do discurso universal a partir da perspectiva jornalística. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 25, núm. 73, 2010, pp. 59-76.

MILLER, I. K.. Formação de professores de línguas: da eficiência a reflexão crítica e ética. In. MOITA LOPES, L.P. (Org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pp. 99-122.

MOITA LOPES, L. P. Uma Linguística Aplicada Mestiça e Ideológica: interrogando o campo como linguista aplicado. In. MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp. 13-42.

MOITA LOPES, L. P. Fotografias da Linguística Aplicada na modernidade recente: contextos escolares. In. MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Linguística Aplicada na Modernidade Recente**: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola Editorial, 2013, pp. 15-38.

MOITA LOPES, L. P.; FABRÍCIO, B.F.. Por uma proximidade crítica nos estudos em Linguística Aplicada. **Calidoscópio**, v. 07, n. 04, 2019, pp. 711-723. Disponível em: <file:///C:/Users/alber/Dropbox/Artigos%20para%20leitura/Transgressivo%20Moita%20Lopes%20e%20Fabricio.pdf>. Acesso em: 10 de jan. de 2020

MONTENEGRO, M. S.; CASTRO, M. C. O Estilo de Tradutores e Traduções de Heart of Darkness em uma Perspectiva Linguística: escolhas lexicais como indicadores de relações raciais. **PERcursos Linguísticos**, Vitória (ES), n. 21, v. 09, p. 36-62, 2019. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/23140/18389>. Acesso em: 15 de setembro de 2019.

MORGADO, J. C. **Currículo e Profissionalidade Docente**. Coleção Currículo, Políticas e Práticas. Porto Editora. Porto, Portugal. 2005.

MOURA, M. I.; MIOTELLO, V. A escuta da palavra alheia. In. ROSANGELA, H. R.; RODRIGO A. P. (Orgs.). **Estudos Dialógicos da Linguagem e Pesquisas em Linguística Aplicada**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2016, pp. 129-140.

NASCIMENTO, C. B. **Alfabeto manual da língua de sinais brasileira (Libras)**: uma fonte produtiva para importar palavras da língua portuguesa. *Revista Trama*, v. 7, n. 14, 2011, pp. 33 - 55. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/5784>. Acesso em: 10 de jan. de 2020.

NASCIMENTO, V. Da Norma Legislativa à Atividade Interpretativa: acessibilidade comunicacional de surdos à mídia televisiva. In: SILVA, A. A.; ALBRE, N. A.; RUSSO, A. (Orgs.). **Diálogos em Estudos da Tradução e Interpretação de Línguas de Sinais**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

NEVES, Josélia. **Vozes que se Vêm - Guia de Legendagem para Surdos**. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria & Universidade de Aveiro. 100 p. 2007.

NIDA, Eugene A. A Framework for the Analysis and Evaluation of Theories of Translation. In. BRISILIN, Richard W. (Org.). **Translation: applications and Research**. New York: Gardner Press, 1976, pp.69-79.

NORTON, B.; EARLY, M. Identidade de pesquisador/a, pesquisa narrativa e pesquisa sobre ensino de línguas. In. FERREIRA, Aparecida. (Org.). **Narrativas Autobiográficas de Identidades Sociais de Raça, Gênero, Sexualidade e Classe em Estudos da Linguagem**. Campinas (SP): Pontes Editores, 2015, pp. 21-54.

OLIVEIRA, C. A. M.; STELLA, P. R. Um sujeito vazio? um olhar sobre o intérprete educacional de Libras e Língua Portuguesa. In. ZOZZOLI, R. M. D. **Contornos da pesquisa em Linguística Aplicada no PPGLL/Ufal: discurso e formação docente**. Maceió: EdUfal, 2020a. No prelo.

OLIVEIRA, C. A. M.; STELLA, P. R. **Preconceito Sinalizado**: as relações de sentidos produzidos pelos sinais de lésbica e hétero feminino em língua brasileira de sinais. In. **Enala: estudos discursivos das práticas de linguagem**. 2020b. No prelo.

OUSTINOFF, M. **Tradução: história, teoria e métodos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

PAZ, José F.; GUTIÉRREZ, Nestor Raúl G. **Tradução e Interpretação: o intérprete de sinais na prática educativa**. São Paulo, AgBook, 2013.

PENNYCOOK, A. A linguística Aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. In. SIGNORINI, I.; CAVALCANTE, Marilda C. (Org.) **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1998.

PENNYCOOK, A. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. In. MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar** (Org.). São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp. 67-84.

PEREIRA, M. C. P. **A interpretação interlíngua**: as especificidades da interpretação de línguas de sinais. UFSC, v. 1, p. 135-158, 2008.

PETRILLI, S. **Em outro lugar e de outro modo**. Filosofia da linguagem, crítica literária e teoria da tradução em, em torno e a partir de Bakhtin. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013.

PÊCHEUX, M. Determinação, formação do nome e encaixe. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Traduzido por Eni Pulcinelli Orlandi, Lorengo Chacon J. filho, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa e Silvana M. Serrani, 2ª ed., Campinas: Editora da Unicamp, 1995, p.95 – 103.

PINTASSILGO, J. O associativismo docente do ensino liceal português durante o período republicano e a sua imprensa: as representações dos professores sobre a profissão e a construção de identidades. **Revista lusófona de educação**, v. 12, pp. 79-96, 2008.

PIRES, V. L.; TAMANINI-ADAMES, F. A. Desenvolvimento do conceito bakhtiniano de polifonia. **Estudos Semióticos**, v. 06, n. 02, 2010, pp. 66-76. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/49272>. Acesso em: 01 de dezembro de 2019.

PONZIO, A. **A revolução bakhtiniana**: o pensamento de Bakhtin e a ideologia contemporânea. São Paulo: Contexto, 2008

PRADO, G. V. T.; SERODIO, L. A. Ato responsável e alteridade: problematizando narrativas docentes em um contexto investigativo. In. PRADO, G. V. T.; SERODIO, L. A.; PROENÇA, H. H. D. M.; RODRIGUES, N. C. (Orgs). **Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação**: uma perspectiva bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, pp. 51-74.

PREZOTTO, M.; CHAUTZ, G. C. C. B.; SERODIO, L. A. Prefácio. In. PRADO, G. V. T.; SERODIO, L. A.; PROENÇA, H. H. D. M.; RODRIGUES, N. C. (Orgs). **Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação**: uma perspectiva bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, pp. 51-74

PROENÇA, H. H. D. M. Pesquisa narrativa autobiográfica: autoimplicação responsiva do pesquisador. In. PRADO, G. V. T.; SERODIO, L. A.; PROENÇA, H. H. D. M.; RODRIGUES, N. C. (Orgs). **Metodologia Narrativa de Pesquisa em Educação**: uma perspectiva bakhtiniana. São Carlos: Pedro & João Editores, 2015, pp. 171-184.

QUADROS, M. R.; STUMPF, M. R. Letras-Libras EAD. In. QUADROS, M. R. (Org.). **Letras Libras**: ontem, hoje e amanhã. Florianópolis: Editora UFSC, 2015, pp. 9-36.

QUIJANO, A. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In. SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Modelo, 2009. pp. 73-118.

QUIJANO, A. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. **Journal of World-Systems Research**, VI, 2, summer/fall 2000, 342-386 Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part I. Disponível em: <http://www.ramwan.net/restrepo/poscolonial/9.2.colonialidad%20del%20poder%20y%20clasificacion%20social-quijano.pdf>. Acesso em: 05 de jan. de 2020.

RAJAGOPALAN, K. **Traição versus Transgressão**: reflexões acerca da Tradução e Pós-modernidade. Alfa: São Paulo, nº. 44, 2000, pp. 123-130.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma Linguística Crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAMOS, M.N. **Pedagogia das competências**: autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2001.

RODRIGUES, J. C. **O tabu do corpo**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

ROSA, Andrea Silva. **Entre a visibilidade da tradução da Língua de Sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete**. Campinas: Arara Azul, 2005.

SANTOS, B. S. (Org.). **Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre ciências**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, F. R. **Um estudo sobre o processo de ensino-aprendizagem dos alunos da disciplina Libras no curso de licenciatura em Letras-Português de uma instituição do ensino superior de Alagoas**. 2017. 152 f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística), Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, ed. 28, [1970] 2012.

SCOTT, W. J. **A invisibilidade da experiência**. São Paulo: Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, trad.:Lúcia Haddad, v. 16, 1998, pp. 297-325.

SCHEIFER, C. L. Transdisciplinaridade na linguística aplicada: um processo de desreterritorialização - um movimento do terceiro espaço. **Rev. bras. linguist. apl.** 2013, vol.13, n.3, pp. 919-939.

SIGNORINI, I. A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada Contemporânea.. In. MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006, pp. 168-190.

SILVA, V. F. **A construção da verdadeira religiosa no século XII: o caso de Clara de Assis**. Tese (Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, área de concentração em estudos de feministas e de gênero) Universidade de Brasília. 2008. 320f. Brasília.

SILVA-REIS, D. O intérprete negro na história da tradução oral: da tradição africana ao colonialismo português no Brasil. PUCRio: **TradRev**, pp. 1-42, nº 35421, 2018. Disponível em:<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/34521/34521.PDF>>. Acesso em: 25 de out. de 2019.

SOBRAL, A. **Dizer o Mesmo a Outros: ensaios sobre tradução**. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2008.

SOBRAL, A. **O conceito de ato ético de bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito**. BioEthikos, Centro Universitário São Camilo, 2009; v. 3, pp.121-126. Disponível em: <http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/68/121a126.pdf>. Acesso em: 16 de dezembro de 2009.

SOBRAL, A. Ato/atividade e evento. In. BRAIT, B (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2016, pp. 11-36.

SPIVAK, G. C. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STELLA, P. R.; TAVARES, R. R. Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Inglês da Ufal: os letramentos em questão. Belo Horizonte; **RBLA**, v. 12, n. 4, 2012, pp. 955-970.

STELLA, Paulo. Palavra. IN: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin**: conceitos-chaves. São Paulo: Editora Contexto, 2016, pp. 177-190.

TEIXEIRA, J. C.; SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Os lugares das empregadas domésticas. **O&S** - Salvador, v. 22 , n. 72, p. 161-178 - Jan./Mar. - 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v22n72/1413-585X-osoc-22-72-0161.pdf>. Acesso em 03 de jan. de 2020.

TUXI, P. **A atuação do Intérprete Educacional no Ensino Fundamental**. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília. f. 112. 2009.

URZÊDA-FREITAS, M. T. Educando para transgredir: reflexões sobre o ensino crítico de línguas estrangeiras/inglês. **Trabalhos em Linguística Aplicada**: Campinas, v. 51, jan/jun, 2012, pp. 77-98.

VOLÓCHINOV, V. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Editora 34, 2017.

ZAPPAROLLI, C R. A experiência pacificadora da Mediação. In: MUSZKAT, Malvina Ester (Org.). **Mediação de conflitos**: pacificando e prevenindo a violência. São Paulo: Summus, 2003.